



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARIA ISABEL REIS NASCIMENTO

O USO DA HISTÓRIA NO MERCADO EMPRESARIAL: A UTILIDADE DO NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL TREM DA VALE COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MINERADORA VALE S.A.

Mariana

2020

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO INSTITUTO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Maria Isabel Reis Nascimento

O USO DA HISTÓRIA NO MERCADO EMPRESARIAL: A UTILIDADE DO
NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL TREM DA VALE COMO ESTRATÉGIA DE
COMUNICAÇÃO SOCIAL DA MINERADORA VALE S.A.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em História do Departamento de
História do Instituto de Ciências Humanas e
Sociais da Universidade Federal de Ouro
Preto. Área de concentração: Poder,
Linguagem.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza.

Mariana
2020

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

N244u Nascimento, Maria Isabel Reis.

O uso da história no mercado empresarial [manuscrito]: a utilidade do núcleo de História Oral Trem da Vale como estratégia de comunicação social da mineradora Vale S.A.. / Maria Isabel Reis Nascimento. - 2020. 118 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Luciano Magela Roza.

Dissertação (Mestrado Acadêmico). Universidade Federal de Ouro Preto. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: História.

1. História oral. 2. Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale. 3. Marketing institucional. 4. Companhia Vale do Rio Doce. I. Roza, Luciano Magela. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 94:658.8(043.3)

Bibliotecário(a) Responsável: Michelle Karina Assunção Costa - CRB 6 - 2164



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



FOLHA DE APROVAÇÃO

Maria Isabel Reis Nascimento

O uso da história no mercado empresarial: a utilidade do núcleo de história oral trem da vale como estratégia de comunicação da mineradora Vale S.A

Membros da banca

Prof. Dr. Luciano Magela Roza (UFOP)

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu (UFOP)

Profa. Dra. Nara Rúbia de Carvalho Cunha (UFU)

Versão final

Aprovado em 24 de junho de 2020

De acordo

Professor Orientador Luciano Magela Roza



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Magela Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/06/2020, às 21:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0062842** e o código CRC **6F7F5A61**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.004633/2020-36

SEI nº 0062842

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: 3135579406 - www.ufop.br

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela benção e proteção nesse longo processo de aprendizagem.

Não posso deixar de agradecer ao Prof. Dr. Luciano Magela Roza pela orientação, apoio e paciência. À memória do professor José Arnaldo, vulgo Zé Arnaldo, pelo carinho, conselho e por despertar em mim esse amor incondicional pela História. Desejo igualmente agradecer a Universidade Federal de Ouro Preto por proporcionar meu amadurecimento pessoal e profissional.

Agradeço imensamente a minha noiva Isabela Belmira Santos Giarola pela paciência, amor e atenção nos momentos mais difíceis. Quero agradecer a minha cunhada pela disponibilidade em revisar a dissertação.

Agradeço a todos os meus familiares pelo apoio. A minha filha Elis Regina por encher minha vida de esperança, paz e amor. A minha mãe Renata Aparecida Reis Portela, pois sem ela não conseguiria chegar nem na graduação. Obrigada, mãe, pela renúncia. A vó Dora por sempre cuidar de mim. A Tia Gracinha pela força nos momentos mais complicados e por trazer sempre uma palavra de conforto. À memória da Tia Graça, que me ensinou a ter fascínio pela leitura. Ao meu irmão e aos meus primos pela força.

Por último, agradeço ao meu amigo Marcos Paulo (Kinho) e aos meus afilhados de casamento, Helena Paulo e Cleiton (Jesus), pelo apoio incondicional.

O maior trem do mundo

**Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas germinadas e desembestadas
Leva meu tempo, minha infância, minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e destruição
O maior trem do mundo
Transborda a coisa mínima do mundo
Meu coração itabiriano
Lá vai o trem maior do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei não voltará
Pois nem terra nem coração existem mais.**

Carlos Drummond de Andrade (Jornal Cometa Itabiriano, 1984)

RESUMO

A pesquisa tem por objetivo compreender o papel desempenhado pela história oral, metodologia aplicada pelo núcleo de História Oral Trem da Vale, no campo de comunicação social da empresa de mineração Vale S. A. A reflexão contribui também para entender as motivações que levaram uma empresa de extrativismo mineral incorporar temas como memória, história e patrimônio. Afinal, qual a função do conhecimento histórico nesse processo, marketing institucional ou responsabilidade histórica? Essa análise envolve reflexões de múltiplas áreas do conhecimento, do setor de relações públicas, comunicação social, gestão de empresas, História oral, arquivologia, Turismo e Museologia. A recorrência aos diferentes campos multidisciplinares do conhecimento é justificada pela complexidade das demandas exigidas pela sociedade contemporânea ao mundo empresarial. Com relação às demandas sociais, aborda as táticas e estratégias das empresas no trato das relações públicas. Enfim, analisa a empresa além das suas funções normais no mercado, pois avalia o seu relacionamento com públicos estratégicos das organizações – colaboradores, clientes e comunidade de atuação.

Palavras- chave: História oral; Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale; marketing institucional; responsabilidade histórica.

ABSTRACT

The research aims to understand the role played by oral history, a methodology applied by the Trem da Vale oral history Center, in the social communication Field of the mining company Vale S. A. The reflection also contributes to understand the motivations that led a mining company incorporate themes such as memory, history and heritage. After all, what is the role of historical knowledge in this process, institutional marketing or historical responsibility? This analysis involves reflections from multiple áreas of knowledge, from the public relations sector to social communication, business management, oral history, archivology, tourism and museology. The recurrence to different multidisciplinary fields of knowledge is justified by the complexity of the demands demanded by contemporary society in the business world. With regard to social demands, it addresses the tactics and strategies of companies in dealing with public relations. Finally, it analyzes the company beyond its normal functions in the market, as it assesses its relationship with strategic audiences of the organizations- collaborators, customers and the operating community.

Keywords: Oral history; Trem da Vale Heritage Education Program; Vale S. A; institutional marketing; historical responsibility.

Listas de Siglas

ABHO- Associação Brasileira de História Oral
ABERJE- Associação Brasileira de Comunicação Empresarial
BNDES- Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA
CEMIG- Companhia Energética de Minas Gerais S. A
CN- Companhia Nacional
CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
COSIPA- Companhia Siderúrgica Paulista
COFAVI- Companhia Ferro e aço de Vitória
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce S/A
CSN - Companhia de Siderurgia Nacional
DOCENAVE - Rio Doce Navegação S. A
EFVM- Estrada de Ferro Vitória a Minas
ESMAP- Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia
FEOP- Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto
FGTS- Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC-Fernando Henrique Cardoso
EFVM- Estrada de Ferro Vitória a Minas
EIA- Estudo de Impacto Ambiental
FCA- Ferrovia Centro Atlântica
FMI - Fundo Monetário Internacional
FVRD- Fundação Vale do Rio Doce
ICMM- Conselho Internacional De Mineração E Metais
IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
IOS- Instituto Observatório Social
IOHA- Internacional Oral History
ISO-Internacional Organization for Standardization
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
JK- Juscelino Kubitschek
MA- Mariana
MIC- Ministério da Cultura
OMC-Organização Mundial do Comércio

ONU- Organização das Nações Unidas
OP- Ouro Preto
PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais
PEPTV- Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale
PND- Programa Nacional de Desestatização
PIB- Produto Interno Bruto
PRONAC- Programa Nacional de Apoio à Cultura
RFFSA- Rede Ferroviária Federal
RIMA-Relatório de Impacto Ambiental
SRBC- Santa Rosa Bureau Cultural
SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)
TAC- Termo de Ajustamento de Conduta
VLI- Empresa de logística e Transporte
VR- Vale Registrar
VP- Vale Promover
VC- Vale Conhecer
VALEPAR S. A
UFOP- Universidade Federal de Ouro Preto
UHE Aimorés- Usina Hidrelétrica Aimorés
UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, à ciência e a Cultura
USIMINAS- Empresas de Siderúrgicas em Minas Gerais
WAV- Waveform

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO	11
2- CAPÍTULO 1 - PROSPECÇÃO DO OBJETO: A MINERADORA VALE S. A E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TREM DA VALE.....	17
2.1- Um Breve Histórico da atuação da empresa de Mineração Vale. S. A no país. 17	
2.1.1- A atuação da Mineradora Vale em Ouro Preto-MG e Mariana-MG.....	27
2.2- O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale – PEPTV	30
3- CAPÍTULO II: AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO ÀS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES: ESTRATÉGIAS DE MERCADO NO TRATO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA HISTÓRIA NA EMPRESA. 42	
3.1- Os desafios da sociedade contemporânea às organizações empresariais	43
3.2- Entre estratégias e táticas: o sistema de relação da mineradora Vale S. A. com as comunidades locais.....	53
3.3- O mercado das memórias: A utilidade da memória e da História no campo empresarial.	59
4- CAPÍTULO III: RESPONSABILIDADE HISTÓRICA E/OU MARKETING EMPRESARIAL? A UTILIDADE DO NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL TREM DA VALE E DO ESPAÇO MUSEOGRÁFICO DA SALA DE MEMÓRIAS PARA A EMPRESA DE MINERAÇÃO VALE S. A.	73
4.1- Núcleo de História oral Trem da Vale	74
4.2- Produção das Fontes orais: o entrevistador; o entrevistado e o Vale registrar. 79	
4.3- Forma de disponibilização do Material: o instrumento de divulgação das atividades do Núcleo de História Oral Trem da Vale.....	85
4.4- O Entulho de memórias: o fim do programa de educação patrimonial Trem da Vale e o Arquivo morto.....	90
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
6- ANEXOS.....	103
7- DOCUMENTOS CONSULTADOS	111
8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1- INTRODUÇÃO

Inaugura-se, em 2006, nas cidades de Ouro Preto-MG e Mariana-MG, o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale - (PEPTV). O programa foi encomendado pela empresa de mineração Vale S. A, através de sua Fundação, e idealizado pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural. A força motriz do projeto Trem da Vale foi a metodologia de educação patrimonial guiada pelos princípios de “conhecer para preservar”. O projeto propunha ir além de uma preservação pautada no patrimônio de “pedra e cal”, bastante reconhecido na região, e preservar o patrimônio imaterial, reconhecendo a própria população como patrimônio.

Segundo relatos técnicos apresentados no livro *Outras memórias, outros Patrimônios*, o PEPTV buscou valorizar o patrimônio cultural dos municípios citados e seus respectivos distritos, enfatizando a importância do indivíduo no processo de identificação de seus bens e referências culturais. As atividades contemplavam a comunidade com cursos; oficinas; eventos e viagens de trem, que compunham o cenário das ações educativas. Em 2008 foi inserido nessas atividades já ofertadas pela equipe do PEPTV outro subprograma, o Núcleo de História Oral Trem da Vale. Esse setor era responsável pelo registro de entrevistas que referenciavam a história do cotidiano dos moradores da região, sob a temática relacionada à trajetória de vida da comunidade local e “ao mundo do trabalho”.

Os produtos e materiais produzidos para divulgar o programa evidenciam, principalmente, a pretensa relação entre a empresa (Vale S. A) e a comunidade local. Atividades de educação patrimonial, estímulo ao desenvolvimento social através do incentivo ao turismo regional, as ações da Sala de memórias, a produção de catálogos e os eventos de promoção do produto cultural produzido pela equipe são exemplos, neste sentido.

Entretanto, a partir do contato com esse empreendimento pairam questionamentos acerca de: por que e em que contexto (político e social) esse programa foi inserido em Ouro Preto e Mariana? Qual é a intencionalidade da mineradora Vale S. A? Outro ponto a ser salientado é referente à utilidade da História nesse universo empresarial, quais são os motivos de investir na preservação da memória e história local?

As ações do PEPTV se transformaram em dispositivo de comunicação da empresa financiadora com a sociedade onde ela está inserida, além de contribuir com a construção da sua imagem ao propagar a mensagem de empresa atenta à responsabilidade social; cultural; ambiental e histórica. Dado a afirmação, faz-se necessário pensar nas formas e estratégias utilizadas pelo programa para tornar possível a imagem mercadológica de socialmente responsável por parte da empresa de mineração Vale junto à comunidade local e ao mercado empresarial.

Como veremos no capítulo que segue, o PEPTV tinha vários setores de atuação, mas a intenção dessa pesquisa é analisar somente o Núcleo de História Oral Trem da Vale e seu espaço de divulgação, no caso, a Sala de Memórias. O motivo desse recorte é entender a função do uso da História oral e da memória organizada pela empresa, e a utilidade delas no campo empresarial. O intuito é problematizar os motivos pelos quais a mineradora Vale investiu num programa dessa natureza: utilidade política, marketing institucional ou consciência de uma responsabilidade histórica?

Um possível caminho para responder a essas questões é a análise do órgão financiador e as formas e estratégias utilizadas pelo PEPTV para comungar os interesses da Fundação Vale com as demandas sociais. Para se propor a analisar algo, primeiro precisamos conhecer aquilo que estamos destinados a pesquisar, por isso, com intuito de introduzir e contextualizar o material de estudo dessa dissertação, o primeiro capítulo apresenta o perfil dos organizadores do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale.

Baseada em referências bibliográficas e fontes secundárias, a primeira parte deste trabalho apresenta um breve histórico dos atores envolvidos na idealização de um projeto, que a princípio era norteado pelo ideal de responsabilidade histórica e social propagada pela empresa de Mineração Vale. S. A nas regiões de Ouro Preto-MG e Mariana-MG. Essa contextualização histórica é preponderante para aprofundar o objeto de estudo, de forma que faça uma “arqueologia” ou, na linguagem disposta no campo da mineração, uma “prospecção” do material do qual essa dissertação se propõe analisar.

No primeiro momento, a intenção é apresentar um breve histórico da empresa de Mineração Vale S. A, com intuito de demonstrar o processo de constituição da empresa, enquanto setor público e privado, e sua inserção no contexto das cidades de Ouro Preto e Mariana. O segundo ponto a ser especificado no primeiro capítulo será a criação da Fundação Vale responsável pela administração dos projetos de cunho sociocultural,

histórico e ambiental. O desfecho dessa parte será a exposição da estrutura organizacional do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, com ênfase nos setores envolvidos, a estrutura interna, as intencionalidades do programa, o público alvo e os materiais produzidos.

É subtendido o crescimento vertiginoso de projetos e programas culturais voltados para a preservação da memória e do patrimônio. No Brasil, essa recorrência foi estimulada principalmente depois do período de redemocratização no país, pela constituição de 1988, que previa em seu artigo 215 e 216 a importância da preservação da diversidade cultural para a nação. São muitos os exemplos de ações das políticas públicas e privadas que levantaram a bandeira da educação patrimonial e de investimentos em espaços de memória, como arquivos e Museus. Mas essa inflação de patrimônios, “boom” de espaços de memória e essa necessidade de “consumir história” partiram de um efeito causa/consequência vindo da sociedade contemporânea.

Embora a presente pesquisa vise aprofundar sobre a história produzida pelo campo empresarial através da metodologia de história oral, é importante pontuar que PEPTV abarcou outros setores imbricados em ações voltadas para Educação Patrimonial e Ambiental. Essas atividades com temas socioculturais desenvolvidos a partir da perspectiva da educação patrimonial foram recorrentes nas políticas públicas do patrimônio no Brasil principalmente no início dos anos 2000.

No âmbito formal, a educação voltada para o patrimônio nacional e regional foi enfatizada na Lei de diretrizes e bases da educação nº 9394/96, no seu artigo 26, na qual determina o incentivo ao ensino das referências culturais regionais e locais. Esse ensino cultural também foi inserido nos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, sem a obrigação de criarem uma disciplina específica para ensino, tornando-a recurso pedagógico interdisciplinar e extra-escolar.

Com intuito de auxiliar a aplicabilidade da lei e das diretrizes da educação, o PEPTV propunha atividades que direcionavam a educação escolar na prática da metodologia de educação patrimonial e ambiental, além de oferecer cursos de capacitação para professores da instância estadual e municipal para trabalharem com as referências culturais de Ouro Preto e Mariana. Os motivos que levaram empresas públicas e privada a investirem em ações socioculturais, no caso, da Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, tem relação com o processo de privatização da empresa, que a levou repensar a sua relação dinâmica com a sociedade ao qual estava inserida e a sua imagem frente ao mercado empresarial. Mas porque, nesse processo de privatização, as

empresas passaram a se preocupar tanto com sua imagem frente ao mercado? Qual é o papel do conhecimento histórico nesse processo de adequação?

A mineradora Vale S. A possui muitos projetos socioculturais e de incentivo à história local e empresarial. Suas ações são administradas pela Fundação Vale e pelo Fundo Vale, além de recorrer aos acordos por meio de leis de incentivo e de isenção fiscal. Dentre as ações financiadas pela Fundação Vale tem os espaços de memória, como o Museu Minas Gerais, localizado em Belo Horizonte - MG, cujo tema central é a exaltação da identidade regional, e o Museu da Vale, localizado no Espírito Santo, na antiga estação ferroviária Pedro Nolasco.

Com relação aos projetos de desenvolvimento social, a Fundação Vale investiu no setor turístico com a revitalização dos trechos ferroviários de Ouro Preto/Mariana e de Belo Horizonte/Espírito Santo. Todos os programas citados possuem suas atribuições e intencionalidades no mercado empresarial, mas ainda faltam pesquisas mais aprofundadas sobre a temática.

Assim, a presente dissertação tem por objetivo analisar as utilidades da história oral no mercado empresarial e as formas e estratégias organizadas pelo Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, nas denominações do Núcleo de História Oral, no processo de oficialização de uma história local. Como plano de fundo, busca-se constatar as utilidades desse investimento da empresa de mineradora Vale S. A na construção de uma imagem atenta à responsabilidade histórica.

No segundo capítulo, o intuito é aprofundar nas questões táticas e estratégica aplicada pela mineradora Vale. S.A no trato das demandas da sociedade contemporânea, além de especificar quando e como o uso da história auxiliou o mercado empresarial no âmbito de suas relações públicas. Nesse ponto, essa parte da discussão irá discorrer em três momentos essenciais para a recorrência das empresas no mercado das memórias. O primeiro momento é a apresentação das demandas da sociedade contemporânea as quais exigiram uma adequação das estruturas administrativas do mercado empresarial às novas exigências socioambientais. No segundo ponto, busca-se especificar as estratégias e as táticas idealizadas pela mineradora Vale S. A para negociar essas exigências contemporâneas. Por fim, apresentar as formas de uso da História oral no mercado.

O último capítulo irá apresentar o setor de História Oral Trem da Vale, nas mediações do Núcleo de História Oral e do Vale Registrar, buscando compreender a forma como a Vale S. A utilizou a História para positivar sua imagem frente às comunidades de Ouro Preto-MG e Mariana-MG. Desse modo, o que está em voga são

os usos da história oral no mercado empresarial como forma de projetar a imagem de uma empresa atenta à responsabilidade histórica. Afinal, os trabalhos do Núcleo de História Oral Trem da Vale estão vinculados às ações de responsabilidade histórica ou marketing institucional? Essas duas ações podem coexistir em projeto de desenvolvimento social? Qual é a relevância do acervo de fontes orais deixados pelo Núcleo de História Oral Trem da Vale à sociedade?

Sobre a responsabilidade histórica propagada por esses projetos de memória, compreendem segundo Souza (2014, p. 112):

[...] as ações que não visam obter lucro ou propósito de valorizar sua imagem institucional. Nesse caso a organização tem consciência que, como membro da sociedade, tem responsabilidades e deve assumir uma postura transparente. Não se trata aqui apenas de compartilhar sua história e seu acervo; cabe às empresas compartilhar o conhecimento social produzido, objetivando o desenvolvimento e a melhoria da sociedade, da qual é parte integrante.

No caso dessa responsabilidade histórica da mineradora Vale S. A, é importante refletir que no mesmo ano, mais especificamente um dia antes da inauguração do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, um projeto de reconhecimento e preservação cultural, a mesma empresa inaugurou junto com à Companhia Energética de Minas Gerais S. A- CEMIG a instalação da Hidrelétrica Aimorés (Usina Hidroelétrica Eliezer Batista), na cidade de Itueta-Mg. Em decorrência dessa construção, empreendimento que durou 21 anos, inaugurado em maio de 2006, os moradores de Itueta foram realocadas de seu local de convívio para uma “nova” cidade, pois todo território seria inundado em prol do desenvolvimento de um projeto de “energia renovável”. Entretanto, em nome do “progresso” e do “futuro” impactaram as relações socioculturais e ambientais. Além disso, os rastros de memória e a possível construção da histórica da cidade de Itueta foram apagados.

Diante do exposto, é possível levantar a hipótese que a responsabilidade histórica serviu a uma utilidade no campo empresarial, pois, do contrário, além da Velha Itueta, Bento Rodrigues, distrito de Mariana-MG, devastado pela lama de rejeito de minério de ferro, vindos da barragem da Samarco, do Complexo do Germano, que tem como um dos acionistas a mineradora Vale, seriam preservados.

Quanto ao acervo de fontes orais Trem da Vale, devido ao fim do Programa de Educação Patrimonial, em 2015, os materiais foram abandonados nas Estações de Ouro

Preto e Mariana. Tudo virou entulho disperso nos espaços. O conteúdo do acervo contém as transcrições das entrevistas com os moradores das regiões mineiras de Ouro Preto e Mariana, além dos registros audiovisuais na íntegra, sobre temas relacionados à trajetória de vida dos entrevistados e a história empresarial dos empreendimentos instalados nas regiões mineiras no século XX e XXI.

Os registros reportam à História da mineração, das fábricas de tecido de ambas as cidades, a Ferrovia central do Brasil, os clubes de futebol, além das experiências de vida dos entrevistados com seus respectivos espaços sociais. Dessa forma, o último tópico dessa pesquisa salienta o fim do projeto e a subutilização das fontes orais como documento histórico. Essa parte é uma forma de trazer à tona a problemática em torno da falta de estratégia de preservação e utilização documental das fontes orais.

A partir dos dados apresentados nessa pesquisa, pode-se afirmar que houve uma estratégia por parte da mineradora Vale S. A ao investir no Programa de educação Patrimonial Trem da Vale. A mineradora precisava de meios de negociação com a comunidade local, já que seu empreendimento promove ações nocivas de exploração do território, e essa construção da imagem de “responsável” ou de promotora de ações sociais serviria como forma de negociar esses impactos com a sociedade em geral. Além disso, esses investimentos de ações voltadas para a imagem mercadológica de socialmente responsável promovem a empresa no mercado em âmbito nacional e internacional.

Portanto, a relevância do presente trabalho justifica-se por sua contribuição interdisciplinar ao campo da História, voltada para temas do tempo presente, da administração e do setor de comunicação social ao demonstrar os métodos, técnicas e estratégias do uso da história oral como moeda de troca no mercado das memórias.

2- CAPÍTULO 1 - PROSPECÇÃO DO OBJETO: A MINERADORA VALE S. A E O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TREM DA VALE.

2.1- Um Breve Histórico da atuação da empresa de Mineração Vale. S. A no país.

A Companhia Vale do Rio Doce, atualmente conhecida como Vale S. A, foi criada a partir da incorporação da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia S. A. e da Itabira de Mineração S. A. O complexo mineral foi estruturado na cidade de Itabira-MG, durante o Governo do presidente Getúlio Vargas, através do Decreto-lei nº 4.352 de 1º de junho de 1942. A Companhia Vale do Rio Doce era conhecida como a Itabira Iron Ore Company, em 1911, quando tinha como proprietário o grupo *British Itabira Limited*. De acordo com Aguiar (2019), a Inglaterra, primeira investidora da Itabira Iron, por meio de empréstimo negociado no Acordo de Washington¹, em três de março de 1942, concordou em transferir a Companhia Itabira Iron Ore Co. ao governo brasileiro. Esse mesmo acordo assegurava que os Estados Unidos da América por meio de empréstimo do banco *Eximbank* ficariam responsáveis pelo financiamento, a juros menores, para a compra de maquinário destinado à restauração da linha ferra Vitória Minas.

Além de nacionalizar as jazidas de minério de ferro, o Governo Vargas buscou com esse empreendimento acelerar o processo de industrialização do país, com altos investimentos na produção de aço, no setor petrolífero e na modernização do transporte e energia, pois tanto os materiais para a construção dos complexos de minério, como a sua locomoção para o mercado interno necessitavam de transportes especializados e eficientes.

É importante ressaltar sobre esse processo de estruturação da Companhia Nacional, que o período histórico vigente, no caso, a Segunda Guerra Mundial, foi preponderante para a inserção do minério de ferro brasileiro no mercado internacional. Em decorrência da guerra, os países envolvidos destinaram seu mercado à produção bélica, fato que demandava o consumo de minério de ferro para a produção do armamento das tropas.

¹Acordo assinado entre o governo brasileiro e o norte-americano, em 1941, no qual assegurava a exclusividade de exportação da matéria prima do Brasil para os EUA. No cenário da II Guerra Mundial, os Estados Unidos queriam garantir o monopólio da matéria prima e impedir o consumo deles na Alemanha.

Alguns grupos viam o capital estrangeiro como a salvação da economia nacional, principalmente com relação aos Estados Unidos da América que estavam engajados na reconstrução da economia mundial do pós-guerra².

Para Companhia Vale do Rio Doce, esse momento foi preponderante para o processo de construção da “identidade empresarial” da mineradora, por conta da sua importância frente ao mercado internacional. Outro fator preponderante para alavancar a marca empresarial da CVRD foi o projeto desenvolvimentista nacional proposto no Governo JK (1956-1961). Diante do slogan “cinquenta anos em cinco”, a política buscava a modernização do Brasil e a aceleração industrial do país. Baseado no Plano de metas, o Governo JK (1956-1961) proporcionou anos de aceleração e estabilização econômica. O projeto desenvolvimentista representaria para alguns contemporâneos a “transição do Brasil para o mundo das nações ricas, modernas e portadoras de bem-estar social” (MOREIRA, 2008, p.165).

Diante dessa aceleração, a CVRD intensificou seus acordos internacionais, principalmente com o Japão, e seu minério de ferro foi exportado, nesse período, para 10 países. Todo esse empreendimento visando a expansão da CVRD no mercado internacional foi garantido por várias vias de entrada do capital estrangeiro. Esse capital, somado aos recursos do governo federal, foi destinado ao Fundo de Estudos e Pesquisas para o Aproveitamento do Itabirito de Minas Gerais, com intuito de intensificar a produção e a qualidade do minério.

Em 1959, de acordo com a Vale (2012, p.83) devido à necessidade de aquecer a produção e o consumo doméstico para fugir das oscilações do mercado industrial, a CVRD passou a ser também acionista de quatro Empresas: Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e a Companhia Ferro e aço de Vitória (Cofavi).

Ao final do governo JK (1956-1961), a economia nacional sofria com altas inflações e um aumento exorbitante na dívida externa, fato que levou à desaceleração do crescimento econômico e a baixa o PIB (Produto Interno Bruto). Nesse contexto, o serviço de bens de consumo interno foi controlado e a política externa fragilizada. Esse cenário perdurou do governo de Janio Quadros (1961) até o período ditatorial no Brasil.

²Estima-se que desde o primeiro governo Vargas e, principalmente, no período de pós-guerra mundial, os Estados Unidos consumiam “bauxita; berilo; cromita; ferro-níquel; diamantes industriais; manganês; mica; quartzo; borracha; titânio e zircônio” (SARETTA, s/d, p.115).

A CVRD mesmo sofrendo com o mercado cada vez mais competitivo ampliava suas zonas de exploração. Ainda no período de recessão política, marcada pelo controle autoritário do regime militar (1964-1981), o milagre econômico de certa forma resvalou na estrutura das empresas minerais do país. Houve um aumento significativo na exportação e a abertura ao capital estrangeiro nas transações com CVRD. Para muitos especialistas, essa abertura para multinacionais marcaria a internacionalização da economia brasileira.

Em 1968, com intuito de atingir o setor social, a CVRD cria a Fundação Vale de Habitação e desenvolvimento social. A princípio a intenção da fundação era construir moradias populares nas regiões onde atuavam, disponibilizando-as para seus funcionários. Essa estrutura objetivou, também, organizar o fluxo de funcionários realocados para as localidades do complexo das minas³. É importante ressaltar que essa fundação foi um desmembramento do fundo de desenvolvimento criado pela CVRD, em 1942, como forma de compensar os impactos de suas atividades nas regiões onde atuavam. Esses investimentos eram repassados aos governos estaduais, que administravam os projetos contemplados pelos financiamentos.

Com a ampliação das transações econômicas e financeiras globais, multinacionais e transnacionais no setor de negócios, principalmente pós-década de 1970, instigaram as empresas a se adaptarem às novas necessidades da sociedade e das nações. Os novos empreendimentos foram sancionados com intuito de aumentar a exploração das jazidas minerais no país. No caso da CVRD, a saída foi investir na diversificação de mercadorias⁴ gerenciadas pela companhia e o domínio de todas as etapas do processo de produção e exportação⁵.

No final do século XX, a CVRD passou de empresa estatal para o setor privado. Essa mudança foi idealizada a partir da criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), iniciado no Governo de Fernando Collor (1990-1992). Dentro da CVRD, a marca desse processo, como demonstra Aguiar (2019) foi o programa de demissão em massa para diminuir o quadro pessoal para arrecadar mais investimento na produção. A privatização da mineradora foi efetivada no primeiro Governo de Fernando Henrique

³ Fundação Vale: <http://www.fundacaovale.org/SitePages/quemSomos.aspx>.

⁴ Segundo o Instituto Observatório Social (2006, p. 3), “desde 1974 a Vale é a maior empresa exportadora de minério de ferro e pelotas, e segunda maior produtora de manganês e ferroligas”. Dentre outros produtos, temos cobre; Caulim; Manganês, ouro; celulose; madeira, titânio; Fosfato; fertilizante e carvão.

⁵ A companhia controla a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), malha ferroviária operada pela MRSL logística S.A; Companhia Portuária Baía de Sepetiba; Rio Doce Navegação S. A. (Docenave) empresa de logística LVI (TOMÁS, 2006).

Cardoso (1995-1999) –FHC – que privatizou mais de 19 empresas, dentre elas, em seis de maio de 1997, a Companhia Vale do Rio Doce⁶. De acordo com Moraes (1997, p.7) um dos argumentos para a privatização da Vale foi:

Pela acirrada competição a que a CVRD está exposta, sobretudo nos mercados internacionais, demandando crescentes investimentos em atualização tecnológica, em modernização administrativa e gerencial, na diversificação de oportunidades de negócios e na realização de novas parcerias, o Estado tornou-se um sócio sem recursos, podendo comprometer, a curto ou em médio prazo, a solidez e a história da CVRD.

Segundo Mattei e Magalhães (2011), outro fator que impulsionou a desestatização da CVRD foi a crise econômica que levou o país a ficar dependente de empréstimos com o FMI (Fundo Monetário Internacional), aumentando sua dívida interna e externa; a desvalorização da moeda nacional; a elevação dos juros; a desregulamentação da balança comercial e o aumento dos índices de desemprego.

Foram propostas três etapas⁷ para a venda e aquisição das ações da Vale na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Na primeira etapa seria o leilão destinado às empresas de porte maior, no caso, venceu “a empresa liderada pela *Benjamin Steinbruch*, bancos e fundos de pensão” (AGUIAR, 2019, p.48). Os negócios da mineradora passaram a ser administrados pelo Consórcio Brasil, controlado pela VALEPAR S. A. Nesse período de privatização, além da autonomia da companhia frente ao governo brasileiro, a mineradora alcançou a internacionalização da marca composta por acordos que visavam a ascensão da nova estrutura administrativa da Vale S. A. no mercado altamente competitivo.

As negociações da mineradora Vale no mercado exterior alavancaram devido ao crescimento e à elevação da China a quarta economia do mundo, proporcionando ao país um maior poder de compra. Segundo Cunha (2007) é possível verificar um intenso comércio com os países do MERCOSUL, principalmente Brasil e Argentina, na demanda de “minério de ferro, produtos químicos, metais não ferrosos, etc.” (CUNHA, 2007, p.103). Esse “boom” da China nas relações internacionais ocorreu no governo do presidente Inácio Lula da Silva (2002-2010)⁸.

⁶De acordo com Mameluque (1995), a Vale foi incluída no Programa Nacional de Desestatização, por iniciativa do Poder Executivo, previsto no inciso VI, do art. 84, da Constituição Federal, e também na Lei 8.031/90.

⁷Sobre o processo de compra e venda da CVRD na bolsa de valores, ver Moraes (1997).

⁸A política de exploração da CVRD foi marcada pela aquisição da Samarco; da Incocanadense e Ferteco Mineração S. A. A Ferteco, controlada pela Thyssen Krupp Stahl AG (TKS), explorava a mina de Fábrica e Feijão, atual cidade de Brumadinho-MG.

Outra mudança a ser destacada nesse processo de privatização foi a transformação da Fundação Vale de Habitação e Desenvolvimento Social para a Fundação Vale do Rio Doce (FVRD). Nesse âmbito, a CVRD passou a investir mais em ações de cunho socioeducativo e cultural das localidades onde atuavam. Pode-se ressaltar aqui o período de 2006, quando a Companhia em um acordo com o Governo Federal e o Governo Estadual de Minas Gerais inaugurou, nas cidades de Ouro Preto e Mariana, o “Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale (PEPTV)”⁹ e, junto com esse projeto, revitalizou o transporte ferroviário de Ouro Preto e Mariana para fins turísticos.

Em 2007, ocorreu à mudança do nome da empresa de Companhia Vale do Rio Doce para mineração Vale S. A. Segundo dados da Vale (2012, p. 335), o intuito da mudança era a adaptação às novas demandas do movimento de globalização do mercado e, simbolicamente, “deixar no passado” a companhia que um dia pertenceu ao sistema público brasileiro. Junto com esse movimento, veio à necessidade de transformação da imagem perante a comunidade internacional.

Nesse processo de mudança da imagem, a Vale buscou investir, por meio da criação da Fundação Vale, ramificação da Fundação Vale do Rio Doce (FVRD), criada em 1998, em ações que atendiam as necessidades dos órgãos nacionais e internacionais, pois, segundo a política da Vale (2012, p.334), “saber incorporar a cultura local a seus métodos de atuação era essencial para uma empresa que buscava se expandir pelo mundo”.

Esse recorte da Vale nos mostra a estratégia no trato das relações públicas, ao utilizar das características da região, ou seja, da identidade local, para criar um elo de pertencimento da comunidade com a empresa e, de certa forma, negociar os métodos nocivos de exploração do território. Assim, segundo a Fundação Vale, o objetivo desse fundo era:

contribuir para o desenvolvimento integrado-econômico, ambiental e social dos territórios onde a Vale atua, articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais. Para isso, baseia-se nos valores ética da transparência, do comprometimento, da co-responsabilidade, do respeito à diversidade e da accountability-capacidade de prestar contas e de

⁹O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, como será aprofundado ao logo dessa apresentação, foi um conjunto de ações idealizadas pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural, instalada em Belo Horizonte, financiado pela Fundação Vale e pelo Ministério da Cultura através da Lei de Incentivo à Cultura. As ações buscavam atender o desenvolvimento social, com a geração de empregos no setor turístico, e a conscientização da população de Ouro Preto e Mariana sobre a importância de preservar a cultura local.

assumir a responsabilidade sobre seus atos e usos de recursos (FUNDAÇÃO VALE 2010, p.4).

Contudo, mesmo assinando acordos para proteger a fauna e a flora¹⁰, a Vale, ao longo dos anos 2000, alcançou o recorde em ações judiciais a respeito de impactos ambientais. Entre os maiores crimes ambientais ocorridos na contemporaneidade, em que a Vale em graus diferentes esteve envolvida, encontram-se as tragédias em Bento Rodrigues, subdistrito de Mariana-MG, em 2015, e da Mina do Feijão, em Brumadinho-MG, em 2019¹¹.

No setor social, os impactos em regiões onde a receita interna é dependente da exploração mineral as consequências são maiores, como foi o caso de Itabira-MG e Mariana-MG. Constata-se que na crise iniciada em 2008, e que perdurou até 2009, a Vale reduziu seus postos de trabalho, causando um crescimento na taxa de desemprego. Algumas minas foram desativadas como forma de conter os gastos.

Em nome do desenvolvimento, a empresa Vale S. A ampliou seus investimentos na produção de larga escala de minério de ferro, principalmente no final dos anos de 1990, no período de internacionalização da mineradora. Como o Brasil no início dos anos 2000 passava por graves problemas de geração de energia, a empresa Vale S. A em conjunto com a CEMIG investiram recursos na construção de hidrelétrica.

É tácito que a construção do complexo das minas e das barragens envolve vários impactos negativos nos campos socioeconômicos e ambientais. De acordo com os estudos apresentados no livro *Recursos minerais e comunidade: impactos humanos socioambientais e econômicos*, o cenário de exploração mineral no Brasil compreende grande parcela da receita do país¹². Com todo esse desenvolvimento no setor mineral, os municípios onde atuam as mineradoras convivem com os impactos positivos, por conta

¹⁰Com relação ao fator responsabilidade ambiental, em 2007, a Vale investiu no Projeto Vale Florestar. Nesse projeto “o objetivo da empresa é reabilitar áreas desmatadas ou degradadas da Amazônia com ações de recuperação e regeneração de matas nativas, combinadas com o plantio de florestas industriais” (VALE, 2012, p.381). A partir dessas experiências, outras áreas como a Minas Del Rey, em Mariana, e a Minas de Timopeba, em Ouro Preto, receberam as ações do mesmo projeto.

¹¹Segundo dados apresentados na reportagem do Brasil de Fato, em janeiro de 2012, a Vale S. A. recebeu o *Prêmio Public Eye*, considerada a pior empresa do mundo nas questões de direitos humanos, por conta da exploração trabalhista e assédio aos moradores das regiões onde atuam, e por conta dos problemas com o meio ambiente. Dentre os motivos para esse prêmio, a mesma fonte apresenta alguns casos, em âmbito mundial, de tragédias e impactos causados pela exploração predatória da Vale S. A.

¹²No século XX foram identificadas muitas empresas voltadas para o extrativismo mineral com a exploração do ouro; alumínio; ferro; zinco; nióbio; entre outros. Dessa parcela, “Minas Gerais é o maior estado minerador brasileiro, com atividade de mineração em mais de 250 municípios, e mais de 300 minas em operação, o estado possui 40 das 100 maiores minas do Brasil. Além disso, dos 10 maiores municípios mineradores, sete estão em Minas, sendo Itabira o maior do país” (ALMINO, VERDES E FERNANDES, 2014, p.226).

da geração de empregos e aumento da arrecadação do município, em contrapartida, sentem os impactos socioambientais e econômicos negativos trazidos pela exploração mineral. Segundo Araujo, Olivieri e Fernandes (2014, p.2)

[...] a mineração altera de forma substancial o meio físico, provocando desmatamentos, erosão, contaminação dos corpos hídricos, aumento da dispersão de metais pesados, alterações da paisagem, do solo, além de comprometer a fauna e a flora. Afeta, também, o modo de viver e a qualidade de vida das populações estabelecidas na área minerada e em seu entorno¹³.

Para controlar esses impactos, a partir da década de 1990, as empresas tiveram que adaptar à legislação ambiental e social que, a partir desse período, ficaram mais rigorosas no controle das instalações de novos complexos minerais e barragens. É importante ressaltar que as barragens de Mariana-MG e Brumadinho-MG foram construídas na década de 1970, antes da legislação ambiental e social sancionada. Embora as minas sejam anteriores à legislação, essa antecedência não isenta a responsabilidade da empresa sobre os crimes cometidos, uma vez que desde a década de 1990 a atividade mineral está submetida a tal regulamentação.

A primeira exigência, de acordo com a Resolução Conama 237, de 1997, é a liberação do licenciamento ambiental a qual é exigido Estudo de Impacto Ambiental – EIA e o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA (BRASIL, 1997). Por fim, a legislação brasileira prevê, junto com o estudo ambiental, a análise de impacto socioeconômico e cultural, pressionando as empresas a contribuir com a educação ambiental e preservação cultural da comunidade onde atuam.

Essa forma de compensação dos impactos negativos causados pelas empresas, além de contribuir para liberação do licenciamento ambiental, também auxilia na imagem da empresa perante a sociedade. Acarreta a imagem um caráter positivo de empresa atenta a sua responsabilidade com o desenvolvimento sustentável, e suas ações socioculturais facilitam o diálogo com a comunidade onde atua.

Simultaneamente e em acréscimo às mudanças na legislação, o mercado internacional também passou a serem mais exigentes no que tange a verificação da gestão de qualidade de produtos e serviços, certificados pelo ISO 9000 e 14000, e na pressão das empresas com relação ao comprometimento ético com ações voltadas para a

¹³Com relação aos impactos negativos causados pela Vale S A nos municípios mineiros, destaca-se Congonhas; Itabira; Mariana; São Gonçalo do Rio Abaixo; Barão de Cocais; Rio Piracicaba; João Molevade; Brumadinho; Rio Acima; Caeté; Santa Barbara; Raposos; Itueta; Aimorés e Rio Doce.

sustentabilidade, que marcariam a imagem das empresas como socialmente responsáveis.

Segundo Maekawa, Carvalho e Oliveira (2013), o sistema de gestão ISO, fundada em 1946, administrada pela *Internacional Organization for Standardization* de Genebra, teve como objetivo a idealização de normas técnicas de aplicação e padrão no âmbito internacional para a melhoria na gestão das empresas. A ISO 9000 aplica normas de fundamentos e vocabulários, a 9001 compreende normas para que a empresa receba a certificação de qualidade de gestão e a 9004 propõe sugestões de melhoria na gestão de qualidade para receber a certificação em nível internacional.

No Brasil, a partir dos anos 1990, surgiu outra forma de pressionar as empresas com relação ao comprometimento ético e com ações voltadas para a sustentabilidade: a TAC (Termo de Ajustamento de Conduta). Esse compromisso foi instituído pela Lei n.8.069/90 e reforçado na Lei n. 8.07/90. O Termo de conduta trata-se de “[...] documento firmado pelas partes, onde se comprometem a cumprir determinadas condicionantes, de forma a resolver o problema que estão causando ou a compensar danos e prejuízos já causados” (ARAÚJO, 2014, p.10). Nesse sentido, o termo tem o objetivo de regularizar a relação do setor empresarial com o setor social, no que tange a proteção a danos efetivos e potenciais. Esses danos incidem em:

[...] meio ambiente; consumidor; ordem urbanística; patrimônio cultural (bens e valores artísticos, estéticos, turísticos, paisagísticos, arqueológicos, históricos); ordem econômica e a economia popular; crianças e adolescentes; idosos; pessoas portadoras de deficiência; investidores no mercado de valor imobiliário; quaisquer outros interesses transindividuais (MAZZILLI, 2006, p.3).

As partes referenciadas são as empresas que assinam um compromisso escrito em que comprometem em adequar suas atividades às exigências da Lei. De acordo com Mazzilli (2006), esse compromisso das empresas tem força extrajudicial e é legitimado por órgãos públicos – União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. Mesmo com essa estrutura fiscalizadora, no âmbito do setor de extrativismo mineral ainda existem muitas tragédias e desastres que não puderam ser evitados, como foi o caso de Itueta-MG, Bento Rodrigues-MG e Brumadinho-MG¹⁴.

¹⁴Com relação aos impactos causados pelos rompimentos das barragens em Mariana-MG e Brumadinho-MG, o Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH publicou, em 2017, o *Relatório sobre o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco e seus efeitos sobre o Vale do Rio Doce sobre Brumadinho-MG*. A equipe do Observatório de Clima e Saúde, do Laboratório de Informação em Saúde, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e da Tecnológica em Saúde Fundação Oswaldo Cruz apresentaram, em 2019, a *Avaliação dos impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho MG.)*.

Sobre os impactos negativos causados pelo setor de extrativismo mineral, o *livro Recursos minerais e comunidade: impacto humanos socioambientais e econômico* traz um panorama referente os impactos negativos divididos por regiões. No Sudeste, por exemplo, Alamino, Verde e Fernandes (2014) trazem uma análise sobre os impactos negativos causados pela mineradora Vale S. A. nas cidades de Itabira-MG; Congonhas-MG e Ouro Preto-MG. Esses registros mostram que os impactos negativos causados pela mineradora Vale S. A., em Minas Gerais, são com relação ao aumento da poeira de minério de ferro transportado para dentro das cidades; aumento desordenado da população onde atua a mineradora; aumento dos preços dos produtos e moradias; aumento do fluxo de carros e pessoas nas cidades; mudança da paisagem; mudança no modo de vida das comunidades; quebra de tradições; desmatamento de áreas de vegetação primária e da mata atlântica; contaminação das águas do Rio Doce e do Rio São Francisco; inundação da cidade de Itueta-MG; rompimento da barragem no subdistrito de Mariana, em Bento Rodrigues; rompimento da barragem no córrego do Feijão, em Brumadinho-MG; além de problemas psicológicos e sociais provenientes do aumento do consumo de álcool e droga.

Todos esses problemas são levados em conta no relatório de estudos de impacto. A partir deles, os especialistas que compõem a comissão gestora da Vale propõem ações mitigadoras, que vão desde construção de programas de cunho socioeducacionais e culturais até projetos para dinamizar a economia das comunidades, para que elas não fiquem a mercê da arrecadação da mineração.

Para exemplificar a proporção do impacto negativo que a construção de complexos minerais e barragens causam nos territórios, é importante especificar o caso da Cidade de Itueta-MG. O município foi criado em 1926, a partir da agropecuária e extrativismo da madeira lei, principalmente nos anos da construção da linha férrea Vitória-Minas. Com o esgotamento da madeira, o município sofreu retenção econômica, fato que levou a migração da população para outras regiões. Em 1990, devido ao empreendimento do Consórcio Vale - CEMIG, em que visava à construção da UHE Aimorés, a cidade de Itueta foi inundada e os moradores foram realocados para outro lugar. As obras de construção começaram no início dos anos 2000, mas as empresas receberam a licença de funcionamento somente em 2005, inaugurando o empreendimento no ano seguinte (SANTOS E SIQUEIRA, 2015).

Além dos problemas estruturais, pois muitos moradores foram realocados para a “nova cidade” que ainda não estava pronta, segundo Santos e Siqueira (2015, p.473) também “[...] foi feito um trabalho de apagamento de quaisquer traços que pudessem ligar as pessoas ao lugar.” Os lugares ficaram na memória devido ao apagamento do espaço físico. Casas, igrejas, praças e escolas foram inundadas em nome do desenvolvimento da energia comerciável.

Entretanto, é válido pontuar que no mesmo ano de inauguração da UHE Aimorés, a mineradora Vale S. A, uma das empresas financiadoras do consórcio, inaugurava na cidade de Ouro Preto-MG e Mariana-MG o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, responsável pela preservação e conscientização da comunidade a respeito de seu patrimônio cultural. Nesse caso, é contraditório a mesma empresa financiar a preservação da história de uma região e, em outra, investir no apagamento de todo o território. Qual a diferença de ambas no que tange o valor histórico? Pode-se afirmar, a partir desse fato, que existe uma estratégia por parte da empresa Vale no uso da história local?

Ao financiar um programa de preservação cultural com um setor destinado à registrar a história local, a mineradora Vale buscou propagar uma imagem ética e de compromisso com a responsabilidade histórica. Além disso, o programa serviu como estratégia de adequação legal, por conta dos impactos negativos causados pelos trabalhos de extrativismo mineral e, simultaneamente, de marketing empresarial.

Mas é importante refletir qual o sentido dessa responsabilidade histórica, propor mudanças nas relações sociais entre empresa e comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma história empresarial e local, ou servir às finalidades propagandísticas do setor de marketing empresarial ao buscar construir uma imagem positiva junto à sociedade? Segundo Araujo, Olivieri e Fernandes (2014, p. 5)

[...] mesmo as empresas que adequaram seus processos de gestão, passando a adotar alguns mecanismos limpos de produção, e que divulgam uma imagem mercadológica de socialmente responsáveis, não raro continuam a poluir o meio ambiente e a causar impactos negativos nas comunidades onde estão instaladas.

Não são raros os exemplos de tragédias causadas pela mineradora Vale S. A. nos territórios onde atua. Em 25 de janeiro de 2019, na cidade de Brumadinho-MG, a empresa Vale foi responsável por outro episódio que marcou de forma negativa a história da atuação da mineradora no país. Na conta, centenas de pessoas mortas, soterradas pela avalanche vinda da barragem do córrego do feijão, que rompeu

carregando 11,7 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito de minério de silício e ferro, derramados no leito do córrego Ferro e Carvão (OLIVEIRA, 2019, p.16). A estrutura física da comunidade ao redor do complexo da mineradora Vale foi dizimada. Mais uma vez, o que ficou da região foram os resquícios da memória.

Todos os fatos apresentados nos fazem questionar a intenção da mineradora Vale S. A. em financiar programas como o de Educação Patrimonial Trem da Vale, voltados para o reconhecimento da história local e preservação cultural, já que a mesma não exerceu de forma consciente aquilo que simbolicamente a mineradora buscou propagar, no caso, a responsabilidade socioambiental, cultural e histórica.

O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, como será apresentado ao longo deste trabalho, compreendeu todos os setores especificados na TAC, que de alguma forma foram impactados negativamente pelo extrativismo mineral nas cidades de Ouro Preto-MG e Mariana-MG. Esse programa abrangeu educação ambiental, patrimonial e preservação da história local.

Por isso, essa pesquisa busca entender os instrumentos e estratégias utilizadas pela empresa Vale para propagar, através dos trabalhos do núcleo de História Oral, sua responsabilidade histórica frente à comunidade. Como a metodologia de história oral ajudou a oficializar uma história local e, em contrapartida, auxiliou na construção da imagem ética e responsável da mineradora Vale S.A? Qual é a função do conhecimento histórico nesse processo de marketing institucional? Por fim, quais são as contribuições do arquivo de fontes orais produzidos pelo Núcleo de História oral para a ciência histórica?

2.1.1- A atuação da Mineradora Vale em Ouro Preto-MG e Mariana-MG.

Não é novidade que o território atualmente conhecido como Minas Gerais foi preponderante na constituição da história da mineração no Brasil. O desenvolvimento da região está intrinsecamente ligado ao extrativismo mineral. A prática da mineração começou ainda no século XVII, com a exploração do ouro de lavras e faisqueiras, e perdura até os dias atuais com a exploração de metais ferrosos e não ferrosos. Do ouro de aluvião até práticas mais engenhosas como os complexos de minas e barragens, Minas Gerais enriqueceu a partir das atividades de extrativismo mineral. Podem-se destacar as cidades de Ouro Preto-MG e Mariana-MG que se desenvolveram, ainda no

século XVII, a partir da descoberta de ouro nas respectivas regiões do Tripui e Mata Cavalos.

Em Mariana, a história da mineração de ouro começou quando a comitiva dos bandeirantes paulistas Miguel Garcia e Coronel Salvador Fernandes Furtado descobriram ouro no ribeirão que cortava a localidade denominada Mata Cavalos. Logo se formaram os primeiros núcleos compostos por casas de palafita, capelas e lavras de ouro. Para defesa da recém colônia, e devido à importância dela para os negócios da coroa portuguesa, o arraial do ribeirão do Carmo foi elevado à Vila, em 1711. Com seu crescimento populacional causado pela constante imigração de famílias atraídas pelas terras ricas em ouro, a Vila do Carmo além de ser a primeira localidade em investir em planejamento urbano, ela foi elevada à primeira cidade, em 1745 (FONSECA, 1998). No século XIX, com a escassez de ouro, Mariana deixa de ser pólo de especulação e perde seu título de capital para Ouro Preto.

Com o desenvolvimento do parque industrial brasileiro, na metade do século XX, a cidade com intuito de diversificar seus serviços e reduzir o índice de desemprego, recebeu a instalação da fábrica de tecidos de Mariana. É importante pontuar que, em 1914, instalou-se na cidade o ramal ferroviário¹⁵ referente à empresa Central do Brasil.

De acordo com Cândido (2018), somente na década de 1970 a cidade volta a ser cenário atrativo de investimento no setor mineral. O minério de ferro atraiu três empresas de mineração a seguir: Samitri (1965); Samarco (1970) e CVRD (1984). Além do crescimento econômico proporcionado pelo aumento da arrecadação do município das commodities de minério, a cidade sofreu impactos com o aumento acelerado da população e a falta de infraestrutura para receber os grupos que adentravam na localidade atraídos pelo mercado de trabalho no setor de mineração. Por conta disso surgiram novos bairros para acomodar as famílias.

Em relação à Vale S. A., em 2001, a empresa passou ser acionista das empresas Samitri e Samarco, adquirindo 50% do controle das empresas, junto com a empresa de Mineração BHP Billiton (CÂNDIDO, 2018). Na época de mudança de acionista, a Samarco S. A. administrava, em Mariana-MG, o complexo de Germano e a Mina de

¹⁵A construção da estação Ferroviária foi baseada na arquitetura de estilo eclético, composta por uma torre onde consta o perfil da Rainha Maria Ana da Áustria. Como forma de homenagem, Mariana-MG leva a junção do nome da rainha de Portugal.

Alegria¹⁶. Essas aquisições levaram a Vale a terceira maior exportadora de minério de ferro do mundo.

A História da mineração em Ouro Preto começou a se desenvolver a partir da entrada da comitiva do bandeirante paulista Antônio Dias na região do Tripui. Guiados pelo córrego do Funil, em 1698, os primeiros núcleos de povoamento foram erguidos no arraial do Ouro Podre, mais tarde elevada à Vila Rica. Palco de várias batalhas motivadas pela corrida do ouro, Ouro Preto alcançou seu auge ao receber o título de capital mineira, em 1823. Com a escassez de ouro no século XIX, a cidade buscou dinamizar sua economia. Além da mineração de minério de Ferro; bauxita; topázio imperial e trabalhos com pedra sabão, a cidade acelerou seu desenvolvimento industrial com a instalação da Estação ferroviária¹⁷, em 1883, da Fábrica têxtil (Fábrica de Tecidos de Ouro Preto) e a indústria de metal e aço (Alcan). Com relação à atuação da mineradora Vale S. A. em Ouro Preto, pode-se constatar a construção do complexo de minas Forquilhas 1-2-3 e a Mina de Timpopeba.

Ambas as cidades mineiras se destacam quando o assunto é patrimônio cultural. Devido à opulência das minas de ouro, as localidades puderam render grandes acervos culturais, que vão de edifícios arquitetônicos de estilo barroco; rococó; clássico; neoclássico e eclético até um importante patrimônio imaterial. Essa predominância cultural elevou Ouro Preto a patrimônio mundial, em 1980, e Mariana teve um grande perímetro do centro histórico tombado pelos IPHAN e IEPHA.

Em 2006, devido à expansão da mineradora Vale S. A. nas cidades de Mariana-MG e Ouro Preto-MG, somado ao aumento da exportação de minério de ferro para o mercado chinês, levou a empresa a investir cada vez mais em atividades, projetos e programas voltados para o desenvolvimento local. Nesse contexto, no mesmo período de internacionalização da ainda CVRD, a Fundação Vale financiou o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale. Esse programa foi encomendado pela fundação à empresa de consultoria de projetos culturais Santa Rosa Bureau Cultural¹⁸.

¹⁶Com intuito de se destacar entre as empresas multinacionais, a CVRD buscou monopolizar a exploração do minério de ferro, através de sua política de exploração. O monopólio da CVRD se acentuou com a aquisição de “[...] 63,06% do capital total do Grupo Belgo-Mineira e 79,27% do capital votante da Samitri, que possuía 51% da Samarco Mineração” (VALE, 2012, p. 260). Todo esse dividendo era repartido com a australiana *BHP Billiton*.

¹⁷Ramal pertencente à extinta Central do Brasil, que ligava a antiga capital do Rio de Janeiro às cidades mineiras. O edifício arquitetônico da estação é de estilo neoclássico e seu entorno abriga as casas de ex-funcionários da ferrovia.

¹⁸Segundo informações do site da empresa Santa Rosa Bureau Cultural, a agência desenvolve trabalhos de “elaboração, planejamento estratégico, captação e gestão de projetos na área cultural”. A empresa foi

Em cinco de novembro de 2015, segundo Caldas (2017), a cidade de Mariana-MG sofreu com os impactos do rompimento da barragem de rejeito de minério de ferro, do complexo de Germano, localizado no subdistrito de Bento Rodrigues-MG¹⁹. Nessa tragédia foram contabilizados 19 mortos; um grande impacto ambiental, onde 60 milhões de metros cúbicos de lama de rejeito de minério de ferro percorreram 600 km de recursos hídricos pertencentes ao Rio Doce, preenchendo o trajeto do Estado de Minas Gerais até o Estado do Espírito Santo, além de mais uma região que teve seu registro histórico apagado pela inundação, dessa vez, de lama²⁰ (OLIVEIRAS, 2019).

No caso retratado, Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram as regiões diretamente impactadas. Já em Barra Longa, a lama atingiu parte da comunidade de Gesteira. Para fins de negociação e análise dos impactos, a Samarco junto com seus acionistas criou a Fundação Renova²¹. A população das comunidades atingidas ainda luta pelo assentamento das famílias.

2.2- O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale – PEPTV 2.2.1-

Estrutura

Esse tópico apresenta a estrutura do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale com objetivo de compreender sua intenção e finalidade. Todas as informações foram retiradas de relatos técnicos registrados pela própria equipe no livro *Outras memórias outros patrimônios: relato técnico do programa de educação patrimonial Trem da Vale*. Esse livro publicado pela Fundação Vale, em 2010, buscou apresentar todas as especificidades do PEPTV, registrar os relatos dos idealizadores do programa e promover as ações e atividades ofertadas nos espaços culturais. Esse produto

criada pela jornalista Eleonora Santa Rosa, responsável por idealizar diversos trabalhos de gestão cultural. Mais informação: www.santarosabueaucultural.com.br. Acesso em: 01/2020.

¹⁹O complexo era administrado pela empresa de mineração Samarco S. A., controlada pelas acionistas Vale S. A. e pela anglo-australian, a BHP Billiton.

²⁰Depois da tragédia vários estudos multidisciplinares relacionados ao rompimento da barragem em Mariana-MG foram realizados. Pode-se constatar uma constante atualização dos dados referentes aos impactos socioambientais; econômicos e culturais. Os dados apresentados foram retirados do artigo: *A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho*, de 2019.

²¹Segundo informações do portal na web, disponibilizado pela Fundação Renova, ela é uma entidade sem fins lucrativos destinada a reparar os danos causados pelo rompimento da barragem da Samarco, em 2015. Ainda nessa perspectiva, as ações realizadas pela fundação são guiadas pelos pressupostos estipulados pelo Termo de Transação e ajustamento de Conduta (TTCA). Mais informações: www.fundacaorenova.org.br. Acesso em: 01/2020. Além disso, é válido ressaltar que a Vale compõe o grupo de empresas que mantém a Fundação Renova.

desenvolvido pela equipe da empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural idealizou a promoção de uma memória empresarial do Programa, além de ser um suporte que contribuiu para promover a imagem do patrocinador de toda a ação, no caso, a Fundação Vale e a mineradora Vale S. A.

O Programa de Educação patrimonial Trem da Vale foi um projeto realizado pela Fundação Vale, idealizado e administrado pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural, sob financiamento da mineradora Vale S. A., em consonância com a Lei Federal de incentivo à Cultura²² e apoio da empresa de transporte Ferrovia Centro Atlântica (FCA). Em 2003, Roger Agnelli, na época, presidente da Vale S. A., contratou a empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural para idealizar um projeto de revitalização da estrada de ferro, com intuito de aquecer o turismo e o setor cultural das cidades de Ouro Preto-MG e Mariana-MG²³.

O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale foi inaugurado em 2006. A princípio seria denominado Trem azul da Vale, por ter como objetivo central a volta do transporte ferroviário. Contudo, como a força motriz da proposta não era somente o desenvolvimento econômico local, mas, também, de ações voltadas para o campo da educação, a empresa de consultoria escolheu o tema “patrimônio cultural” como chave do programa. Entendia-se que o patrimônio dos bens edificados (pedra e cal) tinha bastante visibilidade no campo das políticas públicas do patrimônio, principalmente por sua importância mercadológica no setor turístico. Na avaliação da equipe de consultoria, Ouro Preto e Mariana eram:

[...] detentoras de um legado histórico imprescindível para o conhecimento e compreensão do processo de construção da nação brasileira, ao longo do processo de valorização e reconhecimento desses bens suas populações mantiveram-se, paradoxalmente, à margem dessa esfera, como que deslocadas e alheias àquilo que se passava nas sucessivas ‘re’ descobertas de sua importância histórica, assim como das esferas do turismo e da produção cultural, delas se beneficiando de forma muito restrita e tangencial” (FUNDAÇÃO VALE, 2010, p.19- 20).

²²Segundo informações disponibilizadas no site da Secretaria Especial de Cultura, essa ferramenta tem como principal objetivo fomentar a cultura no Brasil. A partir desse mecanismo, as empresas de pequeno, médio e grande porte podem financiar qualquer ação cultural e, a partir disso, receber um abatimento no valor do imposto de renda. Esse instrumento de estímulo ao desenvolvimento cultural é uma das ações proferidas pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e foi criada em 1991, pela lei 8.313.

²³Segundo relatos da coordenadora Eleonora Santa Rosa (2010), o ex-presidente Lula numa visita a Ouro Preto para participar de uma cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, em 21 abril de 2003, o mesmo propôs ao presidente da Vale Roger Agnelli um projeto de revitalização do transporte ferroviário para fins turísticos.

Nesse ponto, o próprio contexto sociocultural das cidades mineiras de Mariana e Ouro Preto²⁴ impulsionaram a escolha do patrimônio como diretriz do programa. Ambas as localidades se destacaram nas ações de tombamento dos bens imóveis e integrados sancionadas pelas políticas públicas do patrimônio, principalmente no projeto nacional idealizado no princípio do SPHAN (Serviço do Patrimônio Nacional). Essa imponência cultural acarretou nas cidades uma importante posição no mercado turístico.

Entretanto, devido aos desafios da prática de preservação, principalmente com relação ao envolvimento da sociedade civil e na identificação das referências culturais, o PEPTV priorizou o patrimônio histórico e cultural ajustado aos bens imateriais, intangíveis. Para suprir toda demanda requerida pelo projeto, foi formada uma equipe interdisciplinar com intuito de abarcar todos os recursos requisitados pelo campo do patrimônio cultural. A equipe era composta por arquitetos, engenheiro, ambientalista, Historiadores, consultor musical, educador circense, equipe de comunicadores sociais e equipe de designers gráficos²⁵.

É importante ressaltar que essa proposta veio no momento em que o governo do ex-presidente Inácio Lula da Silva sancionou, em 2003, o Plano Nacional de Revitalização das Ferrovias no país²⁶. O objetivo desse plano era dar utilidade aos ramais ferroviários, nos quais muitos deles estavam em ruínas devido à falta de proteção por parte das políticas do patrimônio ferroviário e a escassez de recursos para sua restauração e manutenção. O objetivo do Plano Nacional era buscar recursos privados para a revitalização dos espaços ferroviários e, conseqüentemente, aquecer o mercado turístico das regiões onde localizava as antigas ferrovias usadas para o transporte de passageiros e mercadorias, desde o século XIX.

Muitos ramais de acordo com Dantas (2007) antes administrados pela união, sob a administração da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), foram privatizados em 1992,

²⁴Ouro Preto ganhou o título de patrimônio Estadual (1933); Nacional (1938) e Mundial pela UNESCO (1980). Mariana por ter sido a primeira vila e cidade planejada de Minas Gerais preserva um rico e extenso perímetro histórico.

²⁵Para a idealização do projeto foi contratado o arquiteto Jason Santa Rosa; a produtora executiva Alessandra Oliveira; a arquiteta Isabela Vecci; o engenheiro Márcio Sant Rosa; o arquiteto SamyLanski; o consultor musical Fernando Sardo; a educadora circense Juliana Sevaybricker; a criadora de multimídias e roteirista Anna Flávia Dias Sales; a Historiadora Joanne Guerra Simões e Éder Santos.

²⁶Esses ramais contemplados pelo Plano nacional foram subutilizados, desde 1950, quando segundo Monastirsky (2006, p.38) a “implantação do sistema rodoviário se fez em detrimento do ferroviário”. Houve outras tentativas de reabilitação do transporte ferroviário, por exemplo, com a criação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), em 1957, para administrar as ferrovias de transporte de mercadorias e passageiros, mas sem sucesso (DANTAS, 2007). Em Ouro Preto, em 1980, o trem mais uma vez foi reabilitado para transporte de passageiros, mas o serviço não demandou muita procura.

dentro do Programa Nacional de Desestatização (PND). Suas estruturas foram divididas em malhas regionais, administradas por 30 anos por várias empresas privadas. Por esse motivo, as dificuldades enfrentadas para a execução do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale foram com relação à aquisição da malha ferroviária que estava dividida entre a união e a Ferrovia Centro Atlântica (FCA). A priori o programa compreenderia a aquisição de uma locomotiva²⁷ de 13 vagões²⁸ e a restauração de todos os ramais ferroviários localizados em 18 km de linha férrea, que perpassava entre as cidades Ouro Preto, no subdistrito de Passagem de Mariana, e Mariana (distrito sede). A viabilização financeira do programa veio através da captação de recursos advindos do Ministério da Cultura (MIC), através da Lei Rouanet, e a partir do dinheiro direto da empresa de mineração Vale S. A. vindo de sua fundação. Somando os recursos destinados à revitalização da ferrovia e do programa, totaliza-se 48,5 milhões de reais.

Cada estação responderia a uma função do programa. Na estação de Ouro Preto²⁹ ficaria as salas museográficas da Maquete; Sala de memórias; Sala UFOP; Vagão Sonoro; Biblioteca e a Tenda Cultural destinada aos cursos, eventos e aulas circenses. As Estações de Vitorino Dias e Passagem de Mariana³⁰ serviriam como suporte das ações de educação patrimonial e ambiental. A estação de Mariana³¹ receberia a instalação da biblioteca; o Vagão dos sentidos; o vagão do Núcleo de História Oral Trem da Vale; a praça lúdico-musical e a oficina da Ferrovia Centro Atlântica, empresa

²⁷ Segundo registrado no livro *Outras memórias outros patrimônios*, a locomotiva a vapor, mais conhecida como Maria- Fumaça, adquirida pelo Trem da Vale foi fabricada em 1949 pela Skoda da República Tcheca. O outro modelo conhecido como EMD G8 ou Loco 201, fabricada em 1950, foi adquirida da RFFSA de Santa Catarina.

²⁸ Segundo relatos técnicos da equipe do PEPTV (2010), seis vagões seriam destinados à composição do trem e os outros sete ficariam parados nas estações para serem usados nas atividades culturais. Todos eles foram disponibilizados pela Associação Brasileira de Proteção ferroviária (ABPF) e reformados na cidade de Além Paraíba (MG).

²⁹ A estação de Ouro Preto é um edifício arquitetônico pertencente ao estilo neoclássico, construído em 1883, ainda no período imperial. Antigamente conhecida com E.F. D. Pedro II, mais tarde denominada Central do Brasil (DANTAS, 2007). Após a aquisição do espaço pela empresa Vale S. A., a estação além embarcar e desembarcar passageiros, em 2006, ela passa a ser também espaço cultural. Suas salas viraram espaços expográficos que contavam um pouco da história local.

³⁰ A estação de Vitorino Dias é um prédio de estilo eclético inaugurado em 1914. O espaço leva o nome do antigo diretor da fábrica de tecidos de Ouro preto. Com a inauguração do Trem da Vale, o espaço foi revitalizado e sua função foi de armazenar as publicações do programa. A estação de Passagem de Mariana também é uma construção eclética de 1914. Antigamente, o espaço servia para armazenar o ouro da mina de ouro passagem de Mariana. Com a revitalização do prédio, em 2006, o empreendimento passou a servir de ponto de apoio para as atividades do Trem da Vale.

³¹ A estação de Mariana foi inaugurada em 1914. Seu edifício arquitetônico é de estilo eclético e se localiza na parte central da cidade. Em 2006, devido à aquisição da estação pela mineradora Vale S. A., o PEPTV construiu vários espaços culturais dentro e fora da estação.

de transporte e de logística da Vale responsável pela administração do trem turístico que circularia entre Ouro Preto e Mariana³².

Na estação de Ouro Preto, a Sala da Maquete, por exemplo, além da projeção que representava o trajeto por onde o trem perpassava, referenciando pontos significantes da história local, o espaço continha um móvel onde guardava um pouco da história da evolução dos trens. A sala UFOP era um espaço onde armazenava um pouco da história da disciplina de ferrovias ofertada pelo curso de Engenharia de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto. A exposição permanente mostrava maquetes pedagógicas das quais os professores da antiga Escola de Minas usavam para ensinar os alunos a construção de pontes, o trato com as máquinas a vapor e o uso do telégrafo³³.

Em 1º de setembro de 2011, o programa inaugurou a sua última sala na Estação de Ouro Preto, conhecida como “Sala de memórias”. Esse espaço museográfico complementou as ações educativas do núcleo de História oral, onde disponibilizava todas as entrevistas para os visitantes da própria cidade ou de outros lugares do mundo. A sala era usada para exposições temporárias com objetos aliados aos temas das entrevistas³⁴.

Além das salas existiam os vagões e a tenda cultural instalados na estação de Ouro Preto para receber as atividades do programa. Três vagões eram destinados a essa função. O primeiro vagão conhecido como “sonoro ambiental” possuía uma estrutura construída de várias sucatas, com latão e roda de bicicleta, idealizada por Fernando Sardo, consultor musical. No local era realizada a Oficina Ecológica de construção de instrumentos musicais. No segundo vagão foi instalada uma cafeteria para atender o público em geral. O último vagão recebeu, em 2009, uma biblioteca.

Na Estação de Mariana, a sala da biblioteca disponibilizava livros, obras, jogos e internet para a comunidade local. No átrio da estação ficava a praça lúdico-musical onde tinha “brinquedos sonorizados e instrumentos musicais gigantes, como metalofone tubular, órgão de tubo com bombas de ar, totem de percussão, flauta de êmbolo e

³²Informações retiradas do livro *Outras memórias, outros patrimônios: relato técnico do programa de Educação Patrimonial Trem da Vale*. Coordenação editorial Eleonora Santa Rosa. Belo Horizonte, Fundação Vale. Rona, 2010.

³³Todos as peças expostas foram doadas em forma de comodato para o Trem da Vale. Segundo o artigo 579 do código civil, o contrato de comodato é “o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Perfaz-se com a tradição de objetos”.

³⁴De 2011 até 2015, início e fim da sala de memórias, o espaço recebeu a exposição sobre mineração; educação; ferrovia; tecelagem e clubes sócios esportivos. Todos os objetos da exposição eram emprestados pelos próprios entrevistados.

gangorras cujo movimento as faz soar com paus de chuva indígena” (FUNDAÇÃO VALE 2010, p. 109).

Em Mariana foram instalados quatro vagões destinados às atividades do programa. Em dois deles ficavam a equipe do núcleo de história oral e do Vale registrar, onde eram feitos os registros dos depoimentos dos moradores da região sobre temas previamente delimitados. Já o vagão dos sentidos foi idealizado para receber vídeos sobre o patrimônio cultural, além de imagens e sons para estimular sensorialmente os visitantes.

2.2.2- Diretrizes do Programa

O PEPTV tinha como mote conscientizar a comunidade local sobre a importância de conhecer e preservar o meio ambiente e o patrimônio cultural da região, numa perspectiva pautada em “[...] desenvolver algo em torno do patrimônio histórico e cultural, mas desta vez desviando um pouco o olhar dos bens edificados para ajustar o foco nos bens imateriais, intangíveis” (FUNDAÇÃO VALE 2010, p. 20).

As diretrizes educacionais para a fundamentação do projeto vieram da UNESCO, do relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, de Jacques Delors (2005), intitulado *Os quatro pilares da educação*. De acordo com o relatório, a sociedade contemporânea passava por intensas transformações no cotidiano e nas paisagens naturais e urbanas causadas principalmente pela nova dinâmica econômica. Essas constantes mudanças acarretariam à comunidade local uma perda de referência cultural. Muitas manifestações estavam sendo esquecidas, alteradas ou substituídas por outras desenraizadas do contexto social.

Diante desse cenário, segundo os organizadores, o objetivo das atividades culturais do Trem da Vale era “contrapor ao atual processo de desenraizamento da sociedade determinado pela exclusão social e cultura” (FUNDAÇÃO VALE 2010, p.21). Assim, essas atividades propagavam que o dever de ações no âmbito da educação voltada para a preservação e constituição da identidade cultural não é responsabilidade somente da esfera pública, mas “o setor privado deve ser incorporado para implementar, apoiar e assegurar [...]” (FUNDAÇÃO VALE, 2010, p.23) o processo de democratização da cultura e educação, buscando sensibilizar e mobilizar a comunidade sobre a importância de reconhecer e preservar a sua referência cultural.

Todas as atividades ofertadas pelo programa eram respaldadas pelos princípios da educação patrimonial e ambiental compreendidos pelos órgãos governamentais no âmbito federal, no caso, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e artístico (IEPHA).

Com relação à metodologia de educação patrimonial, suas ações foram inseridas no contexto brasileiro, em 1983, a partir do seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, e foram adaptadas da iniciativa proposta na Inglaterra, designada como *Heritage Education* (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999). A base pedagógica dessa metodologia propunha:

[...] um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. [...] é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita o indivíduo fazer leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal que está inserido (HORTA, GRUNBERG e MONTEIRO, 1999, p.6).

Sob essa perspectiva, o Programa Trem da Vale idealizou seus subprogramas: Vale conhecer; Vale preservar; Vale registrar e Vale Promover reportados dos princípios da educação patrimonial observação; registro; exploração e apropriação (HORTA, 1999). Essa estrutura serviria para organizar as ações educativas do projeto, ou seja, decidir as atividades internas e o público alvo.

As atividades ofertadas pelos subprogramas estavam imbricadas para que uma desse a outra. Segundo a equipe do PEPTV, a intenção de ambas era fazer com que o público em geral identificasse as referências culturais e naturais da região de Mariana e Ouro Preto e se mobilizassem para sua preservação. Além disso, objetivava a promoção dos bens culturais e naturais da região, promovendo-as para o mercado turístico.

O Vale Conhecer objetivava parcerias com estudantes e professores das escolas da região com intuito de construir em conjunto atividades de educação patrimonial aliadas às necessidades da comunidade escolar. A partir da implementação de projetos interdisciplinares nas escolas, os profissionais da área do patrimônio cultural e ambiental buscavam incentivar os atores sociais a conhecer a cultura local para preservá-la. Para o registro das ações foi desenvolvido o “Diário de Viagem” para os professores e os alunos atuarem no processo de conscientização e mobilização.

O Vale Preservar tinha como objetivo trabalhar com todas as expressões, saberes e modos de fazer resultantes da prática social. A metodologia utilizada também seria o da educação patrimonial, praticada nos espaços da biblioteca. O público alvo dessas ações

seria as escolas de ensino fundamental, a comunidade local, turistas e convidados em geral. O intuito das atividades era incentivar a comunidade escolar e local a criarem autonomia no processo de escolha de seu patrimônio afetivo. Devido às semelhanças nas práticas pedagógica, em 2007, a equipe do PEPTV determinou a junção das duas ações supracitadas, assim surge o “Vale conhecer para preservar”. Esse subprograma ampliou suas frentes de atuação. As ações passaram a dar prioridade à comunidade escolar e local.

As atividades do Vale Conhecer para Preservar eram personalizadas de acordo com o público alvo. Para os estudantes, a prática pedagógica auxiliaria na sensibilização dos alunos para que eles projetassem um “olhar diferenciado” para seu meio social e, a partir dessa observação, pudessem ter a possibilidade de identificar “elementos que integram sua cultura e identidade” (FUNDAÇÃO VALE 2010, p.98).

Com relação aos professores, a proposta das diretrizes do PEPTV era contribuir para a “formação continuada” dos docentes, dando-lhes condição de planejar ações de educação patrimonial na sala de aula, a partir de práticas interdisciplinares orientadas de acordo com a proposta dos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais). Na questão da comunidade local, os profissionais do PEPTV realizavam visitas guiadas nos espaços culturais das estações ferroviárias, disponibilizava viagens de trem para os moradores, conhecido como circuitos diferenciados, e oferecia educação circense³⁵ para o público infanto-juvenil de comunidades mais carentes e vulneráveis da cidade de Ouro Preto-MG.

O Vale Promover era um subprograma responsável pela divulgação de todas as atividades do projeto. Essa estratégia informativa buscava dar suporte às ações dos outros subprogramas no processo de divulgação do patrimônio cultural da região. Segundo a Fundação Vale (2010) são objetivos do Vale Promover:

Promover o conhecimento sobre o patrimônio cultural local; Desenvolver a percepção sensível (educação dos sentidos); Desenvolver a atitude crítica; Promover o respeito e o interesse pelo patrimônio cultural; Promover a reflexão sobre a diversidade cultural.

Nos primeiros anos do PEPTV, o subprograma Vale Promover utilizava como instrumento de promoção do conhecimento os “Roteiros Sensíveis”, jogos interativos

³⁵ O projeto de educação circense era denominado como “Circo da Estação”. As aulas eram oferecidas na Tenda cultural, da Estação de Ouro Preto. Segundo a Fundação Vale (2010, p.101-102), as aulas de técnica de circo compreenderiam vários setores como “os malabares; acrobacia de solo; acrobacia aérea e equilibrismo, além de ensino de artes cênicas para atuarem como palhaços.”

como o “Lá e Cá-Origem e Destino” e o “Guia Cultural³⁶”. Devido aos resultados obtidos pela equipe do PEPTV, novas ações foram inseridas no contexto do subprograma Vale Promover. O Vagão dos Sentidos e a Praça Lúdica musical, referenciadas no tópico anterior, auxiliariam no processo de educação dos sentidos e nas atividades de promoção do patrimônio cultural local.

Como complemento das atividades educativas, o PEPTV idealizou os circuitos diferenciados. Essas ações tinham como intenção promover o contato do público em geral com o meio social onde estão inseridos e com os espaços culturais das estações ferroviárias. Nas salas das estações eram desenvolvidas atividades educativas de acordo com o perfil do visitante. Dentro do trem disponibilizavam estagiários para dar informações sobre a natureza e o histórico dos locais onde o trem perpassava. Os circuitos diferenciados eram divididos em Circuito Escolas; Circuito comunidade; Circuito outras escolas e os trens para o público em geral.

O Vale Registrar tinha como mote o registro das atividades do PEPTV e também tinha o objetivo de capturar e preservar o patrimônio Imaterial, entendido como “I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, artigo 216). Sob esses princípios, o Vale Registrar partia de duas frentes em suas ações com a comunidade: vídeos cabines e a história oral. A primeira disponibilizava em pontos estratégicos das cidades e distritos de Ouro Preto e Mariana cabines interativas, que registravam as opiniões dos moradores a respeito do patrimônio local. Já a metodologia de história oral era elaborada a partir de roteiros de entrevistas os quais guiavam toda a ação. Os entrevistados eram escolhidos de acordo com o seu conhecimento sobre os temas propostos pela equipe. O produto final dessa ação era um conjunto de transcrições das entrevistas e as gravações audiovisuais. As transcrições eram disponibilizadas para consulta na biblioteca de Mariana e as gravações eram editadas em formatos de documentários ou reduzidas em trechos armazenados na sala de memórias, na estação de Ouro Preto.

³⁶Os Roteiros Sensíveis divulgavam informações, incluídas em roteiros impressos, sobre o patrimônio cultural e natural no trecho onde o trem perpassava. O Lá e Cá-Origem e Destino era um jogo interativo, inserido em suporte multimídia, instalado nas estações de Ouro Preto e Mariana, que levaria o visitante a entrar em contato com uma série de perguntas, com espaço para resposta, sobre a história das cidades. O Guia Cultural era um produto informativo inserido em formato multimídia nas duas estações, com roteiro contendo um histórico das cidades e das estações ferroviárias.

No que tange à preservação da memória social e empresarial, o subprograma “Vale registrar”, em 2008, criou um novo setor que originou o Núcleo de história oral. O setor contava com uma equipe interdisciplinar, fator preponderante na organização de instrumentos metodológicos de tratamento das entrevistas de forma que elas fossem disponibilizadas tanto nas ações de educação patrimonial, na Sala de memórias, quanto para fonte de pesquisa.

A partir dessas atividades criou-se um grande acervo de fontes audiovisuais e de transcrições de entrevistas, divididas em dois eixos: História de Ouro Preto e História de Mariana. O recorte temporal delimitado pela equipe do núcleo foi o final do século XIX e o desenrolar do século XX. Dentro desses eixos foram inseridos seis subtemas: História de vida; História da educação; História da mineração; Clubes sócio esportivos; História da Ferrovia e Fábricas de tecelagem³⁷.

Toda essa estrutura do PEPTV montada pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural sob financiamento da Fundação Vale chegou ao fim no início do ano de 2015. Foram apontados vários motivos para a paralisação das ações culturais. Repercutiu-se que o caso da ação civil de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público Estadual contra a presidente da empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural, Maria Eleonora Barroso Santa Rosa, teria sido o motivo pelo qual a Vale S. A. resolveu romper com o PEPTV³⁸. No caso, possivelmente, não seria interessante para a imagem da Vale S. A. estar associada à polêmica envolvendo a idealizadora do Trem da Vale.

Contudo, é importante frisar que somente as ações de cunho sociocultural foram finalizadas. O Trem da Vale continuou a circular pelo trecho Ouro Preto e Mariana, somente com função mercadológica para o mercado turístico. Além das atividades, os materiais produzidos pelo PEPTV foram abandonados e “entulhados” nas quatro estações revitalizadas pela Fundação Vale.

³⁷Todas as entrevistas foram idealizadas pela equipe do Vale registrar. Ressalta-se que o método utilizado nas fontes, como pontua Josiane Guimarães umas das historiadoras à frente desse projeto, tomou-se como base o trabalho do CEPEDOC (Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas) e do Museu da Pessoa de São Paulo que são referências no Brasil nas ações de história oral. O recolhimento das narrativas era gravado (fotografia; filmagem e gravador de voz) e tratado da forma mais fiel possível. O entrevistador tinha um roteiro para direcionar as perguntas de acordo com a necessidade de informação do tema apresentado.

³⁸A presente reportagem sobre a ação judicial contra Eleonora Santa Rosa foi reportado pelo portal G1.com, em 8 de janeiro de 2014, intitulada *Justiça determina bloqueio de bens de ex-secretária de cultura de MG: decisão afeta sócia de Eleonora Santa Rosa e empresas que elas dirigem. Ministério Público alega enriquecimento ilícito; citadas em ação negam*. In Superintendência de Comunicação Integrada (Clipping), do Ministério Público Estadual, p. 2 – 3.

Dado as questões dessa apresentação foi constatado que os estudos referentes ao Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale trouxeram perspectivas e reflexões referentes aos setores do turismo e seus impactos sociais, econômicos e estruturais, principalmente no que tange a concepção de educação patrimonial assegurada pelas atividades do programa. Além disso, outro ponto recorrente nas discussões é sobre a estratégia da Vale S. A. na construção da sua imagem positiva junto à comunidade³⁹.

Essa reflexão acerca das estratégias de marketing priorizou a questão da responsabilidade social corporativa, mas não aprofundou na análise de outro segmento ligado a essa responsabilidade na qual a mineradora buscou propagar com o PEPTV, a responsabilidade histórica, entendida como:

[...] as ações que não visam obter lucro ou propósito de valorizar sua imagem institucional. Nesse caso a organização tem consciência que, como membro da sociedade, tem responsabilidades e deve assumir uma postura transparente. Não se trata aqui apenas de compartilhar sua história e seu acervo; cabe às empresas compartilhar o conhecimento social produzido, objetivando o desenvolvimento e a melhoria da sociedade, da qual é parte integrante (SOUZA, 2014, p. 112).

Nesse sentido, paira a questão sobre a função da História num Programa de Educação Patrimonial financiado por uma empresa de extrativismo mineral. O que identifica os trabalhos do Núcleo de História Oral Trem da Vale como ações de responsabilidade histórica? Qual é o precedente que levou a mineradora promover ações de cunho histórico? De que forma a empresa se beneficiou desses trabalhos de produção de saber histórico?

De acordo com as constatações dos autores Kerber e Ott (2014, p.220), “quase não há pesquisas vinculadas a programas de pós-graduação que analisam qual história e qual memória foram criadas a partir do investimento de empresas privadas em patrimônio”. Nesse ponto, é importante analisar a razão e forma como a história oral foi usada como instrumento para viabilizar a responsabilidade histórica aliada à imagem da empresa. Afinal, qual é a utilidade desses projetos para as empresas?

Assim, o próximo capítulo irá abordar a inserção da história no campo empresarial. No primeiro tópico, a intenção é apresentar um panorama das mudanças na sociedade contemporânea que impulsionaram o interesse das empresas pelo resgate da história local e preservação da memória. Num segundo momento, o intuito é apresentar a utilidade da memória social e da memória empresarial no processo estratégico das

³⁹ Os trabalhos referentes ao PEPTV foram realizados por Maia e Dias (2009); Souza, Sena e Maranhã (2016) e Medeiros, Zica e Oliveira (s/d).

empresas na construção da responsabilidade histórica. No último ponto, busca-se analisar as estratégias da mineradora Vale S. A. para construir a imagem de empresa atenta à responsabilidade histórica. Nesse ponto, serão analisadas as ações do Núcleo de História Oral Trem da Vale e o espaço expositivo, na Estação de Ouro Preto, conhecida como Sala de Memórias.

3- CAPÍTULO II: AS EXIGÊNCIAS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO ÀS EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES: ESTRATÉGIAS DE MERCADO NO TRATO DAS RELAÇÕES PÚBLICAS E A INSERÇÃO DA HISTÓRIA NA EMPRESA.

A intenção desse estudo é apresentar uma análise do Núcleo de História Oral Trem da Vale, um subprograma do Programa de Educação patrimonial Trem da Vale, financiado pela empresa de mineração Vale S.A., através da sua Fundação de incentivo ao desenvolvimento sociocultural. O intuito é identificar o uso da História por parte da mineradora Vale como meio de propagar uma imagem de uma empresa atenta à responsabilidade histórica.

Essa estratégia de construção de uma “imagem mercadológica de socialmente responsável”, como será apresentada, foi muito usada como artifício pelo setor de marketing de grandes empresas, principalmente depois da década de 1980. Esse período marcou a intensificação de políticas públicas mundiais voltadas para ações de sustentabilidade socioambiental e de preservação cultural. Somado a essas questões, no final da década de 1980, o mercado empresarial promoveu renovações nas suas estruturas administrativas nas quais permitiram a inserção das empresas nos problemas suscitados pela sociedade. Esses problemas advinham das consequências da globalização no âmbito político, econômico, sociocultural e ambiental.

Nesse contexto, o setor de marketing empresarial inseriu em suas estratégias pressupostos para lidar com a complexidade das relações públicas. Essas estratégias se pautavam na promoção de ações voltadas para responsabilidade social as quais acarretariam à empresa a positivação da sua imagem junto às comunidades onde atua. Segundo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade social (2003) configura-se como responsabilidade social a adoção pelas empresas de ações que valorizem seus serviços, empregados, colaboradores e comunidade local e promova readequações em suas atividades com vistas à preservação do meio ambiente.

É importante pontuar que a responsabilidade histórica, foco dessa dissertação, se desenvolveu como ramo da responsabilidade social corporativa. A responsabilidade histórica, abordada no capítulo anterior, de acordo com Souza (2014, p. 112), visa compartilhar o conhecimento social produzido seja no âmbito das próprias corporações ou nas comunidades onde está envolvida, com o intuito de contribuir com o

desenvolvimento social. Somado a essa reflexão sobre responsabilidade histórica, para Sivan (2007, p.1) o termo remete

[...] a uma conjugação de esforços que inclui o resgate da história das empresas; valorização das tradições, do modo de vida e da história pessoal de seus colaboradores; conservação e restauração de seu patrimônio arquitetônico e urbanístico, além de móveis, equipamentos e objetos de uso cotidiano.

Essa responsabilidade parte do princípio de investimento empresarial em ações de preservação da memória e usos da História com intuito de representar a origem e trajetória das empresas, armazenar as memórias empresariais para utilizá-las como apoio à gestão interna e criar elos de identificação ao inserir as empresas (marca e produto) no contexto social. Com relação à responsabilidade histórica sancionada pelas empresas, é válido questionar em que contexto a história foi usada pelas empresas como estratégia no trato de suas relações públicas. Qual história e qual memória foram representadas por elas? No âmbito estratégico, qual interesse utilitarista estaria por trás dessas políticas de financiamento de espaços de memória?

Todas essas questões remetem a três pontos: prática, uso e utilitarismo estratégico. Buscando responder a esses questionamentos, o presente capítulo será dividido em três tópicos. A primeira busca explicar sobre os desafios da sociedade contemporânea impostos às organizações empresariais com intuito de responder o porquê e quando o setor empresarial passa a atrelar a responsabilidade histórica à manutenção da imagem corporativa. O segundo trará as estruturas estratégicas da empresa Vale S. A. no que tange as suas relações públicas. Por fim, o último tópico irá apresentar uma breve contextualização referente ao uso da história oral no mercado empresarial.

3.1- Os desafios da sociedade contemporânea às organizações empresariais

O mundo globalizado trouxe inúmeros desafios às organizações empresariais. Por estarem inseridas num contexto social, as empresas também tiveram que se adequar às demandas requeridas pela sociedade contemporânea no trato das relações públicas. De acordo com o diagnóstico de Hartog (2014, p. 151) sob as demandas da sociedade contemporânea:

manifesta no presente a preocupação com a conservação (de monumentos, de objetos, de modos de vida, de paisagens, de espécies animais) e ansioso em

defender o meio ambiente. Os modos de vida local e a ecologia, de temas exclusivamente contestatórios passaram a ser temas mobilizadores e promissores.

Sob essa prerrogativa, o mercado global passou a exigir das empresas a articulação entre a qualidade dos serviços e produtos, em decorrência da competitividade, e, simultaneamente, formas de alcançar credibilidade junto à sociedade. A formação da opinião pública passou a ser estratégica política. Os investimentos das empresas em programas de desenvolvimento sociocultural promoveram estratégias de persuasão e convencimento nas negociações.

Aliada a essas exigências, segundo o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2003) três revoluções foram fundamentais para inserir novas demandas de mercado. A primeira seria a Revolução tecnológica, na qual proporcionou a quebra de barreiras e aceleração de informação. A segunda seria a revolução educacional que permitiu ampliar o acesso à informação. A última seria a revolução cívica marcada pelo crescimento de grupos governamentais, ou não, envolvidos em causas a favor dos direitos humanos, ambientais, culturais, enfim, dos interesses coletivos.

Na defesa do meio ambiente, as consequências do uso de novas tecnologias na vida cotidiana e as necessidades da sociedade informatizada e de consumo, produziram uma intensificação e aceleração produtiva, requisitando ao setor industrial o aumento da exploração dos recursos naturais. Essa produção acelerada, principalmente depois do desenvolvimento populacional, da Revolução Industrial e das descobertas científicas no pós II Guerra Mundial, acarretaram mudanças climáticas causadas pela ampliação de indústrias nas quais emitiam no ar impurezas e na água poluentes nocivos a natureza. Dentre os impactos negativos, identifica-se a extinção de espécies, aquecimento das geleiras, desertificação e chuvas ácidas.

Esses impactos advindos de ações antrópicas intensificaram as pressões das organizações globais e ecologistas sob as empresas para que elas readequassem suas atividades ao uso de fontes energéticas mais renováveis, e suas cadeias produtivas impactassem menos o meio ambiente. Como aponta Mittelman e Scholte (s/d) em estudo sobre a globalização ocorreu a proliferação de organizações globais, as chamadas agências de governança global. As agências da ONU (Organização das Nações Unidas), do FMI (Fundo Mercado Internacional), do Banco Mundial e da OMC (Organização Mundial do Comércio) “[...] formulam, programam e, em alguma medida, pressionam

para que haja a adoção de normas, regras e procedimentos trans mundiais nas mais diversas áreas” (MITTELMAN E SCHOLTE, s/d, p.107). Todas essas pressões nacionais e internacionais propiciaram a inserção de temas como “sustentabilidade” ligados aos princípios éticos e ações de desenvolvimento socioeconômico.

No que tange a preocupação com a conservação patrimonial, nessa sociedade ávida pelo consumo, a percepção do tempo e a circulação de informação transformaram em passagens cada vez mais efêmeras. Priorizou-se o imediatismo. Como consequência dessa aceleração, segundo Huyssen (2000, p.26) “a cultura da memória preencheu uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas”. Houve uma emergência da memória, por parte da sociedade contemporânea, com intuito de enfrentar as instabilidades temporais.

As políticas públicas do patrimônio, a preservação da memória, a multiplicação e invenção de tradições foram transformadas em instrumentos de proteção contra as aceleradas transformações inseridas nos espaços sociais, principalmente devido à consequências da globalização. Como forma de proteção desse tempo efêmero e desarticulador são perceptíveis a importância, no Brasil, dado ao patrimônio e a inflação de museus e espaços de memória na década de 1980. Nesse período, a perspectiva de utilizar a história como uma possibilidade de reafirmação das identidades ganha relevo.

Diante dessas demandas sociais, o quesito responsabilidade social, ambiental e histórica ganharam visibilidade no setor de comunicação das empresas, que buscavam adequar às exigências do mercado internacional⁴⁰. Essas exigências do mercado às empresas levaram-nas a “alinhar competitividade e credibilidade” (SOUZA, 2010, p.75). De acordo com Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social (2003, p.06):

O passado, o que identificava uma empresa competitiva era basicamente o preço de seus produtos. Depois, veio a onda da qualidade, mas ainda focada nos produtos e serviços. Hoje, as empresas devem investir no permanente aperfeiçoamento de suas relações com todos os públicos dos quais dependem e com os quais se relacionam: clientes, fornecedores, empregados, parceiros e

⁴⁰ Em 1972, por exemplo, como demonstra Santo (2017) ocorreu a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo. Ao longo do século XX outros acordos foram firmados com os países com intuito de evitar ações mais perversas na natureza. Campos e Canavezes (2007) apresentam o Protocolo de Quioto como um acordo no âmbito internacional que objetivava impor limite aos países industrializados no que tange a emissão de gases prejudiciais, os quais contribuíam para o efeito estufa. Santos (2007) pontua outros dois acordos importantes para o comprometimento e normalização das empresas às questões ambientais: Eco-92, ocorrida no Rio de Janeiro e a Agenda 21, ações entre 179 países de proteção e conservação dos recursos naturais.

colaboradores. Isso inclui também a comunidade na qual atua o governo, sem perder de vista a sociedade em geral, que construímos a cada dia.

Sobre a relação empresa e sociedade, segundo a análise de Giddens (1997, p.36), as consequências da modernidade nas relações sociais foram as mudanças no sistema de “confiança”. Para a constituição do elo entre setor empresarial e social, os indivíduos demandariam muito mais que a probidade (honra) ou relações mais intimistas/paternalistas, mas estariam mais ligados a uma “credibilidade abstrata”, garantida pelo poder de convencimento do crer, adquirido a partir de um conhecimento técnico e na construção da confiabilidade garantida pelo elo de pertencimento.

A formação da opinião pública passou a ser estratégica política do setor empresarial na busca pela abertura do mercado aos seus produtos e serviços ou na negociação com a comunidade perante aos empreendimentos que acarretavam impactos negativos ao território. As empresas para sua manutenção no mercado dependiam de estratégias políticas no trato das relações públicas, pois, nessa sociedade cada vez mais informatizada, a hiper conectividade trazida pela internet fez com que a opinião pública ganhasse espaço no controle das ações financeiras.

Além dos avanços tecnológicos os quais permitiram a ampliação do acesso à informação, no Brasil, por exemplo, outro fator que abriu espaço para a relação empresa e opinião pública foi o período de redemocratização no país. As empresas passaram a lidar com “[...] novos interlocutores, entre eles sindicatos e os partidos políticos de perfil democrático, de centro e de esquerda” (NASSAR, 2007, p. 37).

Quando se afirmar que opinião pública interfere na evolução das empresas no mercado, quer dizer que ações nocivas que não compactuam com as necessidades coletivas podem comprometer tanto as transações comerciais, quanto destruir a imagem perante a sociedade ao qual ela se insere. Por isso, a não adequação às novas exigências sociais comprometem o diálogo pacífico com movimentos sociais, sindicatos, grupos políticos e organizações não governamentais, fato que acarretaria as empresas e corporações problemas como queda na procura de seus produtos, interrupção da produtividade e ações judiciais.

Diante do exposto, as demandas impostas pelo mercado e pela sociedade contemporânea exigiriam muito mais do que um profissional de relações públicas⁴¹ para produção da imagem corporativa. Segundo Kunsch (2008, p.14) “não se pode limitar o

⁴¹Nassar (2008, p.48) pontua que o primeiro profissional de relações públicas foi o jornalista Ivy Lee, nos EUA, em 1906. O jornalista foi contratado para mudar, na opinião pública, a imagem de John Rockefeller.

trabalho de relações públicas apenas a contar e divulgar os feitos e realizações das organizações. Estas precisam ser conscientizadas de sua responsabilidade para com a sociedade e de seu compromisso com a sustentabilidade”.

Além das mudanças no contexto social, destaca-se a mudança nas estruturas tradicionais de administração. Antes dos anos de 1980, a comunicação empresarial era ligada a publicidade da marca e do produto. De acordo com Nassar (2007, p.36), os modelos tradicionais de administração eram mais fechados, e suas decisões pautadas “de cima para baixo”, não levando em conta a inclusão dos trabalhadores e outros atores sociais externos. Entretanto, devido às novas exigências da geração atenta aos fatores, como sustentabilidade, meio ambiente e preservação cultural, levaram as empresas a adequarem sua administração a modelos mais relacionais.

Desse modo, no que tange a responsabilidade social praticada pelo setor empresarial, sua ação foi idealizada a partir de sete diretrizes, a saber: “adote valores e trabalhe com transparência: valorize empregados e colaboradores; faça sempre mais pelo meio ambiente; envolva parceiros e fornecedores, proteja clientes e consumidores, promova sua comunidade e comprometa-se com o bem comum” (INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2003, p.12). Essas diretrizes buscaram envolver a empresa no contexto social de todos os envolvidos na manutenção e evolução do setor corporativo.

Para articulação dessas diretrizes, muitas organizações empresariais, principalmente a partir da década de 1990, optaram pela comunicação da memória e História empresarial com intuito de abarcar os benefícios trazidos pelo quesito identidade ao campo das relações públicas. Outro fator preponderante para inserção de temas como memória e história nas empresas foi o processo de privatização que trouxe consigo o princípio de “renovação” das antigas estruturas atuantes no mercado.

Nessa repaginação da imagem organizacional, as empresas passaram a musealizar seus registros documentais, fotográficos e audiovisuais que de alguma forma tinham “valor histórico” e memorialístico sobre a trajetória de vida das empresas. Segundo Souza (2010, p.107), a memória empresarial pode estar atrelada à “[...] consolidação ou a recuperação da imagem institucional; ao fortalecimento da marca e identidade corporativa e a aproximação do público acadêmico”. A História empresarial seria a base de informação das empresas sobre a sua trajetória histórica, desde a origem das organizações até sua relação com o contexto social das comunidades onde estão inseridas.

Essas formas de comunicação empresarial foram inseridas no contexto das empresas brasileiras a partir da criação, em nove de novembro de 1968, da Associação Brasileira de Comunicação Empresarial- ABERJE. Segundo Nassar (2007, p.36) o objetivo da ABERJE era “construir um jornalismo empresarial dentro das estratégias e táticas de relações públicas e comunicação organizacional”. A propagação da marca e de bens e serviços não estaria mais ligada à publicidade, mas requeria um trato interdisciplinar para dar conta das múltiplas demandas da sociedade contemporânea. Uma das propostas dessas novas formas de comunicação foi a inserção da História e memória empresarial.

Assim, com intuito de estimular o setor empresarial em investir em projetos de construção da história empresarial e social, a ABERJE criou nos anos 2000 o Prêmio Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial. Segundo Souza (2010, p.91), esse prêmio tinha como critério de avaliação “[...] as formas de resgate, organização e análise de materiais históricos e o compromisso histórico com a comunidade onde a empresa opera e com a sociedade em geral”.

A imagem mercadológica de uma empresa atenta à preservação da trajetória histórica, ligada aos colaboradores, acarretaria na “[...] transmissão de credibilidade e solidez por meio da história de produtos e marcas” (SOUZA, 2010, p.107). Essa necessidade de projeção de credibilidade por meio do uso da História, a partir da década de 1990, constata-se o aumento de financiamento de empresas privadas em programas e projetos voltados para o tema identidade e para a preservação da memória. Houve um considerado aumento de espaços culturais, museus, projetos de História oral e centros de documentações. Segundo Andreoni (2011, p. 173) esses investimentos aumentaram “[...], pois comunicar as histórias e memórias de uma empresa passa a ser também uma questão estratégica”.

Por conta dessa recorrência aos temas de memória, história e patrimônio, a ABERJE realizou muitos encontros cuja intenção era gerenciar as formas como as empresas trabalhavam com as questões patrimoniais brasileiras em Museus empresariais. Em 2000, no II Encontro Internacional de Museus Empresariais, como demonstra Nassar (2008) a ABERJE trouxe o historiador e sociólogo Paul Thompson para palestrar sobre a importância da inserção da história oral na realidade das corporações. Nesse âmbito, o desenvolvimento da metodologia de história oral na gestão organizacional corporativa auxiliava a inserção dos funcionários, gestores e comunidade local na trajetória histórica das empresas, levando-os a colaborar com a construção da identidade empresarial aliada com a identidade cultural do país.

É tácito que se as empresas passaram a usar como estratégia de marketing essa imagem mercadológica de atenta à responsabilidade histórica, é porque elas buscaram alcançar as próprias demandas da sociedade contemporânea, como forma de facilitar as relações e comunicações entre comunidade e instituições. Essas demandas são produzidas a partir das transformações do tempo que passaram a requerer costumes e posturas adequadas às exigências das atuais gerações.

Para Kerber e Ott (2014) no Brasil o crescimento de ações socioculturais financiado por empresas privadas, principalmente com relação aos temas memória e patrimônio, coincidiu com o processo de privatização e liberação econômica. Sob essa perspectiva, uma possível explicação para essa coincidência estaria associada às mudanças nos modelos administrativos das empresas, interessadas no poder simbólico e identitário intrínseco nos bens culturais patrimonializados e mercantilizados nos quais poderiam ser agregados ao valor das marcas de determinados serviços e produtos. Além disso, o controle sobre a representação do passado das empresas, preservado em espaços de memória, acarretaria a imagem dessas organizações a construção de um elo de pertencimento entre setor empresarial e contexto social no qual a empresa está inserida.

Diante disso, é compreensível que a responsabilidade social corporativa auxilia na estratégia de propagação de uma imagem positiva junto à comunidade, agindo de forma ética e socialmente responsável ou através de marketing institucional na qual se cria meios para a sociedade associar a empresa às ações de bem estar social. Segundo Medeiros, Zica e Oliveira (s/d, p.1):

A responsabilidade social se apresenta como uma ferramenta, da qual as empresas podem fazer uso objetivando a obtenção de uma vantagem competitiva no meio empresarial, bem como fortalecimento de sua imagem, como empresa socialmente responsável. Tal instrumento pode ainda refletir no incremento do apoio por parte da sociedade. Além disso, um possível efeito ocorrido pelo uso desta ferramenta está na influência direta para uma mudança da cultura organizacional, que visa não apenas a sobrevivência no mercado, mas também obter melhores resultados no marketing share.

Os resultados obtidos no *marketing share*, conceito que significa quota de participação das empresas no mercado, estariam ligados não somente aos preços, qualidades do produto e organização interna objetivando a produção, mas a um marketing e publicidades que criam estratégias de construção positiva da marca e da corporação envolvida nos trabalhos de responsabilidade social.

Além dessa forma de avaliação das empresas, a Internacional Organization for Standardization-ISSO seria outra forma de testar a qualidade das corporações no mercado altamente competitivo. A certificação da ISO de qualidade promove a melhoria

de imagem e reputação das empresas no mercado, pois atesta as adequações delas à gestão ambiental, interna e externa.

Por conseguinte, a partir das constatações sobre responsabilidade social corporativa é tácito que o financiamento de projetos de desenvolvimento da comunidade é um fator preponderante para o sucesso nos negócios, pois proporciona às empresas a reputação, a qual “[...] facilita o acesso a recursos em ambientes conflituosos, ajuda no processo de aprovação, auxilia nos conflitos com os governos locais e organizações não-governamentais” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO E METAIS-ICMM E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À GESTÃO DO SETOR DE ENERGIA – ESMAP, 2000, p.14). Nesse ponto, é importante questionar quais são os métodos e instrumentos utilizados pelas grandes empresas no processo de construção de uma imagem mercadológica de socialmente responsável e qual seria a função da memória e da história nesse intermédio.

No que tange o setor de mineração, nos anos 2000, em um workshop realizado em Johannesburgo, foi concebido “[...] novas abordagens e ferramentas com intuito de realizar desenvolvimentos sustentáveis consistentes a comunidade no tocante às operações da mineração” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO E METAIS-ICMM E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À GESTÃO DO SETOR DE ENERGIA – ESMAP, 2000, p.4). Foram desenvolvidas 17 ferramentas para avaliação, gestão e planejamento de ações voltadas para o desenvolvimento das comunidades. Essas atividades sociais propunham conter conflitos, desestruturação local das comunidades onde dependiam do extrativismo mineral e ampliação dos serviços ofertados para que as localidades não sentissem os impactos causados pelo fechamento da mina.

Embora essas ferramentas tenham sido idealizadas no contexto das minas na África e não possuir valor normativo para corporações de extração mineral localizadas em outros contextos, a empresa Vale S. A. demonstrou interesse pelo planejamento e financiou sua tradução para utilizá-lo nas áreas de exploração da empresa. Intitulado *Toolkit- Ferramentas para o desenvolvimento de comunidades*, o livro traz as formas nas quais empresas do porte da Vale S. A. devem programar atividades sustentáveis nas comunidades onde atuam. Esses projetos sustentáveis devem compreender ações de desenvolvimento econômico, socioculturais e históricos, financiados pelas empresas, mas sua operação dependeria da própria sociedade envolvida. Segundo o Toolkit, o sucesso desses projetos de sustentabilidade depende diretamente do envolvimento da

comunidade na avaliação, gestão e planejamento de atividades que auxiliam na sua manutenção. Esse envolvimento é estimulado pelo próprio órgão financiador que possibilita meios de ações participativas para o desenvolvimento dos projetos.

Nesse sentido, a mineradora Vale S. A., por exemplo, buscou projetar uma imagem de uma empresa “atenta” às necessidades sociais de onde atua⁴². São muitas as ações da mineradora que configuram essa comunicação de socialmente responsável. Dentre os caminhos da Vale nesse processo de construção da “boa imagem”, temos ações tradicionais de comunicação, aquelas através de revistas e boletins informativos, até projetos de cunho ambiental, social, cultural e econômico. Essas ferramentas de comunicação social buscaram a “construção de amortecedores para as ameaças e os ataques daqueles que olham as empresas e os empresários com desconfiança” (NASSAR, S/D, p. 37).

No caso do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale (PEPTV), as ações financiadas pela Fundação Vale buscaram atrelar a responsabilidade social, ambiental e histórica. Ao recuperar o patrimônio ferroviário, a empresa além de indiretamente fomentar o mercado turístico da região, proporcionando o desenvolvimento sociocultural, ela usou como chave de negociação entre empresa e comunidade a revitalização da memória local, imbuída de nostalgia e direcionada pelo processo de identidade.

No que tange a responsabilidade histórica, dentro do PEPTV tinha o Núcleo de História oral e o espaço museográfico da Sala de memórias, como será analisado no próximo capítulo, que foram usados como instrumentos de construção da imagem da mineradora Vale S. A. como uma empresa interessada na construção da trajetória de vida da população dos territórios onde atua. Essa imagem foi viabilizada a partir da valorização da pessoa como patrimônio, considerando suas experiências, tradições e modos de vida, caracterizados pela categoria de patrimônio imaterial, ou seja, o setor de História oral foi o método que viabilizou essa imagem de responsabilidade histórica e a Sala de Memórias foi o instrumento de propagação dessa imagem.

De acordo com Conselho Internacional de Mineração e Metais – ICMM e o Programa de Assistência à Gestão do Setor de Energia-ESMAP (2000, p.44), ações e

⁴²Segundo Medeiros, Zica, Oliveira (s/d, p.2), a mineradora Vale S. A. se associou “[...] ao Instituto Ethos de Responsabilidade Social; fundadora do Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável; Integrante do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento sustentável; associada à Federação das Fundações dos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo e associada ao CEDBS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável”.

atividades voltadas para o reconhecimento da história local “ajuda as pessoas a pensar sobre a origem de sua comunidade e para onde ela pode estar indo.” Útil no sentido de que os mais jovens e novos moradores podem não ter conhecido anteriormente a história da comunidade. E é justamente nesse caminho da construção das identidades que as empresas buscam aliar sua comunicação com a sociedade.

Diante das definições de empresa socialmente responsável, o uso da Fundação Vale pode ser um instrumento de construção de confiabilidade da comunidade com a empresa em questão, que busca passar a imagem de comprometimento com o desenvolvimento local. Por parte de empresas como a mineradora Vale S. A., os investimentos em projetos socioculturais e de desenvolvimento econômico das comunidades onde atuam, além de proporcionar redução nos encargos fiscais, permitem “a obtenção de uma vantagem competitiva no meio empresarial, bem como fortalecimento de sua imagem, como empresa socialmente responsável” (MEDEIROS, ZICA, OLIVEIRA, s/d, p.1).

Nessa perspectiva, essa imagem de responsabilidade pode estar atrelada à “responsabilidade social corporativa” quando ela visa retribuir à sociedade pelos lucros advindos da exploração na região, ou por impactos negativos, e a responsabilidade que investe em ações com intuito de aproximar às práticas das empresas a necessidade dos diversos públicos envolvidos nessa negociação, no caso, o governo ou grupos comunitários. É importante frisar que agir de forma responsável no meio social não é somente financiar projetos externos à empresa, mas, também, preocupar-se com as normas e condutas éticas da própria instituição, seja ela em setores de investimento social para os funcionários e suas famílias ou em ações a favor do meio ambiente.

Como exposto no capítulo anterior, o fato da mineradora Vale S. A. financiar projetos de desenvolvimento sociocultural e de preservação ambiental não aliena os impactos negativos causados pela empresa. Sob essa análise, de acordo com as definições de socialmente responsável, mesmo com todas as ações de beneficiamento das comunidades onde atua, a mineradora não estaria praticando a “responsabilidade social”, pois, diante das tragédias ambientais e humanas causadas pelas ações da empresa, o fator ético, de transparência, cuidado com o meio ambiente e com a comunidade onde atua não foi praticado pela mineradora, ficou somente a propagação de um marketing institucional. De acordo com Nassar (2007, p.173), configura-se estratégia de marketing um “[...] interesse utilitarista voltado à valorização da imagem institucional”.

3.2- Entre estratégias e táticas: o sistema de relação da mineradora Vale S. A. com as comunidades locais.

O primeiro capítulo trouxe uma descrição sobre a atuação da mineradora Vale S. A. nas cidades mineiras de Ouro Preto e Mariana. Percebe-se que a região se destaca no setor de extrativismo mineral, devido ao solo rico em minerais de grande relevância no mercado exterior, como é o caso dos metais ferrosos. Além dos trabalhos de prospecção e exploração do território, o início dessa pesquisa mostrou que a empresa de mineração investiu em muitos projetos de desenvolvimento socioeconômico e cultural nas comunidades locais sob financia da Fundação Vale. Dentre os financiamentos, como referenciado, o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale foi criado nas cidades mineiras com intuito de estimular o setor turístico, educativo e cultural.

Contudo, a partir do acesso ao material desse estudo surgiram algumas questões: Por que uma empresa de mineração investiu em programas de desenvolvimento local? De onde surgiu a necessidade em trabalhar temas como patrimônio, História e memória local? Qual é a utilidade desse empreendimento para um setor que visa a qualquer preço, a captação de valor monetizado?

Com intuito de averiguar esses questionamentos, o primeiro tópico desse capítulo apresentou os motivos que as empresas investiram em programas de desenvolvimento local. As causas desse aumento de projetos financiados pelo setor empresarial estão vinculadas às demandas suscitadas pela sociedade contemporânea às empresas e organizações. Essas novas exigências somadas à reestruturação dos modelos administrativos levaram as empresas a se aterem as suas relações públicas. Por conseguinte, as necessidades do mundo globalizado propuseram ao setor empresarial o investimento em ações de desenvolvimento social e de preservação cultural. Evidenciou-se a recorrência do mercado a temas como memória e história.

Diante dessas constatações, o presente tópico busca demonstrar as estratégias aplicadas pelas empresas para a construção dessa imagem mercadológica de socialmente responsável. Para atingir as finalidades dessa proposta de estudo é importante averiguar as estratégias e táticas utilizadas pela Vale no trato das suas relações públicas.

Segundo a análise proposta por Milanez *et al.* (2018) sobre estratégia e tática da mineradora Vale S. A. para moldar as relações de poder em que estão envolvidos, utilizando o modelo das Redes Globais de Produção – RGPs, responsável por avaliar o

papel dos agentes na relação entre empresas e sociedade a partir das categorias de poder, valor e enraizamento os autores propuseram uma nova categoria ao modelo, a estratégia. Nesse sentido, essa proposta define estratégia como:

[...] um repertório de ações coordenadas desempenhadas por um ou mais agentes – em grande medida, coletivos, que envolve o exercício do poder com o objetivo de: aumentar sua capacidade de ampliar ou capturar valor; ampliar seu poder ou reduzir o poder de outros agentes; ou modificar condições de enraizamento, próprias e as de outros agentes (MILANEZ *et al.*, 2018, p.7).

No caso analisado, o papel de estrategista ficaria a cargo do setor de comunicação corporativa da mineradora Vale S. A. ou empresas de consultoria contratadas pela corporação. De acordo com Milanez *et al.* (2018) a mineradora possui dentro do seu repertório de ação: estratégia de mercado; estratégias financeiras; estratégias institucionais; estratégias de relações de trabalho e estratégias sociais. Embora a intenção dessa pesquisa seja enfatizar a estratégia social, é importante pontuar que outras medidas foram tomadas pela mineradora para de alguma forma conter possíveis problemas com a comunidade local. Essas táticas vão desde ações indiretas, mais pacíficas, até formas mais coercitivas com o uso da força judicial e militar.

Intitulada como estratégia institucional, Milanez *et al.* (2018) demonstram as táticas de influência da Vale S. A. nos três poderes - legislativo executivo e judiciário- e o uso de financiamento de obras públicas com intuito de construir a imagem de “benfeitor” junto à comunidade. A estratégia de mercado é aplicada na relação da empresa com consumidores e concorrentes. No que tange a estratégia financeira, ela visa controlar o mercado de capitais, de fundos de investimento e agências de *rotting*. As estratégias de relações de trabalho buscam negociar de forma pacífica com sindicatos e prestadoras de serviço. A estratégia social, de acordo com Milanez *et al.* (2018) é definida como o gerenciamento de negociação através de planejamento de fluxos de ação para conter possíveis contestações de organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidade local que possam atrapalhar a captação de valor monetário e não-monetário por parte da mineradora.

Segundo o *Toolkit- Ferramentas para o desenvolvimento de comunidades*, a estrutura de planejamento estratégico da mineração no trato das relações sociais “[...] é o processo por meio do qual você compreende por que deseja contribuir com o desenvolvimento de comunidade; definir seus objetivos no desenvolvimento, como

pretende alcançá-los e como saberá quando tiver conseguido” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MINERAÇÃO E METAIS-ICMM E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À GESTÃO DO SETOR DE ENERGIA-ESMAP, 2000, p.45).

Todas as etapas de planejamento estratégico são implementadas de acordo com as condições locais, e sua manutenção depende da adesão dos grupos estratégicos interessados pelos projetos. Para alcançar o objetivo do planejamento de projetos sustentáveis, é preponderante a identificação de indivíduos ou movimentos sociais representantes da comunidade. Além disso, segundo o Toolkit, as parcerias com outras instituições locais auxiliam na manutenção dos projetos.

Milanezet *al.* (2018) identificaram cinco táticas organizadas pela estratégia social corporativa da mineradora Vale S. A.: “[...] a Responsabilidade Social Corporativa/Filantropia, Científico-Educacionais, Culturais, Judiciais e Policiais” (MILANEZ *et al.*, 2018, p.27). Como essas negociações são realizadas no âmbito político, com diferentes forças de poder, as táticas da estratégia social da empresa muda de acordo com o repertório de ação dos grupos sociais, ou seja, antes de financiar projetos e programas, a Vale S. A. se baseia em estudos prévios sobre as demandas locais.

Possivelmente, a Vale S. A. ao contratar a empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural depositou na mesma a responsabilidade de construir táticas de ação em Mariana e Ouro Preto. Num estudo prévio da região, como exposto no primeiro capítulo, a gestora da empresa de consultoria Eleonora Santa Rosa optou pelo tema patrimônio cultural e ambiental por constatar a relevância desse assunto nas cidades mineiras, devido ao fato das localidades serem conhecidas por sua importância no que tange o patrimônio artístico, histórico e cultural.

Com relação à avaliação de parcerias, elas são importantes para dar credibilidade e visibilidade aos projetos. No caso do PEPTV, os parceiros desse programa foram a Universidade Federal de Ouro Preto, a Prefeitura de Mariana-MG, a Prefeitura de Ouro Preto-MG, o Governo Federal, o Estado de Minas Gerais, o Ministério da Cultura, a Ferrovia Centro Atlântica- FCA e o Museu de Ciência e técnica da UFOP.

A UFOP entraria no programa como suporte de informação ao disponibilizar dados sobre os dois municípios mineiros, além de se beneficiar com o programa de estágio remunerado propostos pela Vale S. A. aos alunos da instituição. A prefeitura de Ouro Preto disponibilizou a Estação Ferroviária para a concretização do PEPTV, em troca receberia ações de desenvolvimento social e de incentivo ao turismo local, com o

restabelecimento dos ramais ferroviários. O Governo Federal facilitou as ações de liberação junto à União dos 18 km do trecho ferroviário entre as duas cidades. O Estado de Minas Gerais e o Ministério da Cultura entraram com leis de incentivo à cultura. No caso da Ferrovia Centro Atlântica-FCA, que tem como uma das acionistas a mineradora Vale, ela ficou responsável pela logística e pelo transporte da locomotiva. O Museu de Ciência e Técnica da UFOP ficou a cargo da idealização da “Sala UFOP” a qual receberia, em forma de comodato, os objetos e artefatos disponibilizados pelo museu para representar as técnicas utilizadas na construção de complexos ferroviários.

Diante dessas táticas organizadas pela estratégia social, pode-se afirmar que o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale compreendeu ações de responsabilidade social corporativa, ao atrelar projetos sociais, ambientais, científicas, educacionais; ao incentivar o uso da metodologia da educação patrimonial nas atividades do programa, com a educação formal e informal, e na utilidade da metodologia da história oral na construção de arquivos de fontes orais. Promoveram, também, ações culturais ao proporcionar o “acesso à cultura, valorização do patrimônio, identidade cultural, formação musical e promoção da cultura indígena e de comunidades tradicionais” (MILANEZ *et al.*, 2018, p.27).

Não obstante, das cinco táticas pontuadas no caso do PEPTV, há uma sexta ação da estratégia social corporativa que não foi referenciada nas pesquisas citadas, a responsabilidade histórica. Nesse sentido, a empresa de consultoria utilizou como tática o Núcleo de História Oral Trem da Vale e a Sala de Memória “[...] como base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 1994, p.46).

De acordo com Meihy (1996), a história oral moderna é o registro de experiências de pessoas vivas, expressões legítimas do tempo presente, além de ser um método que busca agregar um sentido de utilidade prática, pública e imediata. Essa prática de captação de entrevistas difere das fontes orais e tradições orais, pois ela remonta as experiências do tempo a partir de uma metodologia. A natureza desses documentos, além da memória, ela incorpora a recíproca influência entre historiador e fontes; a subjetividade dos sujeitos históricos intrínseca na construção das narrativas; o nível de emoção do ato de rememorar, além de apresentar o cotidiano social.

Segundo Alberti (2004) a história oral reporta as nove possibilidades de informação. Embora possam existir outros benefícios da história oral ao campo da historiografia, a autora constatou que a metodologia traz a luz do presente questões de “História do cotidiano; História política, padrões de sociabilização e de trajetórias;

História de comunidades; História de instituições; biografias; História de experiências; Registro de tradições culturais e História de memórias” (ALBERTI, 2002, p.23 - 29).

Diante disso, é válido questionar quais informações o uso da história oral fornece a uma empresa privada de atuação e dimensões transnacionais em um contexto em que a difusão da imagem positivada das ações corporativas tornou-se também objetivo mercadológico? Quais são as condições de produção do material de história oral do Trem da Vale? E mais, qual é o papel do historiador nessa condição?

Como será apresentado no próximo capítulo, o PEPTV aliou como tática a metodologia da história oral para a construção de uma história empresarial, local e social com intuito de “reforçar nos públicos estratégico o sentimento de pertencimento a ela e como ferramenta de gestão de conhecimento” (NASSAR, 2006, p.157). No que tange a história empresarial, a vinculação do tema “mundo do trabalho” proporcionou através da captação de entrevistas a reconstrução da história de importantes empreendimentos empresariais instalados em Ouro Preto e Mariana, entre o final do século XIX e durante o século XX. Somado à História de vida de importantes personalidades de ambas as cidades, o núcleo de história oral Trem da Vale viabilizou a oficialização de uma História local.

O que está em voga é a funcionalidade do conhecimento gerenciado pela empresa Vale S. A., ou seja, esse conteúdo serve somente a um mecanismo de marketing institucional ou ele possui alguma relevância à comunidade local e ao campo acadêmico. O fato de a empresa pertencer a um setor de extrativismo mineral, de profundo impacto negativo nas comunidades onde atua, os impede de praticar ações socialmente responsáveis? E o problema de ser uma empresa privada, que usa a história como estratégia de negociação com a sociedade, deslegitima o conhecimento histórico produzido?

Antes de adentrar a essas questões, o próximo tópico dessa pesquisa irá abordar os vários trabalhos voltados para a inserção da história e da memória no campo empresarial. Muitos desses trabalhos a princípio serviram somente como forma de legitimação da imagem da empresa junto aos grupos sociais onde estavam inseridos. Mas o fato de servir a fins propagandísticos não os impediu de agir de forma socialmente responsável, pois na falta de investimento do poder público, ações de desenvolvimento sociocultural financiados pelo setor privado suprem as demandas nacionais, regionais e locais carentes de ações do Estado.

Percebe-se que a história foi utilizada de várias formas, desde conteúdo comemorativo que exalta a trajetória das empresas até como forma de gestão organizacional interna. Além disso, a história oral foi usada como mecanismo importante no processo de construção de identidades, que interligavam os grupos sociais e de trabalhadores com a empresa ou corporação.

As empresas empenhadas em financiar projetos voltados para as responsabilidades históricas atuam em diferentes produções, seus setores vão desde empresas de tabaco, alimentício até indústria de automóvel. Suas atividades, muitas vezes prejudiciais, segundo alguns marcos da legislação, não deslegitimam o conteúdo histórico produzido, mas a fidedignidade dessas ações e atividades voltadas para construção do conhecimento histórico, financiadas pelo poder privado, é cumprida desde que sigam “critérios de fidelidade às fontes e de respeito à metodologia científica” (ALBERTI, 1996, p.5).

No caso do uso da história oral como tática da estratégia social corporativa da Vale, ao logo do terceiro capítulo, a intenção é demonstrar de que forma a empresa de consultoria contratada pela Vale S. A. utilizou a memória social e como ela legitimou a imagem da mineradora como comprometida com a responsabilidade histórica. Além disso, busca-se apresentar a relevância das fontes orais produzidas ao campo acadêmico. Desse modo, a presente discussão será dividida em cinco etapas que especificarão como e quando a memória e a história foram inseridas no setor empresarial, as funções do Núcleo de História Oral Trem da Vale na reconstrução histórica, a construção das fontes orais, a disponibilização do material produzido pelos trabalhos de registro das entrevistas e, por fim, a atual condição do acervo Trem da Vale.

Para tais constatações é preponderante reportar aos estudos de Todorov (2002) sobre a política das memórias. Segundo o autor, para reviver o passado no presente, a reconstrução histórica estaria relegada a vários estágios. O primeiro deles seria o estabelecimento dos fatos a partir de seleção de testemunhas confiáveis, a escolha do próprio fato e o uso do passado. O segundo estaria relacionado à construção do sentido praticado pelo sujeito de discurso. E o último seria a utilização da perspectiva histórica reconhecida e interpretada. Entretanto, é importante ressaltar que esses estágios “[...] começam não pela coleta desinteressada dos fatos, mas pelo projeto de uma utilização. É por ter em vista uma ação no presente que o indivíduo busca, no passado, exemplos suscetíveis de legitimá-lo” (TODOROV, 2002, p. 150).

O Núcleo de História Oral foi o setor responsável pelo estabelecimento dos fatos e, ao selecionar certas perspectivas do passado, valorizou alguns fragmentos dando-lhes uma utilidade no presente. Pode-se dizer que os profissionais do núcleo definiram como se deveria escrever a história local, pois a função da história é criar, definir, dar sentido e construir, a partir de múltiplos pontos de vista, as identidades e as trajetórias de vida.

De acordo com Alberti (2004, p.22), “o campo da história oral é acentuadamente totalizador; entrevistado e entrevistador trabalham consciente na elaboração de projetos de significação do passado”. Nesse sentido, o uso da história perpassa às ações de legitimação de uma história local, pautada em três perspectivas: a do entrevistado, a do historiador e do órgão financiador do programa. No campo das intencionalidades, ambos projetam sentidos diferentes na construção do conhecimento histórico. No caso do Trem da Vale, o aproveitamento desse sentido do passado foi transformado em produto histórico e disponibilizado para as ações do programa no espaço museográfico da Sala de memória.

É válido ressaltar, que o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale compreende outros setores voltados para responsabilidade social nas quais merecem atenção em outros possíveis trabalhos. Entretanto, essa pesquisa tem a intenção de analisar somente o Núcleo de História oral Trem da Vale e seu espaço de divulgação dos materiais produzidos: a Sala de Memórias. A escolha desses setores se justifica pela ausência de estudos sobre o uso da história em programas financiados pelo setor empresarial cooperativo, principalmente empresas de extrativismo mineral.

Com relação aos produtos idealizados pela empresa para facilitar a comunicação com as comunidades onde atua e para promover sua imagem, é importante averiguar a formação da equipe e as características dos produtos idealizados por elas, pois são essenciais nessa identificação dos usos da história no campo empresarial. Afinal, quais histórias são apresentadas pelo Núcleo de História Oral e por qual finalidade?

3.3- O mercado das memórias: A utilidade da memória e da História no campo empresarial.

Quando há uma abertura de mercado para alguns produtos é porque de alguma forma a mercadoria condiz com os anseios de uma parcela favorável da população ávida para consumir aquela determinada oferta. Essa inserção pode ser por meio da abertura do próprio mercado consumidor, ou pela estratégia geracional das empresas sobre a

imagem dos produtos idealizados por elas. Nesse sentido, quando aponta a existência de um mercado das memórias, como referenciado no tópico desse capítulo, constata-se a criação de um espaço de interesse pela “oferta” bem como de “procura”.

Diante disso, a presente reflexão consiste em apresentar a inserção da história no campo empresarial, ou seja, quando e por quais motivos os usos da história e da memória foram requisitados no mercado empresarial. Quando se afirma que a memória e a História têm uma utilidade, delimita-se uma função para a prática de preservar e produzir o passado. A História dependendo da sua articulação pode criar; redefinir e dar sentido às múltiplas versões sobre o passado. Em alguns casos, essa interpretação é revivida “fora de seu contexto original, em um mercado de bens culturais, onde elas adquirem novas funções” (ALBERTI, 1996, p.1).

De acordo com Rousso (2010) a memória não é mais o que era a sociedade apegou nas constatações da História da memória. Para Huyssen (2000) o século XX conviveu com a constante emergência da memória, pois “nós estamos obcecados com representação, repetição, replicação e com a cultural da cópia, com ou sem original” (HUYSSSEN, 2000, p. 24). Nesse caso, o uso da História seria o espaço de representação das memórias, uma forma de reviver e rememorar as lembranças. A história permite múltiplas interpretações sobre o passado, seu produto, ou seja, o conhecimento histórico é consumido pelo campo de ensino de história, como insumo do mercado cultural e literário.

O uso da história, como será abordado, proporcionou o emergir de um mercado das memórias. E são essas reformulações do passado no presente e a função das mesmas nas relações entre empresa e sociedade que esse capítulo busca evidenciar. No caso do uso da história, a forma como se “modela” o passado no presente permite que a produção da escrita da história exerça o papel de ferramenta de legitimidade e justificativa, além de fornecer combustível para discursos e ideologias, por exemplo, na idealização do projeto nacional em que a história auxiliou na criação de símbolos, mitos e heróis.

O que está em jogo é o conteúdo que a história deve apresentar, ou seja, essas questões referem-se às formas como o passado deve ser mostrado e interpretado. Afinal, qual é a função da História no mercado empresarial? Qual é a relevância do conteúdo produzido pelas empresas? Qual é o papel desse tipo de “fazer histórico” no cotidiano das comunidades as quais as empresas se inserem? O papel seria de ensinar, preservar, levantar questões sobre a cultura local, usar o produto como promoção das empresas no contexto social, ou ambas as ações são identificadas no conhecimento gerenciado pelo

mercado empresarial? O que é produzir memória no contexto do mercado empresarial? Como essa memória é instituída e organizada? São estas questões que a referida pesquisa busca responder a partir da análise da produção do Núcleo de História Oral Trem da Vale.

Segundo Macmillan (2010, p. 173), “a história nos ajuda a entender, em primeiro lugar, aqueles com os quais temos de lidar e, em segundo lugar, e não menos importante, nós mesmos”. Nesse caso, temos o mercado que usa da história como guia e ferramenta precursora de identidades. O sentido das identidades pode estar atrelado às características ligadas às marcas, quando as empresas buscam construir sua própria trajetória com vistas a idealizar e propagar uma imagem de si mesma, ou uma identidade gestacional ligada ao processo de identificação por laços sociais, onde as empresas almejam o entrelaçamento da realidade social interna e externa - funcionários/colaborador/comunidade local- de modo que facilite a comunicação.

Portanto, para contextualizar essa discussão, é de suma importância apresentar uma breve análise historiográfica para entender em que contexto a construção da história foi requerida em outros campos de conhecimento. Um possível caminho para entender essa recorrência de outros campos ao saber histórico estaria no *script* de como se deve escrever a histórica contemporânea. Além das discussões sobre a escrita da história, é relevante trazer em voga os formatos utilizados para promover essas versões sobre o passado por parte das empresas. Os formatos referidos são os espaços de memória, de bens culturais e da metodologia da história oral como ferramentas de promoção das empresas brasileiras.

3.3.1- A inserção de história oral na História.

Desde Heródoto até a profissionalização do ofício do historiador somado às demandas de pesquisa engatilharam novas observações históricas com múltiplos pontos de vista, mas com finalidades parecidas, ou seja, a busca por uma metodologia mais adequada para a reconstrução do passado a partir dos vestígios deixados pelo homem na sua relação com a sociedade.

Em comunhão com as idéias céticas no campo da pesquisa histórica, o século XIX enfatizou a importância dos documentos em arquivos. A busca pela cientificidade da história levou os historiadores a uma revisão de documentos oficiais, à negação da tradição oral e à exigência de métodos que dessem à pesquisa mais confiabilidade e

transparência das fontes. Denominado como “paradigma tradicional”, principalmente na Alemanha, esse modelo deliberava uma escrita da história vinculada à política e à trajetória dos “Grandes homens”. A corrente tradicional defendia fielmente uma história mais objetiva. Essa perspectiva limitou a exploração das narrativas sobre o passado, permitindo somente o uso de registros oficiais escritos e resguardados pelo Estado nos denominados “arquivos nacionais”.

A negação das fontes orais tem como motivação o argumento de que elas “refletem um preconceito contra a história vista de baixo ou um medo de que, uma vez que os dados orais sejam expressos na escala das percepções do indivíduo, o historiador seja enganado ou os interprete mal” (PRINS, 1992, p.171). Segundo essa perspectiva, as fontes orais precisam lidar com construções “falseadas” pelo mecanismo da lembrança, emulada da relação social e selecionada de acordo com a hierarquia de importância dos acontecimentos. O problema é a confiabilidade da fonte oral.

De acordo com Prins (1992, p.170), as fontes orais não eram bem-vistas por não apresentarem “precisão na forma” e “não terem natureza estável da evidência”, se comparada aos documentos tradicionais escritos. Alguns questionamentos já foram superados no campo das ciências históricas, por exemplo, as potencialidades das fontes orais no processo de reconstrução dos acontecimentos, principalmente no que tange os problemas suscitados pela contemporaneidade.

Essa superação só foi possível graças à inserção dos problemas advindos da pós década de 1970 e 1980 no status denominado de “tempo presente”, além dos avanços proporcionados pelas descobertas proferidas pela História das mentalidades. Esses problemas têm relação com as mudanças políticas, socioculturais e socioeconômicas ocorridas no âmbito mundial, nas quais proporcionaram a inserção de novos pressupostos na historiografia. Essas mudanças advêm das consequências da Segunda Guerra mundial, das ditaduras na América do Sul, do processo de redemocratização de alguns países, como o Brasil, e do aumento de movimentos sociais que lutavam pela revisão da sua própria história.

Além desses eventos que marcaram o tempo presente, outra problemática em meados do século XX era referente à emergência ao imperativo da memória, ou seja, o dever de memória e a necessidade de combater o esquecimento. Esse processo de rememoração e reconstrução propunha o não silenciamento das barbáries da Segunda Guerra Mundial e uma alternativa de recodificação do passado reconstruído pelas armas

de cerceamento do imperialismo. A representação, a estrutura imagética e as políticas de uso do passado e das identidades se tornaram objeto de estudo da História.

Em comunhão aos novos pressupostos referente à nova concepção de História na França proporcionaram ao campo historiográfico a “expansão documental”, isto é, a possibilidade do uso de múltiplos vestígios na reconstrução da História. No que tange o método crítico de análise documental, ao ir de encontro com as ideias objetivistas proposta pela História tradicional defendidas, principalmente, por Lauglois e Seignobos, os idealizadores da Revista de Annales (1929) Marc Bloch, Le Goff e Lucien Febvre revogaram a ideia unívoca da reconstrução da história a partir de um documento específico.

Segundo Le Goff (1996), tanto os documentos escritos quanto orais são estruturados pelas intencionalidades humanas, assim como um monumento que é a materialização da memória coletiva e um sinal da história para outras gerações. A concepção de História como problema, passível de reflexão e crítica, fundada por Marc Bloch e Lucien Febvre, desmistificou a ideia diplomática de autenticidade dos documentos escritos e inseriu a responsabilidade do Historiador como analista e produtor de outras fontes. Mesmo desmistificando o status de autenticidade relegada somente às fontes históricas escritas e promovendo a inserção de outros vestígios na construção do conhecimento histórico, os textos escritos continuaram a ser considerados fontes essenciais numa pesquisa e, aos outros vestígios, como os relatos das testemunhas e os artefatos arqueológicos, foram designados como complemento ou alternativa.

Nessa perspectiva, os estudos referentes ao tempo presente ainda não tinham uma concreta visibilidade no campo da historiografia, pois nesse primeiro período da Nova História, o campo da pesquisa histórica ainda atrelava a impressão do passado como um ponto morto e é justamente desse ponto, segundo esses pressupostos, que surge a História⁴³. Mesmo assim, não podemos descartar as contribuições da escola francesa no que tange o apogeu da Nova História. O período de pós-II Guerra Mundial foi preponderante para as mudanças no paradigma histórico, pois promoveu “uma revalorização do papel do sujeito na história” (FERREIRA, 2003, p. 6), e aumentou o

⁴³O método Rankeano, como demonstra Prins (1992), era fielmente adepto ao uso de fontes oficiais escritas, e denominava os povos sem escrita de a – históricos, ou seja, sem história. A primeira e segunda geração da Escola de Annales considerava as fontes orais como documentos com o percentual de confiabilidade baixo e, por isso, no tratamento das fontes, ela era requerida como contraponto e complemento de dados primários.

interesse pelas singularidades apresentadas nas Histórias de Vida, fato que ampliou a recorrência aos depoimentos orais.

Com relação ao “tempo histórico”, de acordo com Hartog (2003) a sociedade começou uma relação diferente com o tempo, ocorreu um alargamento do presente e um apego incessante com o passado não tão remoto. Para Huyssen (2000, p.9) “a cultura da memória triunfou sobre o presente e bloqueou qualquer imaginação de futuros alternativos”, ou seja, a partir da década de 1980 evidenciou-se um deslocamento temporal do presente/futuro para presente/passado. Este período, como demonstra Abreu e Rangel (2015), no campo das políticas de identidades emergiram indagações em contraposição à representação etnocêntrica e à unicidade da cultura proposta pelo século XIX. Neste âmbito, a década de 1980 projetou nos museus e nas produções historiográficas a responsabilidade de “democratizar a memória” (CHAGAS, 2008, p.10).

No período pós-colonial, no contexto das colonizações modernas, no auge dos movimentos sociais na África, na Ásia e nas Américas as “comunidades imaginadas” exigiram das ações culturais uma reinterpretação das narrativas do passado, pois a representação do outro passou a ser instrumento de reconhecimento social. Desse modo, as tendências democráticas ganharam espaço nas redes de interação social, ou seja, evidenciou-se no campo das políticas da memória a luta pela representação da diversidade cultural. Por isso, a cultura histórica foi entrelaçada à necessidade do direito à memória, que exigiu a participação de “novos” atores sociais na geração de sentidos históricos.

No Brasil, como abordaremos mais adiante, as instituições de salvaguarda da memória⁴⁴ foram incumbidas de orientar as percepções dos sujeitos no tempo e espaço, ou melhor, a inflação e a mundialização de patrimônios viraram, de acordo com Hartog (2006), “remédio” contra a amnésia. Os museus passaram a ter função social. A necessidade da sociedade contemporânea, principalmente depois das ditaduras Militares da América do Sul e das grandes barbáries da Segunda Guerra Mundial, como demonstra Pollack (1989) foi de estruturar a memória coletiva.

Com relação aos museus, as políticas públicas do patrimônio e as ações culturais agiram como instrumentos de contenção das rápidas mudanças causadas pelas novas produções tecnológicas. Sob essa perspectiva, os museus seriam espaços de

⁴⁴Museus, arquivos, bibliotecas, museus comunitários, ecomuseus, cidade/ patrimônio, IEPHA e IPHAN.

compensação da perda de referência cultural. Segundo Rodrigues, Oliveiras e Freitas (2001, p.105):

As culturas nacionais e regionais tentam manter-se e atuar socialmente, resistindo ao predomínio da sociedade global. Reconhece-se que a cultura popular vem persistindo, mas tende a ceder espaço para a cultura de massa, ditada pela globalização, aonde os valores, hábitos e costumes locais vêm sendo substituídos por outros novos e necessários para o indivíduo adaptar-se às regras sociais vigentes.

Segundo Alberti (1996a), a nova forma de relacionamento com o tempo privilegia o consumo e materialidade do passado em detrimento à compreensão e interpretação da experiência histórica e da temporalidade. Para Huyssen (2000, p.29) “[...] qualquer senso seguro do próprio passado está sendo desestabilizado pela nossa indústria cultural musealizante e pela mídia”. Nesse sentido, a valorização dos “lugares de memória” juntamente com a intitulação de patrimônios como bens da humanidade inseriu a cultura no processo mercadológico. Outro fator que justifica a forma como o mercado abraçou os “usos culturais da cultura” ⁴⁵ seria o fato de perceberem a memória como um instrumento de poder no processo de construção de identidades, ou seja, “a memória se tornou uma obsessão cultural” (HUYSSSEN, 2000, p.16).

Os valores, hábitos e costumes locais ganharam valor econômico. As cidades foram elevadas a título de patrimônio, fato que produziu mais desigualdades sociais e acarretou problemas como o processo de gentrificação. Os museus foram repaginados para atender aos anseios da sociedade informatizada. Nessa perspectiva, a função da memória mudou, a sociedade se apegou às constatações da História da memória, pois “ela se debruçou sobre a memória de grupos diretamente sensibilizados pela questão do passado e de seu papel na formação e manutenção de uma identidade coletiva” (ROUSSO, 2010, p.96).

De acordo com Alberti (2008, p.163) “[...] os historiadores passaram a se interessar também pela vida cotidiana, pela família, pelos gestos do trabalho, pelos rituais, pelas festas e pelas formas de sociabilidade- temas que, quando investigado no tempo presente, podem ser abordados por meio de entrevistas de História oral”. No campo historiográfico, com intuito de abarcar “os silenciados e os esquecidos pela concepção

⁴⁵MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. (Anais; v.2, t.1). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Texto%20%20-%20MENESES.pdf>> Acesso em: 23 dez. de 2016.

englobante das narrativas oficiais da história” (POLLAK, 1989, p.3), a metodologia da história oral foi utilizada por diversas entidades, grupos e instituições como importante instrumento de registros no processo dialógico entre o desenvolvimento da consciência dos sujeitos e a constituição identitária.

A História oral moderna surgiu na Universidade de Columbia, em 1948, por iniciativa do jornalista Allan Nevins. A princípio, essa prática de entrevistas foi adjetivada de moderno, pois seus pressupostos técnicos e metodológicos visavam não o uso de fontes orais para complementação dos dados de uma pesquisa, como ocorreu em outras fases no campo das ciências sociais e humanas, e sim, para a produção de arquivos dessa natureza. De acordo com Delgado (2006, p.92) a proposta desse método de pesquisa era propagar “a diferença de outras práticas da oralidade”. A partir de entrevistas, com captação de relatos direto sobre os acontecimentos, intermediados pelas testemunhas do fato, os pesquisadores puderam recuperar e abarcar novos pressupostos teóricos ao campo da ciência histórica.

Essa metodologia por ser um mecanismo de reconhecimento social, seu uso almejou um espaço mais democrático no campo historiográfico. A inserção da história oral na História foi proporcionada pela emergência da memória demandada pela sociedade contemporânea. Houve um giro epistemológico no campo das ciências sociais e humanas, que se caracterizou por uma “guinada de subjetividade”, ou melhor, “[...] a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra a sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar uma identidade machucada” (SARLO, 2007, p.19).

As instituições públicas, comunidades, associações e empresas privadas passaram a reivindicar o direito de escrever sua própria história. Consequentemente, o monopólio de interpretação do passado não ficou a cargo somente do Historiador, segundo Sarlo (2007), todos viraram interpretes do passado. No campo da linguagem, as literaturas autobiográficas, biográficas e as produções audiovisuais (filmes e documentários) revitalizaram as memórias particulares a partir do ponto de vista de outros protagonistas. Esse direito e conquista da palavra fez com que “[...] todos os gêneros testemunhais fossem capazes de dar sentido a experiência” (SARLO, 2007, p.37).

No Brasil, a história oral chegou em 1975. Segundo Alberti (2008, p. 160) os primeiros trabalhos no país abordavam “a trajetória e o desempenho das elites brasileiras desde a década de 1930”. O estudo buscava analisar o processo de montagem do Estado brasileiro a partir de registros de histórias de vidas. A expansão de novos

programas de história oral no país foi impulsionada pelo aumento de publicações, encontros e congressos voltados para a metodologia de história oral. O final do século XX marcou a expansão de pesquisas e programas de história oral voltados para vários temas.

De acordo com Alberti (2008) foi criado nos anos de 1990 a Associação Brasileira de História Oral (ABHO) e a *Internacional Oral History* (IOHA), esses grupos promoveram a inserção da metodologia de história oral no campo acadêmico. Além disso, essas experiências acarretaram o uso da metodologia de história oral como ferramenta de marketing no setor empresarial. No Brasil, o processo de redemocratização, atrelado à nova constituição de 1988, marcaram as novas estratégias requeridas pela sociedade civil. Instituições e empresas privadas tiveram que revisar seus mecanismos de poder e discurso para inserir as novas exigências coletivas no mercado. Pode-se constatar o aumento de investimento de empresas privadas em programas e projetos voltados para a preservação da memória.

Segundo Andreoni (2011) esses investimentos aumentaram “pois comunicar as histórias e memórias de uma empresa passa a ser também uma questão estratégica” (ANDREONI, 2011, p. 173). O mercado empresarial absorveu essas questões sobre o apego da sociedade contemporânea aos temas identidade, História e memória. Por isso, a história oral absorvida pelo mercado empresarial “não é tomada como fonte a ser interpretada e analisada, mas como instrumento que terá certo efeito sobre a comunidade” (ALBERTI, 2008, p. 164-165). Mas qual é a função da história oral nesse processo dialógico entre empresa e sociedade?

Diante do exposto, o próximo tópico tem a intenção de apresentar a inserção da História oral no campo empresarial. É inevitável não recorrer ao conceito de “mercado das memórias”, pois, como abordado nessa pesquisa, a necessidade de consumir o passado por parte da contemporaneidade, e usar e abusar da história e da memória nessa transação proporcionou a construção de um mercado atento a desenvolver produtos e objetos culturais debruçados na construção e no poder das identidades.

3.3.2- A inserção da História Oral no campo empresarial.

Como exposto no tópico anterior, os pressupostos teóricos e metodológicos advindos da Nova História proporcionaram ao campo historiográfico, várias formas de uso da história e da memória. Dentro dessas formas de uso, principalmente em meados

do século XX, outro campo absorveu a necessidade de produzir história, o setor empresarial.

Segundo Mendes (2010), a inserção da história empresarial como disciplina é anterior e diferente ao uso da história na empresa. Nesse sentido, a história empresarial enquanto disciplina desenvolvida nos EUA, “é uma disciplina híbrida, situada entre a História, a Economia e a direcção estratégica de empresa” (MENDES, 2010, p. 289). É um ramo que ainda não alcançou sua autonomia, sendo vinculada aos cursos como disciplina complementar.

O uso da História na empresa, como será apresentado ao logo dessa discussão, teve seu auge, no Brasil, no final do século XX, período de redemocratização do país no qual as empresas públicas e privadas passaram por uma reorganização administrativa marcada pelo processo de privatização. Essa nova organização trouxe consigo o princípio de “renovação” das antigas estruturas atuantes no mercado. O setor empresarial brasileiro, por exemplo, influenciado pelos “princípios de organização Japonesa”⁴⁶, o conhecido *sistema 5S* para o melhoramento da gestão interna das empresas e da qualidade do produto e serviço propunham o descarte de objetos e documentos antigos, que segundo essa prática não serviria mais para o futuro da gestão administrativa. Esse sistema se garantiria com vistas ao futuro e descarte do passado.

Em contrapartida, nesse movimento de repensar a imagem organizacional⁴⁷, as empresas começaram a investir na organização de seus acervos documentais, museológicos, fotográficos e audiovisuais que representariam a trajetória administrativa. O quesito para a seleção desses documentos e objetos seria o seu “valor histórico” e sua importância utilitária para a comunicação organizacional. Assim, segundo Mendes (2010, p. 294) a utilidade da História na empresa é a:

[...] organização, utilização e preservação dos arquivos; instalação e gestão de museus, bem como estudo e salvaguarda de colecções e objectos de interesse na história da organização; resolução de questões do foro administrativo ou mesmo do contencioso, quando for necessário exhibir documentação útil para comprovar a titularidade de certos bens ou outras questões problemáticas; selecção de documentos, objectos, plantas ou desenhos de produtos antigos, a fim de serem utilizados pela publicidade, com vista a reforçar a credibilidade, alicerçada na experiência e nas provas dadas.

⁴⁶ Segundo Engel (1981, p.75), o princípio de organização Japonesa, importada dos EUA, surgiu durante o pós- Segunda Guerra Mundial, por volta de 1948, e tinha como objetivo transformar a imagem negativa dos produtos do Japão em uma imagem positiva através do “controle de qualidade”. Conhecida como círculo de qualidade, o intuito era melhorar a produtividade e organização interna das empresas.

⁴⁷ Segundo Nassar (2008,p.136), os elementos que auxiliam na construção da imagem organizacional são “pessoas, símbolos e marcas, rituais, filosofia, valores, crenças, produtos, serviços, tecnologias e conhecimentos e relacionamento públicos consolidados ao longo da história das empresas”.

A partir da evolução do setor de relações públicas das empresas aumentou o interesse pela projeção da trajetória empresarial e sua relação com o contexto social ao qual estão envolvidas. Nesse mesmo período cresceu a recorrência na contratação de historiadores na idealização dos produtos da história para o campo empresarial. A intenção de inserir o trabalho dos historiadores nessa produção foi para tentar adicionar mais qualidade aos produtos culturais e imprimir características mais humanistas, que valorizavam as especificidades culturais das empresas e das comunidades de atuação. Para Nassar (2008, p. 26):

[...] os trabalhos de história empresarial desenvolvidos no campo das relações públicas, além de ações comemorativas, tendem a se constituir em programas permanentes voltados para reforçar o sentimento de pertencimento de inúmeros públicos estratégicos das organizações entre os quais os funcionários, além da utilização desses programas como ferramentas de gestão de conhecimento.

Os centros de memória e o investimento em espaços que preservam a história empresarial e local além de contribuírem para a organização e o registro da trajetória empresarial, são “instrumentos de comunicação” e marketing na constituição das relações públicas. São espaços que em certa medida possibilitam o trabalho de profissionais socialmente autorizados para trabalhar com os vestígios do passado, a partir de parâmetros cientificamente sustentados, como é o caso do historiador, um lugar de legitimidade da profissão. Nesse sentido, pode-se afirmar que a História e a memória entram com diferencial das empresas no processo de comunicação social.

Junto com essa necessidade de organizar, armazenar e preservar a trajetória empresarial houve a ampliação de instituições públicas e privadas prestadoras de serviços de consultoria com experiência na organização de arquivos dessa natureza. No caso do Brasil, essa prestação de serviço foi organizada pelo CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) e pelo Museu da Pessoa.

É importante frisar que, mesmo não sendo empresas de consultoria, devido ao pioneirismo e ao conhecimento técnico sobre essas atividades de estruturação de acervos, o CPDOC e o Museu da pessoa se transformaram em instituições com aporte de empresas de consultoria. O CPDOC, por exemplo, seus primeiros trabalhos com a metodologia de história oral vieram do convênio com os projetos de memória financiados pela Petrobrás e Eletrobrás.

Segundo Worcman (2005), trabalhar a memória empresarial não é somente reconstruir o passado das empresas, mas saber usá-las como ferramenta de gestão interna e externa. Nessa perspectiva:

A Memória empresarial é, sobretudo, o uso que uma empresa faz de sua história. E dependerá da forma de perceber e valorizar sua própria história que as empresas podem aproveitar (ou perder) a oportunidade de utilizar essa ferramenta fundamental para adicionar mais valor à sua atividade. A história de uma empresa não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros (WORCMAN, 2005, p.23).

A história empresarial representada nos centros de memória, museus empresariais e nos projetos de incentivo à prática da metodologia de história oral busca gerenciar o público estratégico das organizações, com intuito de promover um elo de identificação e pertencimento à marca empresarial. Essas ações buscam inserir os funcionários/colaboradores/comunidade como atores no processo de construção da trajetória da empresa.

Com relação à recorrência da metodologia de história oral no campo empresarial, ela foi motivada pela pessoalidade em que os trabalhos com fontes orais acarretam, ou seja, “o fascínio da experiência vivida pelo entrevistado” (ALBERTI, 2008, p.170). O uso da

História oral pode “estimular nos inúmeros públicos estratégicos, principalmente os empregados e as comunidades, o sentido de fazerem parte da organização e de sua história” (NASSAR, 2008, p. 94), pois ela é o meio de trabalhar as identidades, além de ser uma ferramenta estratégica de comunicação das empresas em suas relações públicas.

As empresas usaram a preservação da memória para fins de gestão, de desenvolvimento social das localidades onde as empresas atuam e como forma de criar um elo identitário

entre colaboradores, funcionários e comunidade local. Na gestão interna, a construção de uma memória empresarial tem a intenção de inserir os funcionários na realidade das empresas, criando assim um elo de pertencimento e identificação dos trabalhadores com

o local de trabalho. No tocante à relação da gestão externa, o uso de publicações comemorativas sobre a história empresarial, os espaços culturais e de memórias para fins de preservação e promoção da trajetória histórica das empresas buscaram criar

pontos de identificação entre empresa e contexto social a qual estão inseridos. Mas quais histórias são contadas pelas empresas e quais são omitidas?

Nos primeiros trabalhos voltados para história empresarial, as trajetórias das empresas exaltadas pelas narrativas promoviam a cultura organizacional, as quais

apresentavam um panorama da filosofia, dos mitos, dos heróis e das tradições e, em alguns casos, enfatizavam pontos valorativos à imagem da empresa, a partir da omissão de fases sombrias, que pudessem retrair o brilho da trajetória histórica das organizações.

O que está em voga nessa escolha do que e como relatar a história empresarial é a representação da imagem em que se busca obter através desse investimento. Geralmente, a intenção é propagar uma imagem positiva junto à sociedade, seja através da construção da trajetória empresarial regada de conquistas, ou, a partir de investimentos em espaços de memória que acarretam aos financiadores uma projeção de empresa atenta à responsabilidade histórica. Estamos diante da fronteira entre história acadêmica e a História feita para o mercado. Ambas podem ter a mesma relevância para pesquisa histórica, isso depende diretamente do uso da metodologia de pesquisa no processo de produção dos resíduos do passado.

Segundo Souza (2010, p.32), “atualmente o conceito de memória empresarial não se restringe ao *status* de celebração do passado ou de homenagem a fundadores ou personagens ilustres, reverenciados em eventos comemorativos”, mas a nova função de resgate dessa memória passou a ser instrumento de estratégia de comunicação social e do setor de marketing das empresas.

Em seus trabalhos sobre os centros de memória e história empresarial no Brasil, Nassar (2008) apresentou algumas empresas que adotaram o uso da história oral como ferramentas de estratégia nas suas relações públicas. O primeiro espaço de memória no país foi criado, em 1994, conhecido como Centro de Memória Bunge. Seu objetivo era exaltar a história centenária do grupo no país. O segundo foi a companhia Vale do Rio Doce, em 2000 e 2002, a qual investiu no projeto Vale Memória responsável pelo registro de 192 depoimentos sobre a história da empresa nas regiões onde a mineradora atua: Carajás (PA); Itabira (MG) e Vitória (ES). No mesmo período do Vale Memória, tem-se o projeto memória dos trabalhadores da Petrobrás (Petróleo Brasileiro S. A.); BNDES das pessoas; a indústria farmacêutica Pfizer- “Nossa história, nosso orgulho”; Memória Empresarial da Belgo-Mineira e o Centro de Documentação e Memória Multibrás: Acervo.

Além desses exemplos, outra empresa a destacar a história empresarial e a promover a história na empresa foi a mineradora Vale S. A., financiada pela Fundação Vale. Como foco dessa pesquisa, o Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale é uma ação que promoveu a preservação cultural da comunidade de Ouro Preto-MG e Mariana-MG. Além de preservação cultural, o programa, nas denominações do Núcleo

de História Oral Trem da Vale, inseriu a história na empresa, além de desenvolver, a partir de captação de entrevistas, várias histórias empresariais de instituições que foram relevantes para a economia das regiões mineiras.

Segundo Nassar (2008, p.163), o problema dos trabalhos voltados para responsabilidade social, e sua ramificação, a responsabilidade histórica, é identificar a finalidade de programas e projetos dessa natureza no campo empresarial, ou seja, as instituições empresariais realmente estão conscientes de sua responsabilidade com o desenvolvimento social das comunidades onde atuam ou essas ações estão voltados para o setor de marketing institucional? Portanto, o próximo capítulo tem o intuito de analisar qual a utilidade de um Núcleo de História oral financiado por uma empresa de mineração. Afinal, qual é a legitimidade dos produtos criados para atender esse mercado de socialmente responsável?

4 CAPÍTULO III: RESPONSABILIDADE HISTÓRICA E/OU MARKETING EMPRESARIAL? A UTILIDADE DO NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL TREM DA VALE E DO ESPAÇO MUSEOGRÁFICO DA SALA DE MEMÓRIAS PARA A EMPRESA DE MINERAÇÃO VALE S. A.

O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, nas denominações do Núcleo de História oral, tinha como princípio “mostrar a cara e dar voz aos moradores locais, privilegiando a abordagem das próprias comunidades sobre o seu patrimônio de forma a demonstrar a riqueza e diversidade de sua cultura” (Fundação Vale 2010, p.119).

As ações do núcleo eram pautadas na metodologia de história oral e sua aplicação incidia sobre a cultura local, buscando registrar os depoimentos dos moradores sobre temas específicos, selecionados pela equipe de historiadores⁴⁸. Ao final desse processo, as fontes orais eram transformadas em vários produtos culturais, idealizados pelo setor de audiovisual, denominado Vale Registrar. Esses produtos eram responsáveis pela promoção da mineradora Vale S. A. no contexto social.

Com relação aos produtos idealizados pelo Trem da Vale, para entender as relevâncias do acervo de fontes orais produzidas pelo Núcleo de História oral é importante analisar as formas como essas memórias foram instituída e organizada, pois de acordo com Alberti (2008, p.184) “o pesquisador que trabalha com entrevistas de história oral como fontes deve ser capaz de desmontá-las, para analisar as condições de produção”. Nesse ponto, Alberti (2008) se deteve mais à produção das fontes orais constituídas pelo dialogismo entre entrevistador e entrevistado. No caso dessa pesquisa, o objetivo é analisar a “construção de memória” por parte do Núcleo de História Oral Trem da Vale e não a “constituição de memória”.

Na construção de memória, segundo Alberti (2008, p.164), “a entrevista não é tomada como fonte a ser interpretada e analisada, mas como instrumento que terá certo efeito sobre a comunidade”. Nesse caso, o Núcleo de História Oral Trem da Vale entra como administrador do processo que constrói memórias, e essa produção de fontes orais

⁴⁸ No Livro *Outras memória outros patrimônios: relatos técnico do programa de educação patrimonial trem da vale* destinou um capítulo para falar da estrutura e formação da equipe do Núcleo de História Oral e do Vale Registrar. O depoimento foi da Historiadora responsável pela coordenação do núcleo, Josanne Guerra Simões.

contém três tipos de interventores: o do entrevistador; do entrevistado e da instituição mantenedora do programa, no caso, a Fundação Vale.

Portanto, o presente capítulo busca analisar a produção do Núcleo de História Oral Trem da Vale. Segundo Lopez (2008), as etapas essenciais para a realização de projetos e programas de memória seria construir, organizar e socializar histórias. Por isso, essa parte da pesquisa irá especificar como o Núcleo de História Oral Trem da Vale incorporou essas etapas na idealização de seus produtos. A construção abordará as especificidades do núcleo. Na parte sobre organização, o tópico busca apresentar as etapas de construção das fontes e especificar o papel dos atores envolvidos nesse processo. Por último, a intenção é apresentar as formas de sociabilização das histórias construídas pelo programa.

4.1- Núcleo de História oral Trem da Vale

Na última parte do primeiro capítulo, a estrutura do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale foi explorada de forma mais detalhada com intuito de apresentar a complexidade desse programa financiado pela Fundação Vale. A partir dessa explanação, dentro de todo esse empreendimento, o objetivo dessa análise é trabalhar somente com o subprograma Vale Registrar e suas frentes de trabalho, o Núcleo de História Oral (ANEXO A) e a Sala de Memória. A escolha dessa parte do programa se justifica pela falta de trabalhos que analise o lugar da história e da memória em projetos voltados para o mercado empresarial. Afinal de contas, qual é o lugar da memória e da história no projeto Trem da Vale? Mas de quem é o poder de narrar, registrar e definir o que e quem pode fazer parte da história?

É importante ressaltar que a singularidade do programa de História oral Trem da Vale foi justamente a constituição de um núcleo específico para produzir história. E esse espaço não era composto pela comunidade local, e sim, por especialistas, no caso, os historiadores que eram responsáveis pela construção das fontes orais, além de selecionar o narrador, ou seja, definir quem pode fazer parte da história. Essa delimitação era aplicada de acordo com as necessidades reportadas pelos temas das entrevistas.

Para atender aos objetivos do programa, o Vale Registrar (ANEXO B) se dividia em dois setores: o núcleo de audiovisual e o núcleo de História Oral. A estruturação do Núcleo de História Oral Trem da Vale incorporou ações de produção de saber histórico, a partir da captação de entrevistas com os moradores da região, a cargo dos

historiadores. O Núcleo audiovisual possuía uma equipe de produção responsável pela idealização dos produtos culturais inseridos nas publicações dos catálogos e documentários projetados na Sala de Memórias (ANEXO C) e no Vagão dos Sentidos (ANEXO D).

No que tange aos produtos gerados pelos trabalhos do núcleo, há a produção de catálogos, de documentários, de trechos das entrevistas disponibilizados na sala de memórias e as transcrições das entrevistas que eram armazenadas no espaço da biblioteca da Estação Ferroviária de Mariana-MG.

O subprograma Vale Registrar, segundo reportado pela equipe do PEPTV, tinha como objetivo preservar a identidade cultural dos moradores das duas cidades, registrar o patrimônio imaterial da região e, através da produção de entrevistas com os moradores, resgatar a memória individual e coletiva de personalidades de ambas as cidades. Com relação à preservação da memória, o subprograma “Vale registrar”, em 2008, criou um novo setor que originou o Núcleo de história oral.

Esse setor era composto por uma equipe de especialistas em História oral, no caso, os Historiadores, e uma equipe de produção audiovisual, com profissionais na área de comunicação, fator que se tornou preponderante na organização de instrumentos metodológicos de tratamento das entrevistas para ser disponibilizadas tanto nas ações de educação patrimonial, na Sala de memórias, quanto para fonte de pesquisa.

A partir dessa produção criaram um grande acervo de fontes audiovisuais e de transcrições de entrevistas, divididas em dois eixos: História de Ouro Preto e História de Mariana. O recorte temporal delimitado pela equipe do núcleo foi o final do século XIX e o desenrolar do século XX. Dentro desses eixos foram contemplados seis subtemas: História de vida; História da educação; História da mineração; Clubes socioesportivos; História da Ferrovia e Fábricas de tecelagem.

O Núcleo de história oral Trem da Vale escolheu seus personagens de História de Vida e História temática a partir de questões “representativas por sua atuação profissional relevante, seja por fornecerem informações sobre diversos aspectos das cidades de Mariana e Ouro Preto: o cotidiano; o conjunto urbano, a vida social, econômica, política; religiosa e a formação educacional” (NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL TREM DA VALE, 2006, p.15). Além disso, foi considerada a disponibilidade do próprio colaborador e facilidade dele de conceder entrevistas.

Nas publicações a equipe especifica que na questão da História de Vida foram requeridos colaboradores mais velhos por sua perspectiva mais abrangente sobre

vivência social na região. Na História temática a ocupação diversificada no universo do trabalho delimitava as características dos colaboradores. A escolha entre homens e mulheres também eram delimitados pelo foco presente no projeto de pesquisa. Na História de vida priorizou-se o equilíbrio entre os sexos, mas na História temática as funções no universo do trabalho delimitavam essa quantidade.

A forma como a empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural organizou o Vale Registrar demonstra a intenção do programa de produzir conteúdos especializados para além do entendimento da população local, nos quais priorizaram o mercado cultural. Tirando as ações educativas na Sala de Memórias, que buscou inserir o conteúdo produzido na realidade das comunidades, o núcleo promoveu mais o conhecimento pragmático do que o cotidiano.

O Núcleo de História oral era responsável pelo estabelecimento dos fatos, organizados de acordo com a metodologia de história oral. A metodologia compreendia registro de entrevistas com moradores, a organização dos mesmos, a socialização do conteúdo produzido e a preservação do acervo. Segundo o depoimento do supervisor do Vale Registrar Jason Barroso Santa Rosa, o intuito de colocar em prática a metodologia da História oral nas duas cidades veio da necessidade de exaltar as concepções propostas pelo patrimônio imaterial, em que considera a “história da pessoa como patrimônio” (ROSA, 2010, p. 247). Mas, até que ponto essas “histórias” são das “pessoas” e não de uma idealização da própria empresa sobre as narrativas locais?

Essas ações de História oral eram guiadas por um roteiro de entrevistas, arquitetado pelos historiadores, a partir de uma pesquisa previa sobre as especificidades culturais da localidade. É importante frisar que o fato da Fundação Vale financiar um setor somente para o desenvolvimento da história local demonstra a intenção de acarretar legitimidade ao produto final dessas atividades, principalmente por conta da inserção de especialistas e do uso de metodologia científica.

A formação profissional da equipe diz muito sobre as finalidades de programas voltados para responsabilidade histórica. A formação profissional da equipe do Núcleo de História oral era na área de ciências humanas, principalmente historiadores. O Núcleo de audiovisual era dominado pela área de comunicação (jornalista e designers gráficos). Essa organização setorial evidência duas utilidades para o uso da história.

O setor de comunicação, também conhecido como Vale Registrar, ao promover as produções de documentários, dos catálogos, fotografias e registros das entrevistas transformou o conteúdo tratado e analisado pelos historiadores em produto cultural.

Nesse ponto, “não interessa tanto ‘desvendar’ e interpretar o passado, mas resgatar partes dele, fazê-las reviver fora de seu contexto original, em um mercado de bens culturais, onde elas adquirem novas funções” (ALBERTI, 1996, p.1). Essas funções, no caso do PEPTV, contribuíram para o desenvolvimento de ações de marketing institucional da Vale S.A. auxiliando na construção da imagem de socialmente responsável.

Sobre os trabalhos de reconstrução histórica, de acordo com Nassar (2006, p.167) “quando os profissionais são contratados, não formam a equipe interna da empresa, os historiadores são os preferenciais e depois jornalistas”. A preferência em ter especialista no tratamento de vestígios do passado e na produção de narrativas sobre a experiência histórica de outrem proporciona aos trabalhos dessa natureza, feitos para o mercado, uma credibilidade. A credibilidade, no âmbito da comunicação corporativa da Vale S.A. de acordo com a análise de Oliveira e Oliveira (2019 p.17), pautada nos modelos de confiança abstrata proposta pelo sociólogo Anthony Giddens (1991), é aliada ao denominado “sistema perito”, esta organização reportar à sociedade um sentido de segurança e confiança, a qual a mineradora se ampara em especialistas que possibilitam, através do conhecimento técnico, validar a atuação da empresa, de seus serviços e produtos.

Segundo Alberti (1999), o caráter permanente de um programa de história oral depende de sua estruturação. Sob essa perspectiva, os requisitos para a idealização de um programa de história oral vão além de uma produção de entrevistas, eles requerem preocupações com o arquivamento e preservação do conteúdo gravado e devidamente tratado. Ao arquivar as fontes orais para que outros possam utilizá-las é necessária a padronização de códigos e fichas técnicas para informar sobre o conteúdo daqueles documentos.

No caso do PEPTV, todos os materiais transcritos e audiovisuais foram codificados para melhor organização e preservação das fontes. Podemos constatar que o núcleo de história oral e o núcleo audiovisual tinham as suas formas de organização e disponibilidade do material produzido. Na catalogação tanto dos DVDS como das transcrições, os códigos apresentavam informações técnicas sobre a produção e a biografia do entrevistado. Desse modo, de acordo com o primeiro catálogo produzido pelo Núcleo de História Oral, o código de acesso criado pelo núcleo de audiovisual do trem da Vale era: VR (Vale Registrar)- HT (quando era história temática) e HV (quando

era história de vida)- MA OU OP (para especificar se as informações vieram das cidades de Mariana ou Ouro Preto) e no final vinha o número da entrevista.

Com relação aos temas, segundo Alberti (2013) eles devem ser escolhidos de maneira que “o recorte inicial do objeto de estudo seja suficientemente abrangente para viabilizar o investimento contínuo de realização de entrevistas. Poder-se-ia a chamar esse recorte de tema continente, possível de ser desdobrado em temas paralelos” (ALBERTI, 2013, p.50). Podemos intuir que os temas propostos pelo núcleo de História oral Trem da Vale possuem alguma proximidade com as atividades econômicas presentes na região. Isso demonstra que a equipe realizou uma profunda investigação histórica com intuito de identificar os pontos que caracterizavam mais as duas cidades.

A partir desses trabalhos de construção de memória, ao final, o Núcleo de História Oral viabilizou não somente a idealização de uma história local, mas, também, promoveu várias histórias empresariais ao especificar temas ligados ao “mundo do trabalho” nas Fábricas de Tecido, na educação, na ferrovia e na mineração. Foram contempladas empresas que de alguma forma interferiram no desenvolvimento das complexas redes sociais de Mariana e Ouro Preto.

Constata-se que todas essas ações do Núcleo de História oral Trem da Vale trouxeram prestígio no campo da História empresarial. Souza (2010, p.93-94) em sua pesquisa destacou que o Vale Registra recebeu em dois anos consecutivos, 2008 /2009, o Prêmio ABERJE de Responsabilidade histórica e Memória empresarial.

No caso do Trem da Vale, o Vale Registrar contribuiu para promover as informações contidas no material bruto incorporado nos arquivos, ou seja, transformá-los em artefato cultural. Essa constatação demonstra que entre o que as fontes orais como material bruto – arquivo – e os artefatos culturais produzidos a partir de tais fontes há uma distância, onde os interesses corporativos informados pelas questões de mercado atuam como é o caso de uma imagem corporativa positivada. Essa distância foi evidenciada no momento que a Vale priorizou a produção de produtos culturais sobre os trabalhos realizados pelo Núcleo de História oral, e não organizou estratégias para informatizar o material bruto dispensados em arquivos, transformando esse depósito de memória em um “arquivo mudo”.

4.2- Produção das Fontes orais: o entrevistador; o entrevistado e o Vale registrar.

A presente discussão visa apresentar a organização do conteúdo das entrevistas. Serão especificadas as condições da produção das fontes orais organizadas pelo núcleo, bem como os envolvidos nesse processo de estabelecimento dos fatos para a construção de acervos de fontes orais. Na etapa de entrevista existem três interventores na produção das fontes orais: o entrevistador; o entrevistado e a equipe do Vale Registrar. Ambos, de forma diferente, interferiram no processo de construção da memória.

A produção de fontes orais é baseada em entrevistas que utilizam a metodologia de história oral no processo de transformação da memória em narrativa. Segundo Alberti (2008) as fontes são resíduos de ações interativas, elas acarretam a comunicação entre entrevistado e entrevistador. Essa participação coletiva propõe que o produto das entrevistas seja constituído tanto pelo entrevistado quanto pelo entrevistador, e essa interação, de alguma forma, interfere na constituição de documentos. Mas afinal, todo tipo de entrevista é considerado História oral?

Segundo Meihy (1996, p. 21) a História oral é um procedimento programado e produtor de fontes a partir de entrevistas. O produto final desse processo de captação de narrativas visa de forma mecânica à produção de fontes históricas. Essas fontes se diferem da documentação oral em sua dimensão e interferências, pois, segundo Alberti (2008) a história oral produz fontes intencionais, sua produção, seja para compor uma pesquisa ou em ações de programas de história oral, tem uma finalidade demarcada.

Para se obter a fonte documental o processo de produção da história oral é dividido em várias etapas de preparação, sua estrutura técnica e metodológica é dividida em: pré-entrevista; entrevista e pós-entrevista, todas inseridas no contexto apresentado no projeto (MEIHY, 1996, p.178). As etapas de entrevistas compreendem o registro de narrativas sobre o passado e a produção de saber histórico intrínseco nas fontes orais, e é impulsionado por três ações importantes: o “contar”, o “ouvir” e o “produzir”. Ambas são ferramentas essenciais para a concretização da metodologia de História oral. Dessa forma, compreende-se que a entrevista “é um produto em co-autoria do entrevistado e do entrevistador” (LOPEZ, 2008, p.36).

Nesse processo de construção de fontes orais o entrevistador é aquele que ouve e sabe conduzir os fios da memória dos entrevistados. Sua função de acordo com Alberti (2004, p.79) é “o trabalho de transformar lembranças, episódios, períodos da vida,

experiência, enfim, em linguagem”. Ele auxilia na organização das lembranças, participa diretamente da construção do documento histórico, “mesmo que o entrevistado fale pouco, para permitir ao entrevistado narrar suas experiências, a entrevista que ele conduz é parte de seu próprio relato- acadêmico; político etc., - sobre ações passadas, e também de suas ações” (ALBERTI, 2008, p.169).

Os entrevistados são os guardiões de experiências; saberes; sensações; tradições, sentimentos e emoções. Eles são os narradores das histórias de vida, os indivíduos que vivenciam, selecionam e traduzem o produto da interação social e do conhecimento produzido nessa relação. De acordo com Alberti (2008, p. 169), entre o entrevistador e o entrevistado:

[...] tanto um quanto o outro têm determinadas ideias sobre ser interlocutor e tentam desencadear determinadas ações; seja fazer que o outro fale sobre sua experiência (o caso do entrevistador), seja fazer que o outro entenda o relato de tal forma que modifique suas próprias convicções na qualidade de pesquisador (o caso do entrevistado).

Com relação aos conteúdos, nessa área de produção de conhecimento histórico há uma condensação da oralidade com a escrita no processo de construção de narrativas captadas por entrevistas ou gravadas em mídias audiovisuais e transcrições literais, nas quais levam à reconstrução e à reconstituição de múltiplas perspectivas da história. A memória social é a base de análise requerida nesses tipos de registros, que abarcam desafios impostos pelas experiências e temporalidades remotas fixadas nas reminiscências pessoais.

A história oral é considerada um procedimento que usa a memória como matéria-prima na construção de novas fontes, documentos e evidências. Segundo Rousso (2010, p. 94) “a memória é a presença do passado”. Por ser seletiva, a memória opera a reconstrução e a ressignificação hierárquica do passado. Internamente os sujeitos trabalham com a relação individual e coletiva dos fatos, o que leva a constatação da memória como suporte de identidades. O arcabouço da memória entrelaça a experiência do tempo e a transforma em representação histórica. Essa transformação pode ser estimulada por pontos disponibilizados no presente e atualizada a partir de enquadramentos postos pelo mecanismo de identificação e recordação/lembrança.

Os dados obtidos pela metodologia de história oral são constituídos a partir do produto das percepções do sujeito no ambiente, numa condição temporal delimitada pela relação social, por isso a datação dos fatos relatados nas entrevistas não possui uma

precisão sequencial, ou seja, ela é estimulada a partir da coordenação do presente sobre o passado. A recordação, imbuída de resquícios da memória individual entrelaçada à coletiva, inclui, em sua constituição, “ênfase, lapsos, esquecimentos, omissões” (DELGADO, 2006, p.16), que dão suporte à reconstrução de narrativas.

Como referenciado, os conteúdos são constituídos por meio de uma relação colaborativa sustentada pelo método dialógico em que o entrevistador precisa aliar os roteiros às necessidades da entrevista, escolher os entrevistados, delimitar um tratamento adequado aos colaboradores, além de escolher locais mais favoráveis para a prática das entrevistas. Segundo Lopez (2008), o desafio do entrevistador é formular perguntas que auxiliam o entrevistado a reorganizar seus pensamentos e narrativas, permitindo que eles façam sentido na reconstituição requerida no ato da entrevista.

No que tange a escolha da porta voz dessas histórias, segundo Garrido (1993) o perfil do entrevistado deve ser “pessoas com uma memória especialmente coerente e completa; com experiências excepcionais e com relevante papel no fato pesquisado” (GARRIDO, 1993, p.44). Com relação ao universo da amostragem, a camada social, o sexo e a faixa etária também são condicionados pela intenção do tema.

De acordo com Alberti (2013, p. 37) as escolhas dos entrevistados são estipuladas pelos objetivos do projeto de pesquisa, e a quantidade é delimitada no processo das entrevistas. Os programas de História oral levam em consideração as qualidades das informações, e não a quantidade de entrevistas realizadas, o prolongamento desnecessário dos temas pode acarretar repetição dos fatos nas narrativas, o que compromete as riquezas presentes no acervo de fontes orais.

No caso do Programa de História oral Trem da Vale as ações desencadeadas no processo de construção de memória e na produção de fontes, além de compor esse dialogismo entre entrevistador e entrevistado, que incide diretamente no conteúdo das fontes, essa organização de entrevistas possuiu outros interventores nessa formação do produto cultural idealizados pelo núcleo: o setor de produção audiovisual (Vale Registrar) e a instituição mantedora do programa, no caso, a Fundação Vale. Ambas têm intencionalidades diferentes no que tange o conteúdo proporcionado pelos trabalhos de história oral.

O Vale Registrar transformou todo o conteúdo produzido pelo entrevistador e entrevistado em produto cultural. Nesse processo, os profissionais de comunicação também imprimiram sua ação na construção de fontes. Além de selecionar a informação, com intuito de promover as atividades do programa e a imagem da empresa

financiadora junto aos públicos estratégicos, no momento em que eles produziram os materiais diretamente selecionaram o conteúdo que seria apresentado, e essa ação é uma forma de interferir nas fontes, utilizando-as para fins específicos.

A Fundação Vale interferiu na escolha do que exaltar da memória das regiões onde atua. A necessidade da instituição é usar desses trabalhos como insumo do setor de marketing institucional, ou seja, usar as características identitárias de forma que elas proporcionem um elo de pertencimento da comunidade com a empresa em questão. O conhecimento gerenciado pelo núcleo proporcionaria à Fundação Vale sua promoção, além de permitir a mineradora Vale S. A., gestora da fundação, um espaço de diálogo e negociação com a comunidade local.

No Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, os Historiadores Josanne Simões Guerra e Eder Donizetti eram os responsáveis pela transposição das narrativas orais em formato textual. As transcrições foram realizadas de forma integral, respeitando a fala dos entrevistados. O Vale Registrar ficou a cargo da preparação do material, transformou essas lembranças em produtos audiovisuais. Além disso, ficou com a incumbência da etapa de tratamento das fontes, ordenação dos fatos, a delimitação da duração e dos cortes das entrevistas⁴⁹.

Segundo Alberti (2013, p. 57), no caso de programas de história oral que têm a intenção de produção de fontes históricas, deve-se inserir na equipe um “técnico de som”. O profissional seria responsável pela gravação e o armazenamento das entrevistas em bancos de dados minuciosamente detalhados. Essa função, no caso do Núcleo de História oral Trem da Vale, era realizada pelo núcleo de audiovisual, da vertente do Vale Registrar. De acordo com o relato do auxiliar técnico Rafael Santos⁵⁰, o material filmado passava por vários processos de edição, mas seu conteúdo tinha pouca interferência. A metodologia do programa preservava a captura, através de suporte sonoro e visual, de relatos provocados ou espontâneos, com intuito de transcrevê-los e torná-los disponíveis para consulta.

⁴⁹No que tange a duração das entrevistas, a equipe do núcleo de História oral estipulou, segundo a metodologia apresentada nas publicações, a duração de uma hora para entrevistas relacionadas à História temática e duas horas para História de Vida. Sabe-se que a duração da produção deve levar em consideração as necessidades do próprio entrevistado. Essas sessões podem ocorrer só em um único momento ou em mais dias, mas, de acordo com os manuais de história oral, as entrevistas devem evitar o prolongamento das sessões para prevenir de possíveis mudanças na percepção do entrevistado sobre o fato relatado.

⁵⁰ Esse relato foi retirado do livro *Outras memórias, outros patrimônios: relato técnico do programa de Educação Patrimonial Trem da Vale*, p. 119.

As edições dependiam diretamente do destino do material. No caso de documentários, os recortes eram feitos para adequar o material bruto às necessidades do tema. Se as entrevistas fossem destinadas ao armazenamento em DVDs, as edições organizavam as percepções dos sujeitos no tempo, de forma que dessem coerência e concordância entre os roteiros e as respostas. Por fim, se o destino fosse a Sala de memórias, priorizavam o recorte em trechos que especificavam a necessidade do tema e facilitavam a adequação de informação ao público em geral. Percebe-se que os trabalhos realizados pelo Trem da Vale respeitaram o uso da metodologia de História oral na criação das suas fontes, conferindo credibilidade às informações apresentadas.

Diante das informações nas publicações do Núcleo de História Oral Trem da Vale, na questão da História de Vida foram requeridos colaboradores mais velhos por sua perspectiva mais abrangente sobre vivência social na região. Na História temática, a ocupação diversificada no universo do trabalho delimitava as características dos colaboradores. A escolha entre homens e mulheres também eram delimitados pelo foco presente no projeto de pesquisa. Na História de vida priorizou-se o equilíbrio entre os sexos, mas na História temática as funções no universo do trabalho delimitavam essa quantidade.

De acordo com as informações presentes nos catálogos publicados pelo programa de educação patrimonial, na História da ferrovia foram demandados 39 colaboradores, 13 mulheres e 26 homens, que atuavam como chefe de máquina; telegrafista; agente de estação; mestre de linha; feitor de turma; maquinista; trabalhador do Armazém; administradores; guarda fio; engenheiro; carpintaria; supervisor de setor; eletricista; manobreiro; foguista; telegrafista; pintor; fiscal; tratorista de linha e filhos (as) de ex-funcionários (as).

Na História da mineração foram captados 37 entrevistados, todos eram homens, das funções especificadas: Setor de geotécnica e Hidrogeologia; transportador de minério; encarregado; Setor Mecânica; Setor de tratamento de ferro; planejador de mina; Departamento de obra; técnico de operação; coordenador; operador de embarque de minério; pesquisador de escória de alto-forno; topógrafo; químicos; controlador do rendimento dos equipamentos; professores da escola de minas; funcionário da companhia de Minas; almoxarifado; gestor de meio ambiente e garimpeiros.

Na História das Fábricas de Tecido são 42 entrevistados, 21 homens e 21 mulheres, suas funções: fiandeiras; tecelã; administradores; gerentes; contramestre; telefonistas; eletricistas; tintureiros e representantes sindicais. Por último, a História dos

clubes sócios esportivos os entrevistados eram dirigentes, jogadores e participantes da torcida.

As perguntas eram delineadas por roteiros de entrevistas produzidas pelo entrevistador. Para sua elaboração foi essencial a pesquisa previa sobre o tempo e vida do entrevistado para que o jogo de perguntas não proporcionasse resultados genéricos, meramente informativos e de opinião. Desse modo, os roteiros foram compostos de perguntas semi-abertas. A forma como o entrevistador organiza um roteiro, especifica um assunto e delimita um período a ser recordado, indiretamente ele organiza a visualização do passado que o entrevistado aquece durante a entrevista, guia-o na ação de lembrar. Em contrapartida, as escolhas acerca do conteúdo a ser selecionado e o registro das entrevistas fica a cargo do setor editorial.

Os depoimentos registrados por meio de entrevistas pelo programa de História Oral Trem da Vale trouxeram em seu conteúdo a memória social, ao dar visibilidade às trajetórias de vida de pessoas “comuns”, e a memória empresarial, em dois momentos: no primeiro ao registrar os relatos técnicos da equipe do Núcleo de História Oral Trem da Vale, produzindo conteúdo sobre si, e no registro de depoimentos de trabalhadores das fábricas de Tecido, do setor de mineração e da Ferrovia.

Sobre esse processo de produção de fontes, Lozano (2006, p.21) pontua que a metodologia de História oral é pautada em duas vertentes: “a faceta técnica” e a “faceta metódica”. Ambas trabalham com a oralidade de forma divergente. No caso da faceta técnica, o pesquisador ou a equipe responsável pela produção das fontes priorizam no projeto, de forma sistemática, a produção documentalista e arquivista dos dados obtidos. Além de remontarem de forma literal os depoimentos orais sem as devidas reflexões teóricas, somente para fins de catalogação.

Por sua vez, a faceta metódica explicita, de acordo com essa perspectiva, dois estilos ao campo da história oral: “o reducionista” e “analítico completo”. Ambos priorizam a reflexão teórica sobre as fontes orais e também as utilizam para análise histórica. Os pesquisadores adeptos ao estilo reducionista das fontes retomam a concepção secundarista, ou seja, o método de história oral é requerido somente para complemento, comprovação e ilustração no processo de reconstrução histórica. Esse estilo foi bastante utilizado na Escola de Chicago por cientistas sociais e antropólogos, em busca de uma avaliação qualitativa dos fatos. O estilo analítico completo traz em voga uma concepção mais crítica e sistemática da História oral, seus praticantes aliam a organização ordenada dos depoimentos, sistematizada em banco de dados e,

posteriormente, suas evidências orais passam por uma filtragem teórica proposta pelo pesquisador para fins de construção do conhecimento histórico.

No caso do Núcleo de História Oral Trem da Vale, nessa etapa de produção de fontes orais a equipe priorizou, de acordo com as vertentes apresentadas por Lozano (2006) “a produção documentalista e arquivista dos dados obtidos” sem utilizar teoria de pesquisa para aferir o conteúdo dos registros orais.

Assim, pairam sobre esse empreendimento algumas questões. Afinal, qual é a finalidade desses trabalhos? Qual é a funcionalidade dessas fontes no âmbito público? O que esse material acarretou ao desenvolvimento social? Como esses trabalhos podem ser geridos pela população de forma que promova ações permanentes de reconhecimento social? Assim, no próximo tópico busca-se apresentar as formas que o Programa de História Oral Trem da Vale disponibilizou o acervo de fontes orais no âmbito público.

4.3- Forma de disponibilização do Material: o instrumento de divulgação das atividades do Núcleo de História Oral Trem da Vale.

O intuito desse tópico é especificar as formas de sociabilização das fontes históricas, produzidas a partir das entrevistas, pelo Núcleo de História Oral Trem da Vale. A ação de sociabilizar refere-se à promoção dos trabalhos de história oral no âmbito público, além de contribuir no processo de preservação das fontes. Essa disponibilização do produto das entrevistas geralmente é prevista no projeto inicial de História oral, que tem como intuito a idealização de espaços para armazenar as entrevistas, bem como a normatização de banco de dados para consulta. Esse procedimento é denominado de “tratamento do acervo”, e ocorre depois dos trabalhos de gravação.

Segundo Alberti (2013, p. 235), esse tratamento “inclui a duplicação da gravação para formação de um acervo de segurança, o registro da entrevista na base de dados do programa o qual está vinculado, a elaboração de instrumentos para o auxílio de consulta, transcrição e liberação para consulta”. Como é um material de fontes orais, de arquivo vivo, é de suma importância ter documentos de concessão de entrevistas que deixem bem claro a disponibilização desses relatos no sistema público.

Geralmente, o suporte textual e audiovisual são os meios escolhidos pelos projetos de história oral para preservar seus trabalhos e disponibilizá-los para o

conhecimento público. Duas correntes divergem sobre a questão da disponibilização de documento oral em suporte audiovisual ou escrito. Afinal, qual deles preserva a fidelidade das fontes? Segundo a escola francesa, a gravação registra a oralidade e a imagem, fato que marca sua confiabilidade, além de dificultar a negação do depoente. Os arquivistas orais franceses pontuavam que “o fato de ler em vez de ouvir priva o historiador de muitas contribuições da forma oral; entonação, ênfase, dúvidas, rapidez ou lentidão nas relações, risos e repetições; portanto corre-se o risco de privilegiar a leitura a ponto de renunciar à escuta” (BONAZZI, 2006, p.239).

Não obstante, a escola americana defende o uso de arquivos mistos, ou seja, gravação e transcrição no mesmo espaço para que ampliem a possibilidade de análise multidisciplinar das fontes. É válido ressaltar que no suporte midiático as gravações podem ser disponibilizadas na íntegra, como é o caso de arquivistas com a intenção somente de registrar personagens e eventos importantes, ou com edições, onde se preserva a fala do entrevistado em contrabalanço com outros pontos de vista. Esse modelo é muito usado nos documentários biográficos.

Nas transcrições, essa etapa compreende a transformação do produto das narrativas em fonte textual, com intuito de preservar “aquilo que se conta”. O molde dessas transcrições pode ser literal ou específico. No primeiro caso, as transcrições traduzem o texto em sua plenitude e, no segundo, há uma textualização dos pontos mais importantes para pesquisa. A etapa final da transcrição seria a conferência de fidelidade. Segundo Delgado (2006) a etapa de conferência “deve ser realizada simultaneamente à leitura da transcrição para conferir erros de pontuação, verificar a existência de omissões, acréscimos indevidos, falhas importantes que prejudiquem o conteúdo da narrativa e conferência dos nomes dos entrevistados” (DELGADO, 2006, p.28).

Quanto à pontuação, quando a transcrição é literal deve-se preocupar com a fidelidade das falas, por isso os manuais de história oral apresentam as formas adequadas de apresentação. De acordo com Bonazzi (2006, p.239-240) nas transcrições deve-se usar:

As passagens pouco audíveis podem ser colocadas entre colchetes; as dúvidas, os silêncios, as rupturas sintáticas, assinalados por reticências; pessoa citada se for necessária discrição, designadas por iniciais; grifo será utilizado para anotações, por exemplo; risos; as palavras usadas com forte entonação serão grafadas em negrito; o texto será organizado cuidadosamente em parágrafos, devendo-se atentar para a pontuação, que é imprescindível à boa compreensão do texto; os subtítulos podem facilitar a leitura; serão corrigidos em notas os erros flagrantes por parte do entrevistado; datas; nomes próprios etc.

Os formatos de disponibilização podem ser através de Livros, DVDs, plataformas digitais, acervo de transcrições ou espaços de memória. Além de promover o reconhecimento do entrevistado, esses produtos podem fazer parte de ações educativas, em espaços formais e informais, e ser suporte de coesão identitária das comunidades envolvidas. Segundo Nunes (1999) os objetos culturais seriam “operadores da memória social”, que “trabalham no sentido de entrecruzar memória coletiva (lembrança, conservação do passado, foco da tradição, momento de reminiscência) e história - quadro dos acontecimentos, conhecimento, documento histórico” (NUNES, 1999, p.8).

Quando a intenção dos programas de história oral é disponibilizar o conhecimento num processo de sociabilização, o intuito é transportar saber histórico para o público endógeno (comunidade), exógeno (pesquisador/visitante/turistas) e promover o fundo mantedor, no caso, as empresas e instituições envolvidas nesses projetos. Isso demonstra para quem se quer contar a história. Entretanto, Alberti (2004, p. 48) constata que “por mais que nos esforcemos em democratizar o acesso à produção histórica, dificilmente os livros, os artigos e os relatórios de pesquisa que resultam de entrevistas de história oral com os ‘de baixo’ serão lidos pelos próprios entrevistados”. Mas se o suporte for audiovisual, a recepção dos entrevistados seria diferente? Se fosse diferente, o fato de transportar o produto bruto dispensado em arquivos de história oral para meios digitais, como documentários, proporcionaria a falta de interesse pelos arquivos, relegando a estes somente a função de depósito de memórias?

As formas de elaboração do produto final demonstram os objetivos dos programas e o público que pretendem atingir. As trajetórias de vida são manejadas de acordo com o suporte no qual será inserido. No caso do Programa de História Oral Trem da Vale, os catálogos, os documentários, o acervo de transcrições, os eventos, a Sala de memórias e o Vagão dos Sentidos buscaram alcançar vários objetivos e públicos. Esses meios proporcionaram a promoção da mineradora Vale S. A., além de impulsionar o reconhecimento de personalidades de grande atuação na comunidade.

Os catálogos, além de compor a etapa de “tratamento das fontes”, pois é uma forma de organizar os bancos de dados e facilitar na localização do acervo, eles atendem a valorização da comunidade local e as pesquisas no campo acadêmico. No caso do Trem da Vale no período de 2006 a 2014 foram produzidos seis catálogos contendo a

história de Vida dos entrevistados, História da Mineração, História da Ferrovia, História da Fábricas de Tecido e História dos Clubes sócio esportivos.

No primeiro catálogo (2006 – 2007), a equipe abordou os temas sobre História de vida (com 10 entrevistas) e as temáticas sobre Mineração (25 entrevistas) e Ferrovia (23 entrevistas). De acordo com a segunda publicação do catálogo (2007 – 2009), além de terem sido realizadas novas entrevistas com os mesmos temas do livro anterior foi acrescido, em 2008, a temática sobre as fábricas de tecido de Ouro Preto e Mariana. Entre 2009 e 2011 foram acrescentados às publicações anteriores mais 26 entrevistas biográficas dos moradores e 32 entrevistas temáticas. Nos últimos anos do programa, além de aparecer uma nova temática na produção, em 2013, referente aos clubes sócio-esportivos de Ouro Preto e Mariana, o programa de História Oral publicou o livro *Fios e Tramas: A indústria Têxtil em Mariana e Ouro Preto*.

As publicações apresentam uma biografia do entrevistado, com intuito de facilitar e endossar o seu reconhecimento junto à comunidade local e acadêmica, além de ter sido uma importante ferramenta de marketing para projeção da mineradora Vale S. A. como empresa atenta ao desenvolvimento social das comunidades onde atua. Todo o material era distribuído aos entrevistados, familiares e redes de ensino público (fundamental médio e superior).

Ao analisar os catálogos produzidos pelo programa, percebe-se o cuidado em se aplicar métodos e técnicas de pesquisa. O núcleo idealizou um projeto, os roteiros e as formas de tratamento e disponibilização das fontes. Isso mostra a necessidade de montagem de acervo e a preocupação em torná-lo permanente para a realização de futuras pesquisas.

Outra forma utilizada pelo Programa de História Oral Trem da Vale para disponibilizar o produto das entrevistas foram as produções audiovisuais, organizadas pelo Vale Registrar. Essa forma compreendia desde trechos das entrevistas disponibilizadas na sala de memórias, a produção de documentários até a exposição de fotografias e objetos. Os temas dos documentários discorriam sobre as bases dos princípios do patrimônio imaterial (modos de fazer, viver e saber), dentre eles sobre Locomotiva; construção de pontes para a ferrovia; Ferromodelismo; Bandas Musicais; Todos os Tempos; Chuva de Poesia; Circos e educação patrimonial.

Em 1º de setembro de 2011, o programa inaugurou a “Sala de memórias”. Esse espaço museográfico complementou as ações educativas do núcleo de História oral, que disponibilizava todas as entrevistas para os visitantes da própria cidade ou de outros

lugares do mundo. Além dos dispositivos midiáticos, a sala era usada para exposições temporárias com objetos aliados aos temas das entrevistas. De 2011 até 2015, início e fim da sala de memórias, o espaço recebeu a exposição sobre mineração; educação; ferrovia; tecelagem; clubes sócio esportivos e as tradicionais bandas locais. Todos os objetos da exposição eram emprestados pelos próprios entrevistados (ANEXO E). Os objetos culturais expostos na sala de memória objetivavam a projeção da realidade narrada em imagens. Essa idealização transformava os objetos culturais em “operadores da memória social”, proporcionando ao entrevistado retornar suas lembranças e ao visitante compartilhar uma fração sobre a reconstrução do passado na região.

Outra forma de sociabilização do produto cultural idealizado pelo Vale Registrar foi o vagão dos sentidos. Segundo a Fundação Vale (2010, p.210) esse espaço foi denominado Vagão dos sentidos por buscar “um ambiente em que o visitante é convidado a imergir nas sensações por eles provocadas”. Organizado dentro de um antigo vagão, revitalizado pela equipe contratada pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural, o vagão era composto por telas de LCD que projetavam documentários editados pelo Vale Registrar. Os temas dos documentários eram relacionados às “metáforas sobre a viagem do trem referenciadas por aspectos culturais locais” (FUNDAÇÃO VALE 2010, p.210).

Embora os produtos idealizados pelo Programa de História Oral Trem da Vale configuraram como ações de responsabilidade histórica, principalmente por não ser “contada em tom de publicidade” e por privilegiar elementos do cotidiano social, eles não deixaram de contemplar o setor de Marketing institucional. Indiretamente, ao escolher dar visibilidade a pontos importantes da memória coletiva de Ouro Preto e Mariana, a empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural criou uma narrativa de forte apelo e tonalidade identitária vincula ao contexto local, essa escolha permitiu a criação de um elo de pertencimento da comunidade com a empresa em questão, no caso, a Mineradora Vale S. A. Para o setor de Marketing esse elo facilita a inserção de produtos no mercado, além de ser uma importante ferramenta nas relações públicas.

Nas ações realizadas pelo Trem da Vale, na contra face da grande visibilidade que foi atribuída ao reconhecimento do patrimônio cultural da região mineira, o processo de interação social foi secundarizado. O Núcleo não proporcionou ferramentas para gestão e manutenção do acervo de fontes orais por parte da comunidade local, privilegiou a técnica em detrimento do desenvolvimento social. Essa interação social

possivelmente permitiria “construir uma visão de futuro, com ações estratégicas de logo prazo, e permite de fato colaborar com o desenvolvimento social” (LOPEZ, 2008, p.78).

Com o fim do projeto, em 2015, todos esses produtos foram subutilizados, ou melhor, descartados. A sala de memórias foi abandonada. Os documentários e os acervos de fontes orais foram deixados de lado na estação de Mariana e Ouro Preto. Tudo se tornou entulho de memórias e arquivo morto.

4.4- O Entulho de memórias: o fim do programa de educação patrimonial Trem da Vale e o Arquivo morto.

Nessa parte da discussão o intuito é apresentar os motivos que levaram o fim do programa de história oral Trem da Vale, a atual situação do material produzido, especificar a relevância desse conteúdo para a comunidade local e para o campo da pesquisa histórica.

Na explanação anterior foi apresentado toda idealização do Núcleo de História Oral Trem da Vale. Como abordado, o programa foi um investimento da Fundação Vale, financiada pela mineradora Vale S. A., que tinha como objetivo alinhar a preservação cultural local com o desenvolvimento social das regiões mineiras de Mariana e Ouro Preto. Esse empreendimento voltado para o reconhecimento e preservação da cultura local chegou ao fim, em 2015, devido ao corte do financiamento da Vale nas ações do programa, além de complicações judiciais por parte da empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultura, contratada pela mineradora para a idealização e gestão do projeto Trem da Vale⁵¹.

O problema motivado pelo fim do programa foi referente ao descarte de todos os produtos culturais. Afinal, qual o limite da responsabilidade histórica das empresas? É somente uma ferramenta estratégica do setor de marketing e das relações públicas, ou a Vale realmente contribuiu com a construção do programa com vistas a torná-la um acervo permanente para usufruto de outras gerações?

A partir de uma análise dos catálogos disponibilizados pelo Trem da Vale, percebe-se que todas as etapas de estruturação do programa proposto pelos manuais de

⁵¹Sobre o encerramento do projeto devido ao corte de gastos da mineradora Vale S. A ver: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/13/interna_gerais,646964/trem-da-memoria-ameaca-descarrilar.shtml. Referente à ação judicial ver: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/pol%C3%ADtica/ex-secret%C3%A1ria-tem-bens-bloqueados-em-r-6-4-milh%C3%B5es-1.232251http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/01/justica-determina-bloqueio-de-bens-de-ex-secretaria-de-cultura-de-mg.html>.

história oral foram devidamente seguidos pelo núcleo de história oral, desde a organização da equipe até a disponibilização do produto final. O programa obteve excelentes resultados junto à comunidade e a sua imagem institucional, recebendo importantes prêmios de reconhecimento na categoria de responsabilidade histórica⁵². Então o que aconteceu para o abandono desse acervo?

Além dos motivos financeiros, a subutilização do acervo e a falta de divulgação do conteúdo das fontes levaram ao seu abandono. As questões contratuais do projeto também impediram o acesso da população e da comunidade acadêmica. Como existiam vários parceiros nesse empreendimento, com o fim do projeto, as questões legais de usufruto desses materiais ficaram dispersos entre a Fundação Vale que não tinha mais o interesse no programa, a UFOP (Universidade Federal de Ouro Preto), desconhecia a gestão e a estruturação do projeto, a Empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural, legalmente não tinha mais direitos sobre a gestão, e, por fim, a FEOP (Fundação Educativa de Rádio e Televisão Ouro Preto), na qual ficou responsável pela organização dos materiais abandonados depois do fim do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale.

Essa subutilização demonstra que, em especial, o PEPTV e o Núcleo de História oral dependiam diretamente dos interesses, humores e financiamento da Fundação Vale. Com o fim do custeio da mineradora e o afastamento da empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural na gestão das atividades, as ações culturais bem como os produtos idealizados pela equipe do programa, não obtiveram uma movimentação, por parte da população local, de forma que esse material sustentasse novas ações educativas.

Diante dessas constatações referentes ao abandono dos trabalhos do PEPTV, é possível afirmar que a metodologia do programa de História oral inflamou a produção em detrimento de ações estratégicas de exploração de documentos orais. Como apontado no capítulo anterior, as *Toolkits*, manuais para auxiliar as empresas de mineração no trato de suas relações humanas, pontuam sobre os planejamentos de ações que visam projetos permanentes, os quais contribuem com o desenvolvimento social, deve prever nas etapas de organização a autogestão das comunidades de todo o conhecimento produzido ao final das atividades.

⁵²Premiações do Núcleo de História oral Trem da Vale: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial- ABERJE (2007), na categoria responsabilidade histórica e memória institucional; Prêmio Cultura Viva (2007); Prêmio ABERJ regional (2009) e o prêmio ABERJE Nacional (2009) (VALE REGISTRAR, p.194 - 195).

Mas qual a diferença entre o registro de informação contido nos arquivos e as disponibilizadas tanto em documentários quanto na sala de memórias? Está na atração acarretada pela estrutura organizada pela produção cultural, que aproveita o destaque do formato audiovisual no mundo informatizado. A globalização possibilitou a emergência da “era digital”, esses suportes possibilitaram a absorção do conhecimento histórico em filmes, documentários e espaços de memória informatizados, fato que levou a não interpretação da história, mas promoveu o seu consumo. Isso demonstra o desinteresse pelo processo de interpretação das fontes.

No caso do Núcleo de História Oral Trem da Vale, a estrutura de produção do acervo de fontes orais destacou os modos de produção do conhecimento bruto, ou seja, das entrevistas na íntegra, mas não idealizou estratégias de ação no trato desse material, que foi armazenado e abandonado em depósitos estéreis, sem funcionalidade para a comunidade local ou acadêmica.

Entretanto, por falta de interesse da comunidade em geral, esse acervo vivo foi transformado em um “arquivo morto”. Segundo Souza (2010, p. 82), entende-se por arquivo morto “documentos localizado num depósito qualquer, distante do cotidiano e subutilizado como ferramenta de trabalho, apesar de constituir importante e rica fonte de informação”. Desse modo, podemos nos perguntar o porquê dessa subutilização das fontes orais. Contata-se que esses dados foram abandonados, mas de que forma a existência deles chegaram ao conhecimento da Universidade Federal de Ouro Preto?

Devido ao fim do Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale, em 2015, o acervo de fontes orais foi abandonado nas estações ferroviárias de Ouro Preto e Mariana. Toda estrutura deixada pela empresa de consultoria SRBC passou para as mãos da UFOP, em 2016. Como nova gestora, a universidade reorganizou as atividades culturais e de revitalização dos espaços museográficos que estavam em condições deploráveis de conservação, causados pelo abandono. Os arquivos de fontes orais não foram contemplados nesse processo de revitalização.

A equipe contava com professores de vários departamentos da UFOP (Turismo; Museologia; História e Artes Cênicas)⁵³. Durante a reorganização, a equipe encontrou DVDs, livros de transcrições, fichas técnicas e catálogos amontoados na sala da estação

⁵³Coordenado pela Pró-reitoria de extensão da UFOP. A equipe de coordenação: Edson Fialho de Rezende (Departamento de Museologia); Professora Neide das Graças de Souza Bortolini (Departamento de Arte Cênica); professora Nair Aparecida Rodrigues Pires (Departamento de Música) e Elton Mattos (bibliotecário da UFOP).

de Ouro Preto e na biblioteca de Mariana. A partir disso surgiu a questão: Que materiais são esses? Qual a utilidade desse material? Como eles continham séries, logo perceberam que era um acervo. Ao consultarem catálogos e alguns antigos funcionários, a equipe pôde ter ciência da importância daquelas fontes para a história local. Mas o que fazer com esse acervo?

Primeiramente, é de suma importância entender a relevância de arquivos orais na constituição de uma história local. Os arquivos são espaços que armazenam o registro de todas as atividades humanas. Esses depósitos de memória têm a intenção de lembrar e preservar fatos marcantes, que de alguma forma possuem seu valor histórico para um dado grupo social ou empresarial. Esses arquivos são constituídos depois de cumprir sua função ao final das atividades, e sua preservação abre espaço para a gestão de pesquisas, como suporte testemunhal, além de promover a herança cultural de um povo.

Uma das formas de preservação desses suportes de informação é a publicidade dos arquivos, a funcionalidade dele no âmbito social. Os primeiros a pensarem na publicização do formato textual dos arquivos nacionais foram os franceses, no final do século XVIII. No Brasil, de acordo com Merlo e Konrad (2015) a constituição de 1988 em seu art. 23 enfatiza a importância dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios em proteger os documentos, mas, com relação ao seu acesso, o país idealizou estratégias de assegurar a preservação e a disponibilização mais democrática das informações contidas em documentos arquivísticos somente em 2004, quando aderiu ao *Programa Memória Mundo*, instituído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a ciência e a Cultura (UNESCO) em 1992.

O país criou leis de proteção e disponibilização de arquivos documentais escritos, mas o que fazer com o acervo de fontes orais? Outro ponto de reflexão é sobre os arquivos privados. Sabe-se que mesmo com o auxílio do Ministério da cultura, através da Lei de incentivo à cultura, ter financiado algumas ações do Trem da Vale, seu arquivo de fontes orais é considerado acervo privado. Como ele pode ser preservado segundo as leis de proteção de acervos documentais?

A revolução tecnológica proporcionou novas ferramentas de proteção e disponibilização de acervos documentais. A digitalização dos acervos físicos é uma forma de preservação do documento, além de ser uma ferramenta que possibilita a democratização ao acesso desses registros. Desde 18 de novembro de 2011 o Brasil criou a Lei de acesso à informação, compartilhando na rede registros importante para o fortalecimento da democracia. Com relação às fontes orais, de acordo com Alberti

(2008) sua requisição em arquivos coincidiu com os avanços tecnológicos que proporcionaram novos conteúdos aos arquivos históricos. Esse formato pode ser armazenado em forma curta de Waveform (WAV) ou nas novas plataformas digitais *streamings*. Esses espaços digitais promovem os conteúdos e auxiliam no processo de constituição de saber histórico.

No caso de ser arquivo privado, seu processo de gestão precisa lidar com duas ações burocráticas e de informação documental. Segundo Heymann (2005) falta reconhecimento dos arquivos privados. Mesmo com as iniciativas proposta pela Câmara Setorial sobre Arquivos Privados do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em 2002, sancionada pela lei dos arquivos n. 8.159, de 1991, que previa a declaração de interesse público e social de arquivos privados, são poucos os espaços de armazenamento de memórias que são reconhecidos legalmente (HEYMANN, 2005).

A visibilidade pública desses acervos continua a mercê de iniciativas de movimentos sociais, instituições públicas e privadas que financiam, reivindicam e propagam a informação e a existência desses espaços. O grau de relevância para a construção da memória social e de identidade é dado pelos agentes produtores, no caso, a própria comunidade ou pelos setores institucionais que corroboram para dar visibilidade às memórias ali armazenadas.

Com relação aos meios legais, os acervos de fontes orais, por exemplo, para serem disponibilizados dependem de autorizações dos entrevistados, ou de seus familiares, para permitir o acesso público. No caso do programa Trem da Vale, esses documentos de cessão de imagem e som ficaram em posse da antiga gestão, fato que colaborou para a subutilização do material.

A comunidade local por falta de reconhecimento e estrutura técnica para gerir um acervo de fontes orais, os materiais acabaram caindo no esquecimento. A mesma coisa que acontece na relação da população local com os museus da cidade, os grupos quando não se reconhecem naquele espaço, que busca idealizar a realidade local, produz o afastamento ao invés de criar um elo de pertencimento. Segundo Devallon (1999) para um acontecimento se tornar memória coletiva ele precisa ser impresso no cotidiano de um grupo.

Os arquivos são vestígios da relação dos indivíduos em sociedade, onde projetam e representam suas experiências temporais e espaciais. É importante persistir no envolvimento social e político para dar voz e vida a esses espaços de memória, pois eles endossam o reconhecimento e valorização de múltiplas histórias. Uma das saídas

para a disponibilização do acervo de fontes orais Trem da Vale seria a doação dele para alguma instituição mantedora de arquivos dessa natureza ou os meios legais de registro e tombamento municipal desse acervo. No momento, nenhuma ação foi realizada. O acervo continua “jogado” nas estações de Ouro Preto e Mariana.

A relevância dessa produção da História como mercadoria, segundo Alberti (1996) pode ser positiva caso seja baseada em princípios metodológicos, técnicos e científicos, sem omitir e falsear dados para beneficiar a empresa ou instituição. Nesse caso, ao apresentar a dinâmica socioeconômica da região de Ouro Preto e Mariana, que vai além de uma cultura histórica pautada na perspectiva da história da historiográfica vigente sobre Minas, o acervo de fontes orais produzidas pelo Núcleo de História oral Trem da Vale pode ser uma importante contribuição para a pesquisa no campo das ciências Humanas e sociais, pois elas apresentam um amplo panorama referente à percepção dos indivíduos sobre o seu território, o resultado de suas relações sociais e as formas de como ocorreu a construção e a representação da memória emergida de um campo em constante disputa.

De forma sucinta, os acervos orais mediados por projetos e programas beneficiam o conhecimento histórico contemporâneo, pois:

Revela novas possibilidades de pesquisa; permite uma revisão da História; Submerge novas e velhas memórias; possibilita construção de evidências; Serve de base de dados secundários na falta de outros tipos de documentos, redefine a cronologia histórica, dá ênfase a memória subalterna; relaciona vida pública e privada (DELGADO, 2006, p.19).

Segundo Alberti (1996) os documentos de arquivos orais podem ser denominados resíduos de ação e relatos de ação. Esses dois conceitos remetem respectivamente às informações contidas em documento, e outra localizada no produto final das entrevistas constituídas de depoimentos biográficos e de resquícios da construção do próprio entrevistador. É esse insumo produzido a partir da relação entrevistado, entrevistador e gravador que precisa ser transformado pelos pesquisadores em objeto de estudo. A história oral não é a realidade, mas fonte de conhecimento, pois ela “permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se constituíram” (ALBERTI, 1996, p.9).

No espaço acadêmico existe uma discussão em torno do problema da falta de técnica no tratamento das fontes orais. Os pesquisadores acham que a História oral é

requerida numa pesquisa com um fim específico e depois descartada⁵⁴. Muitos recorrem a mais entrevistas contando que as outras não servem mais, clássico problema de tratamento das fontes, o que também leva ao silenciamento.

No caso do núcleo de história oral Trem da Vale, ao final das atividades causadas pelo fim do financiamento da mineradora Vale S. A., através de incentivo dispensada pela Fundação Vale, mesmo deixando para a posteridade produtos, saberes e um acervo de fontes orais não houve continuação e manutenção das atividades por parte da população, faltou funcionalidade para os grupos envolvidos que motivassem novas ações a partir das histórias reconstituídas. Tudo virou “arquivo morto”. Mas, o que ocorreu?

Um possível caminho para responder a essa pergunta seria averiguar até que ponto os trabalhos do programa de história oral Trem da Vale responderam à demanda do grupo ao qual ele se propôs a desenvolver atividade de preservação cultural, porque o projeto ou programa promovido nos grupos sociais devem fazer sentido para esses atores, para que haja “manutenção” das propostas proferidas. Só assim o arquivo de fontes orais poderia ser promotor de conhecimento e identidade.

A proposta do Trem da Vale não foi uma questão de auxiliar a organização política e identitária da comunidade, como foi propagada pela empresa, mas foi transformada em uma “espetacularização” vinculada à construção de histórias e preservação de memória. Essa espetacularização não se incide no conteúdo do arquivo de fontes orais produzidos pelo Núcleo de História Oral Trem da Vale, porque a mesma buscou incorporar na constituição das fontes a utilização da metodologia de história oral, proporcionando uma confiabilidade aos produtos, mas o espetáculo está relacionado à produção do artefato cultural e na disponibilização do material ao qual promoveu o afastamento da população no que tange a construção da sua própria história.

Ao propagar que as intenções do Núcleo de História Oral Trem da Vale era “dar voz aos moradores locais”, existem nessa promoção duas problemáticas, a de espaço de fala e o de representação. Segundo Alberti (2008) a história oral militante rege uma história que se propõe a “dar voz” e construir um espaço mais democrático na historiográfica, mas essa forma promove a ideia de que a história oral seria uma compensação ou que as “minorias” não teriam possibilidade de constituir sua própria história, fato que corrobora para a replicação da desigualdade na História.

⁵⁴ Esse problema referente à falta de técnica no manejo das fontes orais numa pesquisa histórica foi abordado por Alberti (2008).

Na questão representativa, ao registrar as memórias dos moradores de Mariana-MG e Ouro Preto-MG a priori compra a imagem idealizada pelo setor de marketing institucional sobre responsabilidade histórica e a ideia de espaço democrático de intensa contribuição social. Mas essa responsabilidade histórica teve gradações diferentes no tocante ao acervo.

Houve a responsabilidade histórica envolta à espetacularização dos produtos culturais idealizados pelo Núcleo de História oral Trem da Vale, dos quais ganharam reconhecimento no âmbito da comunicação social, além de proporcionar a projeção da imagem da empresa mantedora. Por outro lado, o acervo de fontes orais constituídos pela aplicação da metodologia de história oral, organizada pela equipe do Núcleo, ficou jogado às traças, sem de fato ter alguma ação que contribuísse para sua visibilidade e sustentabilidade.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo dessa discussão foi apresentado um breve histórico sobre a mineradora Vale S. A. desde o período em que ainda era uma empresa estatal até sua organização no setor privado. Percebe-se que ao longo dos anos a mineradora precisou mudar sua estratégia de atuação no mercado e no contexto social das comunidades onde atua. Essas mudanças foram demandadas pelas novas exigências impostas pela sociedade às empresas no trato das suas relações públicas.

As novas exigências foram requisitadas principalmente com advento da globalização que, segundo o Instituto Ethos de responsabilidade social impulsionou a Revolução tecnológica, o desenvolvimento da educação, o acesso rápido às informações multinacionais e a criação de grupos, organizações e movimentos de cunho sociopolítico/ambiental com intuito de defender a sociedade dos impactos causados por atividades industriais nocivas ao meio ambiente.

Somado a essas mudanças, o próprio mercado modificou seus métodos de avaliação das empresas, exigindo que elas comportassem qualidade e credibilidade para alcançar o patamar de lucro desejado. Para normatizar as mudanças requeridas à gestão das empresas no que tange o mercado, a *Internacional Organization for Standardization-ISO* administrou as novas normas no trato das relações públicas. No âmbito jurídico, no Brasil, por exemplo, o responsável por controlar as empresas com relação ao comprometimento ético e sustentável foi o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), sancionado pela Lei n.8.069/90 e reforçado na Lei n. 8.07/90.

Com relação à credibilidade, as empresas e organizações para alcançar essa confiança do mercado global buscaram na comunicação social o meio de manipular sua imagem frente à opinião pública. O desenvolvimento de temas como sustentabilidade, responsabilidade social e histórica foram preponderantes para impulsionar as empresas a adequarem seus serviços e produtos às demandas sociais. Nesse âmbito, precisava muito mais que um profissional de relações públicas para manipular a imagem, a marca e o serviço das empresas, como ocorria no início do século XX, nos Estados Unidos da América.

Com advento da revolução tecnológica e o desenvolvimento da educação, a opinião pública ganhou poder de controle nas ações de mercado. Essa posição tomada pelo setor público fez com que as empresas criassem um setor de comunicação social para relativizar sua imagem. Além das ações tradicionais de propaganda, que é promover a

imagem empresarial no espaço interno e externo das instituições, houve uma evolução na prática acionada pelos setores de marketing empresarial, onde passaram a investir em projetos e programas voltados para imagem mercadológica de socialmente responsável, atrelados aos temas como: meio ambiente; identidade cultural; patrimônio; memória e História.

Sobre essa imagem de socialmente responsável, por exemplo, de acordo com as propagandas vinculadas na mídia, devido à pandemia causada pelo vírus COVID-19 que assolou o mundo inteiro, empresas fizeram volumosas doações para o sistema de saúde público e para as comunidades menos favorecidas. Nesse sentido, em suas propagandas, o setor de marketing adaptou seu conteúdo de forma que elas inserissem a contribuição das empresas e, indiretamente, impulsionassem a imagem delas como socialmente responsável ao afirmarem o comprometimento das instituições empresariais com a crise perpetuada e com o futuro dos países de origem.

No âmbito da responsabilidade histórica, no Brasil, no período de redemocratização do país, aumentou a recorrência das empresas no mercado das memórias. A memória e a História viraram artefato cultural do mercado empresarial. Sob a perspectiva da memória e História empresarial, as organizações passaram a preocupar com a preservação de arquivos administrativos e com a construção da sua própria trajetória, pois a função da História nas empresas era a criação de um elo de pertencimento de colaboradores, funcionários e comunidade local com a realidade das empresas. A metodologia de história oral foi bastante usada nessa relação como estratégica de negociação, porque manifestava a participação de vários atores na construção das trajetórias históricas das empresas.

O registro sobre o uso da História empresarial como estratégia de comunicação social mais recente foi a organizada pelo Grupo Globo de comunicação. No aniversário do programa Jornal Nacional, em 2020, a empresa exaltou a trajetória de vida da atração a partir do ponto de vista dos funcionários e colaboradores. A perspectiva apresentada pelo programa jornalístico buscou inserir a realidade da empresa com o desenvolvimento dos fatos que viraram notícia no Brasil, além de inserirem o espectador como participante dessa trajetória histórica.

No caso estudado, a mineradora Vale S. A., nas denominações da Fundação Vale, criada em 1998, buscou propagar a imagem de contribuinte em ações voltadas para o desenvolvimento ambiental e social das localidades onde atua, reafirmando seu compromisso ético com as identidades culturais das comunidades. Esses financiamentos

da Fundação Vale como exposto no segundo capítulo, entraram como estratégia social da mineradora no trato das suas relações públicas.

O intuito desses programas e projetos idealizados pela Fundação Vale, ou por empresas de consultoria contratadas pela mineradora, proporcionaram não somente a positivação da imagem da empresas perante a sociedade, mas também entrou como ferramenta de negociação com movimentos sociais, sindicatos e organizações não governamentais, facilitando a exploração territorial pela atividade de extrativismo mineral.

O Programa de Educação Patrimonial Trem da Vale é um exemplo dessas ações mercadológicas de socialmente responsável. Esse espaço propagou a imagem da Fundação Vale como promotora do desenvolvimento social, e revestiu a mineradora Vale S. A. com o título de empresa atenta à responsabilidade ambiental e histórica. Além disso, o empreendimento cultural obteve parcerias com os Governos da instância Municipal, Estadual e Federal, fato que corrobora com a estratégia de negociação no âmbito do licenciamento ambiental, responsável por liberar a construção dos complexos minerais.

Dentro desse vasto programa a empresa de consultoria Santa Rosa Bureau Cultural idealizou o Núcleo de História Oral Trem da Vale. Como referenciado no último capítulo dessa dissertação, esse subprograma, a partir do uso da metodologia de história oral, foi responsável pelo registro de depoimentos de moradores das cidades mineiras de Mariana e Ouro Preto. Seus temas versavam sobre o cotidiano das comunidades e sobre a atuação deles no mundo do trabalho. A questão que surge diante desse empreendimento voltado para história local é referente à finalidade desses tipos de trabalho de construção de memória financiados por uma empresa de mineração. Afinal, até onde vai a responsabilidade histórica das empresas? É somente uma ferramenta estratégica do setor de marketing e das relações públicas, ou a Vale realmente contribuiu com a construção do programa com vistas a torná-lo um acervo permanente para usufruto de outras gerações?

Embora essas histórias reconstruídas pela empresa podem ser consideradas ações atentas à responsabilidade histórica, segundo as especificações do conceito delineadas por Silvan (2007) e Santos (2014), por ser esforços voltados à preservação, ao reconhecimento e ao registro da cultura local, sua transmissão, não foi absorvida pelo setor social. Paira a dúvida sobre o que correu com a memória instituída e organizada

pela empresa de consultoria Santa Rosa Bureau cultural, ou melhor, o que levou ao descarte da memória?

Com o fim do PEPTV, todo esse trabalho de entrevista de História Oral e arquivamento das fontes viraram “entulhos de memórias”. Uma possível explicação para esse descarte é justamente o não envolvimento da comunidade nas decisões do que “lembrar” e “como lembrar” somado à falta de conhecimento técnico sobre a organização do acervo, que não foi disseminado dentro dos grupos envolvidos. Percebe-se que a “interação social” no processo de organização, preservação e sociabilização das histórias de vida não foram orgânicas e ativamente acionadas como estratégia de manutenção do programa de história oral Trem da Vale, fato que possivelmente levou ao descarte das fontes.

No caso do PEPTV, de acordo Sousa, Sena e Maranhão (2016) a concepção do programa não teve uma participação da comunidade, toda idealização ficou a cargo de técnicos de outras regiões. Nessa perspectiva, exalta-se o fato do Trem da Vale “glamorizar” e “fetichizar” ao dar mais ênfase aos “aspectos proporcionais que engrandecem até as mais simples característica das mercadorias, como forma de desviar a atenção do sujeito da verdadeira essência ou intenção imersa nos bens culturais” (SOUSA, SENA e MARANHÃO, 2016, p. 4).

O “Trem da Vale” enquanto produto do mercado turístico transformou em protagonista das ações do programa, enquanto a educação patrimonial e a História oral ficaram em último plano. Não é coincidência o fato de o programa de educação patrimonial ter sido encerrado, em 2015, segundo a Vale S. A. por motivos financeiros, e o Trem da Vale continuar sua operação normal, cobrando a taxa de utilização do transporte ferroviário.

Constata-se que o arcabouço cultural promovido pela Vale S. A. seria uma das formas de promoção da marca e de seus produtos. Essa ação de disponibilizar o material para públicos estratégicos da empresa verbalizou a imagem de responsabilidade histórica almejada pela mineradora.

No que tange a produção cultural do Núcleo de História Oral, é possível inferir que seus profissionais aderiram as suas ações metodológicas de pesquisa, produção e preservação do acervo etapas que foram especificadas nos manuais de história oral. No momento em que a equipe se dedicou aos temas recorrentes do cotidiano de Ouro preto e Mariana houve o engajamento de pesquisas sobre a realidade local. Com relação ao Vale Registrar, ao inserir um setor específico para produção audiovisual demonstra a

intenção em ir além de atividades pautadas em educação patrimonial ou em simples ações de captação de entrevistas, mas o intuito era promover o material produzido a partir da metodologia de história oral, além de criar meios diferenciados de preservação de acervos por se tratar de formatos digitais.

Diante dessa pesquisa a respeito do uso da História oral por parte da mineradora Vale S. A. como estratégia de comunicação social, certificou-se que a produção cultural promovida pelo Núcleo de História Oral Trem da Vale preocupou com as operações realizadas pelos historiadores e profissionais de audiovisual, principalmente com a qualidade técnica no processo de idealização de seus produtos, e não se deteve a criar táticas de recepção desses artefatos culturais por parte dos proprietários endógenos, ou seja, a própria comunidade.

As potencialidades desse material deixado pelo Núcleo não foram totalmente exploradas. Seu acervo ainda continua mudo, impera sobre ele *o não dito* dessa operação histórica. Embora o foco dessa dissertação tenha sido a funcionalidade da história oral no mercado empresarial, é importante destacar que o estudo dessa operação possibilitou a constatação do lugar da empresa de Mineração Vale S. A.; da Fundação Vale; dos Historiadores; da equipe de produção e dos entrevistados nesse processo de construção de uma histórica local pautada pelo mercado empresarial.

6- ANEXOS

Anexo A: Núcleo de história oral Trem da Vale (Mariana-MG)



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

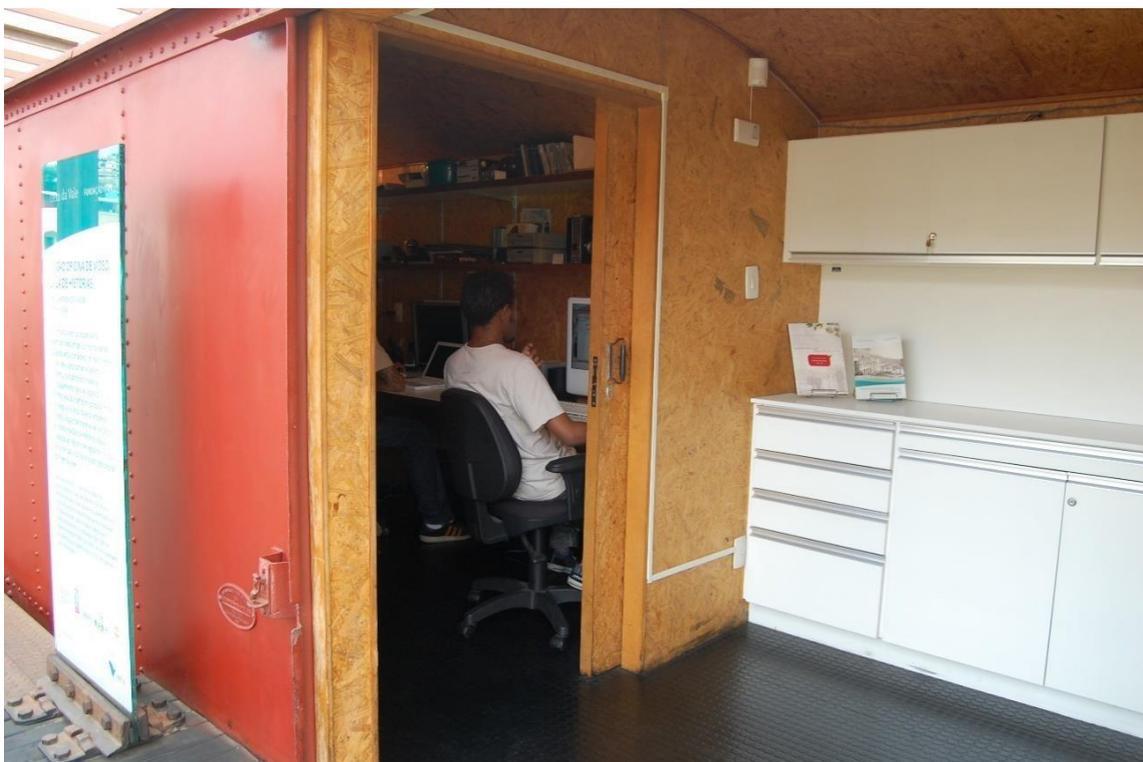
Local das entrevistas (Mariana-MG)



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

Local das entrevistas (Mariana-MG)

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

ANEXO B: Vale Registrar (Mariana-MG)

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

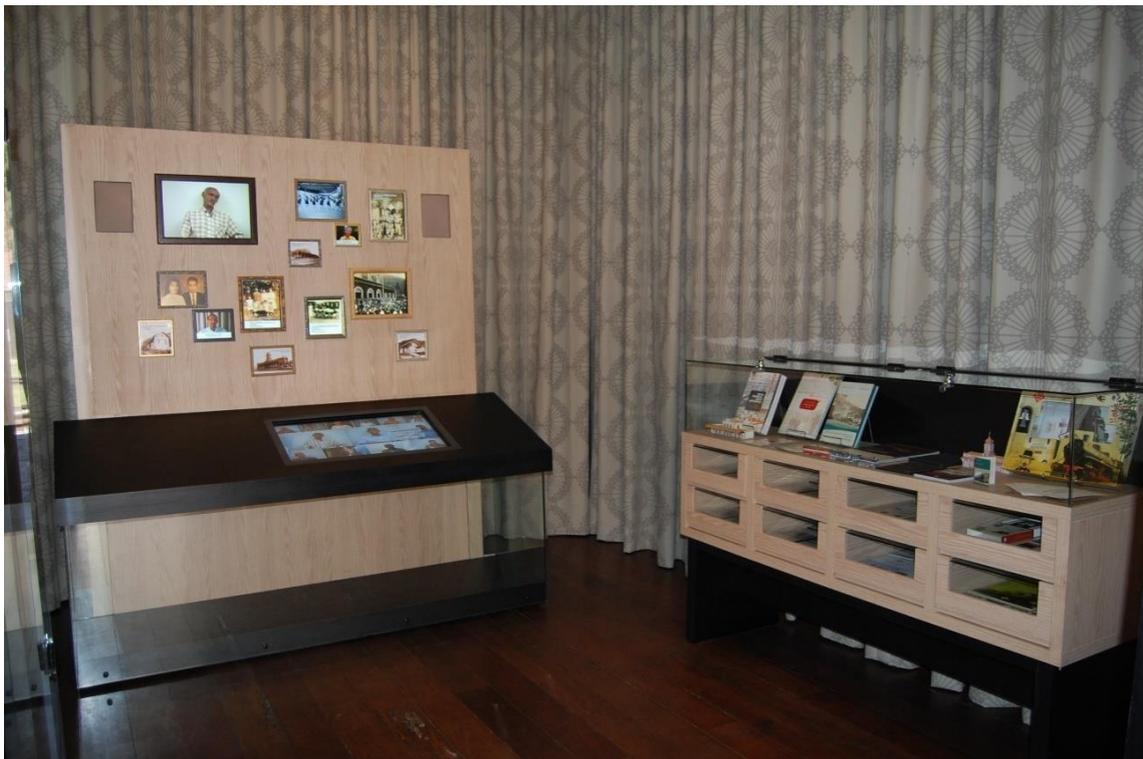
Vale Registrar (Mariana-MG)

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

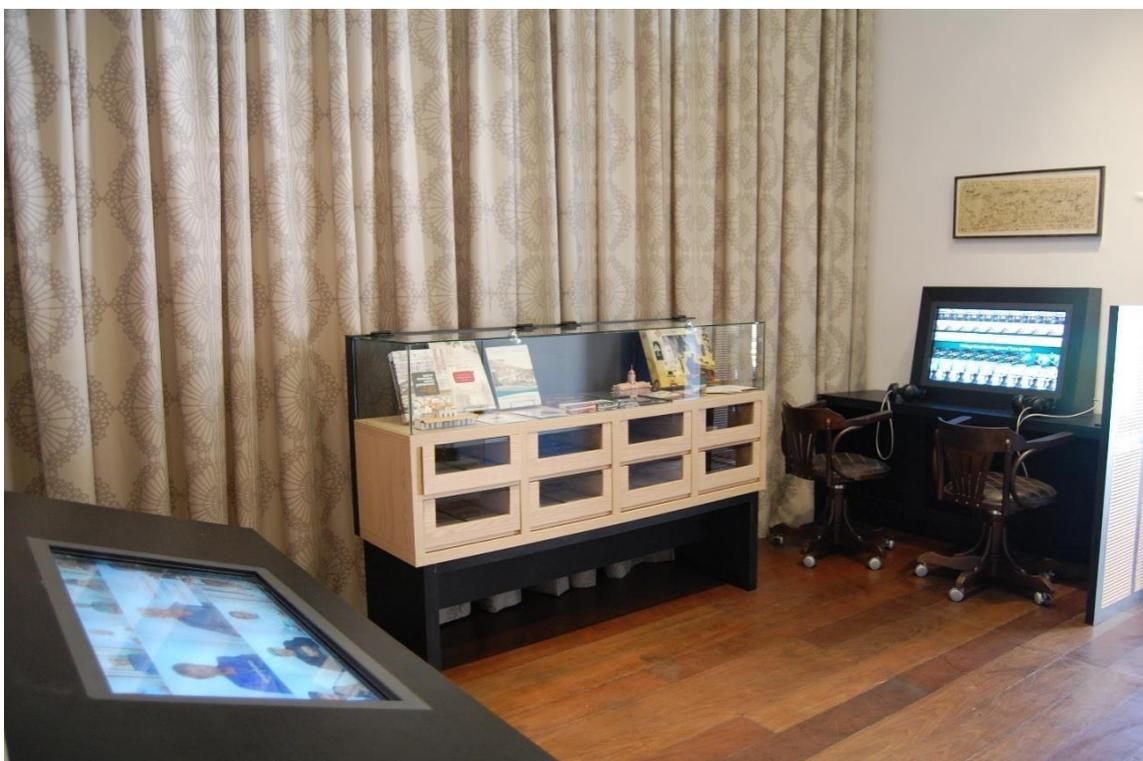
Vale Registrar (Mariana-MG)



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

ANEXO C: Sala de Memórias (Ouro Preto-MG).

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

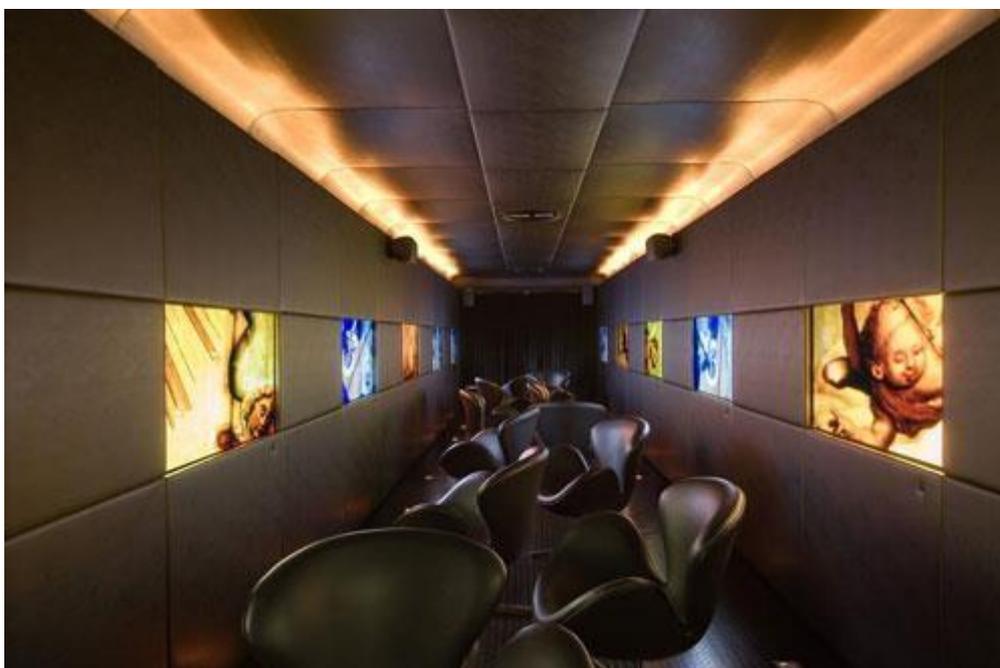
Sala de Memórias (Ouro Preto-MG)

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

ANEXO D: Vagão dos Sentidos em Mariana-MG (espaços de disponibilização dos documentários produzidos pelo vale registrar).



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>



<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

ANEXO E: Espaço expositivo da Sala de Memória (Ouro Preto-MG)

<https://tremdavale.santarosacultural.com.br/fotos>

7- DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: WWW.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao>

CONSELHO, Internacional de Mineração e metais-ICMM E PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA À GESTÃO DO SETOR DE ENERGIA-ESMAP. TOOLKIT: ferramentas para desenvolvimento de comunidades. Vale, [2000].

CULTURAL, Itaú. Centros de memória: manual básico para implantação. – São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

INSTITUTO, Observatório Social. Companhia Vale do Rio Doce perfil de empresa. São Paulo, 2006.

INSTITUTO, Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas. São Paulo, 2003.

VALE Registrar. Catálogo de Entrevistas. 2006-2007.

VALE Registrar. Catálogo de Entrevistas. 2007-2009.

VALE Registrar. Catálogo de Entrevistas. 2009-2011.

VALE S. A. Código de conduta ética. S/D.

VALE S. A. Nossa História. 2012.

8- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo; RANGEL, Marcelo. *Memória, Cultura Histórica e Ensino de História no Mundo Contemporâneo*. História e Cultura. Franca, v. 4, n. 2, p. 7-24, set. 2015.

ACHARD, Pierre; DAVALLON, Jean; LOUIS, Jean. *Papel da Memória*. Trad. José Horta Nunes: Campinas, SP. Pontes, 1999.

AGUIAR, Thiago Trindade de. *O solo movediço da globalização: relações de trabalho na Vale S. A*. São Paulo, 2019.

ALBERTI, Verena. *Vender história? A posição do CPDOC no mercado das memórias*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996 a.

------. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1996 b.

------. História Oral e Arquivos. In: *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. Organizadora Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora UNESP; FAPESP, 1999.

------. *Ouvir Contar: Textos em História oral*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

------. Fontes Orais: História dentro da História. In: *Fontes Históricas*. Organizadora: Carla Bassanezi Pinsky, 2. ed. Ia reimpressão, São Paulo, Contexto, 2008.

------. *Manual de História Oral*. 3. ed. Revista e atualizada. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

ALBUQUERQUE, Alexandre Black. *Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK*. XI Congresso Brasileiro de História Econômica e XII Conferência Internacional de História das empresas. Vitória-ES, 14 e 16 de set. 2015.

ALAMINO, Renata de Carvalho Jimenez; VERDE, Rodrigo Braga da Rocha Villa; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. O peso da mineração na Região Sudeste. In: *Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos*. Francisco Rego Chaves Fernandes, Renata de Carvalho Jimenez Alamino, Eliane Araujo (Eds.). - Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2014.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. 8º edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. SP: Cia das Letras, 2008.

ANDREONI, Renata. Museu, memória e poder. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 167-179, jul./dez. 2011.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: *Fontes Históricas*. Org. Carla Bassanezi Pinsky. 2. ed. 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

BASTOS, Elaine Viza. *Itabira e a Companhia Vale do Rio Doce: interações e identidade no tempo da modernidade*. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

BERGSON, Henri. *A Lembrança do Presente e o Falso Reconhecimento*. Trad. Jonas Gonçalves Coelho. Trans/Form./Ação, São Paulo, 29(1): 95-121, 2006.

BOSI, Écléa. *Memória e Sociedade: lembrança de velho*. 3. ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BONDARIK, Roberto; CARVALHO, Hélio P. de; PILATTI, Luiz Alberto. *História Empresarial: Uma ferramenta para a gestão do conhecimento nas organizações empresariais*. IX Simpósio Internacional Processo Civilizador. Tecnologia e civilização. Ponta Grossa, Paraná.

BASTOS, Elaine Viza. *Itabira e a Companhia Vale do Rio Doce: interações e identidade no tempo da modernidade*. Belo Horizonte, 2008.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história, ou, o Ofício de historiador*. Edição brasileira. —Rio de Janeiro: Zahar. 2001 (edição Brasileira).

BURKE, Peter. *A escrita da História: novas perspectivas*. (org.); trad. de Magda Lopes - São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CARRARO, André; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O Desenvolvimento Econômico no Primeiro Governo de Vargas (1930-1945). *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas*, Caxambu, MG, 2003.

CALDAS, Graça. *Vozes e silenciamentos em Mariana crime ou desastre ambiental*. 2. Ed Campinas. SP: BCCI/Unicamp, 2017.

CÂNDIDO, Fabrícia Aparecida de Souza. *Um estudo sobre os impactos socioeconômicos da paralisação das atividades da Samarco para a cidade de Mariana*. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Departamento de Ciências Administrativas. UFOP, Mariana, 2018.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES Sara. *Introdução à globalização*. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN, 2007.

CERTAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: 2 Morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

COSTA, Armando Dalla. *A Vale no novo contexto da internacionalização das empresas brasileiras*. Paris: Editions Eska, ISSN 1161-2770, n. 54, abril 2009, p. 86-106.

CUNHA, André Moreira. *O boom chinês e as economias latino-americanas*. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 97-112, out. 2007

CHAGAS, Mário de Souza. *A democratização da memória: A função social dos museus Ibero-Americanos*. Seminário internacional. 2008.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.

----- *O Patrimônio em Questão: Antologia para um Combate*. Trad. José Gabriel Alves Domingos. Belo Horizonte: Editora Fino Traço. 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 4, n.7, jul.-dez. 2003 p. 313-333. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_antteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf> Último acesso em: 16/09/2017

DELGADO, Lucilia Almeida Neves. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO) – Conferência de Abertura, 2003. P.9-25

----- *História oral: Memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DANTAS, Fabio Allan. *Revitalização da malha ferroviária brasileira, o caminho para o país se modernizar e ser competitivo no cenário mundial: Norte-Sul, a ferrovia da integração nacional*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, São Paulo, 2007.

ENGEL, PETER. *Princípios de organização japoneses-(Teoria Z)*. Tradução Stefania A, Lago. Tecnoprint, 1982.

FRANÇOIS, Etienne. As novas relações entre memória e História após a queda do Muro de Berlim. *Revista Memória em Rede*, Pelotas-RS, 2016.

FISCHER, Georg. Acelerações em escala regional: A transformação do vale do Rio Doce, ca. 1880-1980. *Varia Historia*. Belo Horizonte, vol. 34, n. 65, p. 445-474, mai/ago 2018.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ABREU, Alzira Alves de. [etal]. *Entre-vistas: abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994.

FREITAS, Sônia Maria de. *História Oral Possibilidades e procedimentos*. 2. Ed. – São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

FREITAS, Carlos Machado de; BARCELLOS, Christovam; ASMUS, Carmen Ildes Rodrigues Fróes; SILVA, Mariano Andrade da; XAVIER, Diego Ricardo. *Da Samarco*

em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. Cad. Saúde Pública, 2019.

FONSECA, Cláudia Damasceno. O Espaço Urbano de Mariana: sua Formação e suas Representações. In: *Termo de Mariana: história e documentação*. Vol.1. Editora da UFOP, 1998.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. Tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GONÇALVES, José Reginaldo. “Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios Culturais”, In: *Antropologia dos Objetos: Coleções, Museus e Patrimônios*. Rio: IPHAN, 2007.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. Trad. Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Editora 34, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2005, p.25-52.

HOBBSBAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Org. Terence Ranger. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984. Pág. 9-23.

----- *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, nº36. P.261-273. Jul/Dez 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico para conhecer*. Brasília: Iphan/Museu Imperial, 1999.

HEYMANN, Luciana. *Velhos problemas, novos atores: desafios à preservação dos arquivos privados*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

HEYMANN, Luciana Quillet. *Memórias da Elite: Arquivos, Instituições e Projetos Memoriais*. R. Pós Ci. Soc. v.8, n.15, jan. /jun. 2011

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídias*. Rio de Janeiro, Aroplano, 2000.

JESUS, Thiago Silva de. *O fenômeno das marcas: o caso “O nosso Brasil que Vale”*. Rio de Janeiro, 2006. 61f: il.

KERBER, Alessandro Mario; OTT, Fernanda. A construção da história e da memória em empresas privadas no Brasil dos anos 1990 e 2000. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 21, n. 31, p. 219-235, ago. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC - Rio, 2006.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Prefácio. In: NASSAR, Paulo. *Relações públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. 2ed. São Caetano do Sul- SP: Difusão Editora, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LOPEZ, Immaculada. *Memória social: uma metodologia que conta histórias de vida e o desenvolvimento local*. 1. Ed. Museu da Pessoa, São Paulo, 2008.

LOPES, Jayme Karlos Reis, TRIGUEIRO, Aline e CICCARONE, Celeste. Atingidos pelo futuro: perspectivas e debates na instalação da UHE Aimorés/Itueta - MG, Brasil. *SINAIS - Revista Eletrônica Ciências Sociais*. Vitória: CCHN, UFES, Edição n.11, v.1, Junho. 2012.

MACMILLAN, Margaret. *Usos e abusos da história*. Tradução Carlos Duarte e Anna Duarte. Rio de Janeiro, Record, 2010.

MAEKAWA, Rafael; CARVALHO, Marly Monteiro de; OLIVEIRA, Otávio José de. *Um estudo sobre a certificação ISO 9001 no Brasil: mapeamento de motivações, benefícios e dificuldades*. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 763-779, 2013.

MAMEDE, Douglas M. J. A VIEIRA; Guilherme Lima; SANTOS; Ana Paula Guimarães. Trens turísticos e patrimônio cultural: como o turismo ferroviário tem resgatado, preservado e valorizado o patrimônio cultural. *Caderno Virtual de Turismo*. Vol.8, nº2, 2008.

MAMELUQUE, Leopoldo. *Privatização: modernismo e ideologia*. São Paulo: Editora Revista dos tribunais, 1995.

MAIA, Lourdes Regina Falcão; DIAS, Reinaldo. A recuperação do patrimônio industrial ferroviário e as percepções da comunidade: um estudo sobre o Trem da Vale x moradores de Ouro Preto (MG). *Patrimônio: Lazer & Turismo*, v.76, n. 9, jan.-fev. mar./2010, p.01-16.

MARTINS, Estevão de Rezende. O conhecimento Histórico como Rede Fatorial. In: *O ofício de historiador*. Organizador Francisco Falcon. Rio de Janeiro, Revan, 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. *Novos patrimônios, um novo Brasil? Um balanço das políticas patrimoniais federais após a década de 1980*. *Estudos Históricos*(Rio de Janeiro), v. 29, p. 9-28, 2016. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/59122/59342>> Último acesso em: 23 dez.2016.

MATTEI, Lauro; MAGALHÃES, Luis Felipe. A política econômica durante o governo lula (2003-2010): cenários, resultados e perspectivas. In: *“nunca antes na história desse*

país...”? um balanço das políticas do governo lula. Rio de Janeiro: Fundação HenrichBöll, 2011.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *Compromisso de Ajustamento de Conduta.* Revista de direito ambiental. Vol. 41, p. 93. Jan, 2006.

MENDES, José Amado. História Empresarial: da Monografia apologética ao instrumento de Gestão Estratégica. In: *Outros Combates pela História.* Coordenação: Maria Manuela Tavares Ribeiro. Coimbra, 2010.

MEDEIROS, Mirna de Lima; ZICA, Fernanda Cristina Araujo e OLIVEIRA, Ana Paula Guimarães Santos de. *Educação patrimonial como forma de responsabilidade social corporativa: um estudo de caso sobre o Trem da Vale.* V CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administração, S/D.

MEIHY, José Carlos Born. *Manual de História Oral.* Edição Loyola. São Paulo, 1996.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Documento, História e Memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.* Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015.

MIRANDA, Marcia Eckert. Historiadores, Arquivistas e Arquivos. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.* São Paulo, julho 2011.

MILANEZ, B.; SANTOS, R.S.P.; MAGNO, L.; WANDERLEY, L.J.M.; MANSUR, M.S.; GIFFONI, Pinto R.; GONÇALVES, R.J.A.F.; COELHO, T.P. *A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas.* Versos - Textos para Discussão Poemas, 2018, 1-43.

MITTELMAN, James H; SCHOLTE, Jan Aart. *Globalização: Do que se trata afinal?*PUC - Rio.

MOTTA, Marly Silva Da. *Histórias de vida e história institucional: a produção de uma fonte histórica.* Rio de Janeiro: CPDOC, 1995.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. *FERROVIA: PATRIMÔNIO CULTURAL Estudo sobre a ferrovia brasileira a partir da região dos Campos Gerais (PR).* Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. *Memória organizacional, memória corporativa e memória institucional: discussões conceituais e terminológicas.* Revista EDICIC, v.1, n.1, p.262-276, Ene./Mar. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>.

MORAIS, Jenner Jalne de. *Privatização da Companhia Vale do Rio Doce.* Brasília, 1997.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos de JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: *o Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática-da democratização de 1945 ao golpecivil-militar de 1964.* Organizado por

Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Livro 3, 2ed. Civilização brasileira: Rio de Janeiro, 2008.

NASSAR, Paulo. *ABERJE 40 anos: uma história da comunicação organizacional brasileira*. Ano 4. Número 7, 2º semestre de 2007.

------. *Relações Públicas na construção da responsabilidade histórica e no resgate da memória institucional das organizações*. São Caetano do sul, SP: Difusão Editora, 2008. 2º edição.

NETO, José Rodrigues Cavalcanti; CARNEIRO, Fernanda Gibertoni; GIANNECCHINI, Ana Clara. Avanços e desafios na preservação do patrimônio ferroviário pelo instituto do patrimônio histórico e artístico nacional. In: *VI Colóquio Latino Americano sobre recuperação e preservação do patrimônio*. Industrial, 2011.

OLIVEIRA, Mateus Furlanetto de; SALVATORI, Patrícia Carla Gonçalves. *Aberje: duas décadas de trabalhos voltados à responsabilidade histórica e à memória empresarial*. Ano 11, número 20, 1º SEM. 2014, ORGANICOM.

OLIVEIRA, Valdir de Castro e OLIVEIRA, Daniela de Castro. *A semântica do eufemismo: mineração e tragédia em Brumadinho*. Reciis – RevEletronComunInfInov Saúde. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo (10), dez. 1993, p.7-28.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e MATA Sérgio Da. Transformações das Experiência no tempo. In: *Tempo presente e usos do passado*. VATELLA, Flávia Florentino (org.)... [ETAL]. Rio de Janeiro. Editora FGC, 2012.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria e ARAUJO, Valdei Lopes de. *Reconfigurações do tempo histórico: presentismo, atualismo e solidão na modernidade digital*. rev. UFMG, Belo Horizonte, v. 23, n. 1 e 2, p. 270-297, jan./dez. 2016.

PINTO, Eduardo Costa e CONÇALVES, Reinaldo. Globalização e poder efetivo: transformações globais sob efeito da ascensão chinesa. *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 449-479, ago. 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p 3-15.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. *A tragédia da mineração e do desenvolvimento no Brasil: desafios para a saúde coletiva*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2016.

------. *Memória e Identidade Social*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.

RICOUER, Paul. *A Memória, a História, o esquecimento*. Trad. Alain François [ETAL]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; BARBOSA, Marialva. *Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional*. II Colóquio Brasil - Estados Unidos de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, em setembro de 2005.

SARETTA, Fausto. A política econômica brasileira 1946/1950. *Revista de Sociologia e Política*, n°4/5, 1995.

SANTOS, Derlei Alberto Dos. *Projeto memória Votorantim: construindo a memória corporativa e o uso das narrativas locais*. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

SANTOS, Thiago Martins. SIQUEIRA, Sueli. *Da 'velha' à 'nova' Itueta: memórias de uma realocação compulsória*. VII Congresso Internacional de História; XXXV Encuentro de Geohis Regional; XX Semana de História, 6 a 9 de outubro de 2015.

SANTOS, Thiago Martins e BIAVATI, Nádia Dolores Fernandes. *Discursos sobre o território de Itueta frente à realocação compulsória: análise discursiva da produção literária de um ituetense*. *Letras e Letras*. v. 31, n. 1 (jan/jun. 2015) - ISSN 1981-5239.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada de subjetividade*. Trad. Rosa Freire de Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte. UFMG, 2007.

SENA, Rosany Cecília de. *O que a telinha não mostra: a indústria cultural e o Trem da Vale*. Mariana-MG, 2017.

SILVAN, Denison. *Empreendedorismo – responsabilidade Histórica*. BIGJUS – Boletim de Informações Gerenciais. n. 26, set.2007.

SOUZA, Sara Barbosa de. *Memória Empresarial: interesse utilitarista ou responsabilidade histórica?* Dissertação apresentada a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 130p.

STROHSCHOEN, Ana Maria. *Os históricos e as histórias contadas pelas empresas: mídia ou memória institucional?*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Natal, RN – 2 a 6 de setembro de 2008.

TODOROV, Tzvetan. *Abusos da memória*. Espanha: Ariela, 1995.

TOMAZETTE, Marlon. *Os desafios impostos pela globalização econômica*. Brasília a. 48 n. 189 jan./mar. 2011.

TOMÁS, Manuel. *A expansão da Companhia Vale do Rio Doce e a possibilidade de criação de monopólio de minério de ferro no Brasil*. Ouro Preto, 2006.

THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado: História oral*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

VALE, Fundação. *Outras memórias, outros patrimônios: relato técnico do programa de Educação Patrimonial Trem da Vale*. Cord. Eleonora Santa Rosa. Belo Horizonte: Fundação Vale. Rona, 2010.

----- . *Fios e tramas: a indústria têxtil em Mariana e Ouro Preto*.
Coordenação editorial: Santa Rosa Bureau Cultural, Belo Horizonte, 2013.

WORCMAN, Karen. A História na empresa: Identidade e oportunidade. In: *Espaços na mídia: História, cultura e esporte*. Organização Alberto Dines, Brasília, Banco do Brasil, 2001.